

DAYANI CRIS DE AQUINO

**OS DESDOBRAMENTOS DAS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE
REPRODUÇÃO DO CAPITAL: ELEMENTOS PARA O
ENTENDIMENTO DAS CRISES**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Econômico, Universidade Federal do
Paraná, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Econômico.**

**Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo
Cipolla**

**CURITIBA
2007**

TERMO DE APROVAÇÃO

DAYANI CRIS DE AQUINO

OS DESDOBRAMENTOS DAS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL: ELEMENTOS PARA O ENTENDIMENTO DAS CRISES

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Cipolla
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Cláus Magno Germer
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo
Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense – UFF

AGRADECIMENTOS

Chega ao fim mais uma etapa na longa jornada da construção do saber. O caminho percorrido foi tortuoso e o êxito da chegada é mérito que deve ser compartilhado com todos os que dele participaram. Aos meus pais quero agradecer por toda compreensão que tiveram da minha ausência, necessária quando se escreve uma dissertação; por toda a confiança depositada em mim; por todo incentivo oferecido nas horas mais difíceis. Sem o apoio deles eu certamente não chegaria até aqui.

Também quero agradecer aos amigos por compreenderem a importância desta etapa para minha vida pessoal e profissional relevando minha ausência nos eventos mais importantes. Carla merece agradecimentos especiais por ter sido, em certa medida, ouvinte da argumentação aqui desenvolvida. Quero também agradecer com carinho especial à Ruth e ao Marcelo por terem sido, ainda que apenas nos últimos meses e divergindo na maior parte das idéias, os únicos interlocutores teóricos que tive entre os colegas do mestrado.

Finalmente quero agradecer aos mestres que participaram da minha formação durante o mestrado. Ao professor Victor Pelaez agradeço por todas as coisas que pacientemente me ensinou e pela valiosa experiência proporcionada no campo da pesquisa. Ao meu orientador, professor Franciso Cipolla, agradeço eternamente por ter sido ele quem me iniciou no marxismo, ainda nas aulas de Economia Política da graduação, me orientou na monografia de conclusão de curso e acompanhou todo meu amadurecimento teórico durante o mestrado. Ao professor Claus Germer sou também muito grata por ter sido um excelente interlocutor diluindo atenciosamente todas as dúvidas a ele colocadas. Agradeço sobretudo às sugestões feitas a esse trabalho enquanto membro da banca examinadora, embora muitas delas não possam ter sido implementadas em face da necessidade de amadurecimento teórico da minha parte. Gostaria de registrar aqui algumas dessas sugestões que serão seriamente consideradas

num estudo posterior. Primeiro a de localizar o conceito de contradição num contexto mais aprofundado da dialética; segundo, repensar o papel atribuído ao crédito enquanto elemento que viabiliza o progresso técnico no capitalismo; terceiro, repensar a contradição entre valor e preço; quarto, desenvolver as contradições do dinheiro de crédito; e, por último, pensar sobre a diferença entre crises de origem monetária e crises de origem produtiva. Finalmente, quero agradecer ao professor Marcelo Carcanholo por ter aceitado prontamente o convite para participar da banca examinadora e por ter feito sugestões muito valiosas que igualmente serão levadas em conta futuramente. Vale citar aqui duas delas: discutir a relação entre a produção social e o a apropriação privada enquanto contradição que contém as demais; pensar se o desdobramento das contradições do modo de produção capitalista pode ser compreendido no sentido de apontar uma causa para as crises ou várias causas.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	II
RESUMO.....	III
INTRODUÇÃO	1
1 CONTRADIÇÃO E CRISE.....	4
1.1 O DEBATE MARXISTA SOBRE A CONTRADIÇÃO	5
1.1.1 O Anti-Hegelianismo e o Conceito de Contradição	6
1.1.2 O Conceito de Contradição e a Influência Hegeliana	13
1.1.3 Contra Hegel e Contra a Contradição.....	24
1.2 O SENTIDO DO TERMO CONTRADIÇÃO NAS OBRAS DE MARX.....	29
1.2.1 Contradições Não-Dialéticas	30
1.2.2 Contradições Dialéticas	33
2 A POSSIBILIDADE DA CRISE	42
2.1 A METAMORFOSE DA MERCADORIA.....	46
2.1.1 A Contradição Contida na Mercadoria e seus Desdobramentos	47
2.1.2 A Contradição Contida na Metamorfose da Mercadoria.....	51
2.2 A METAMORFOSE DO CAPITAL.....	54
2.2.1 A Possibilidade da Crise no Circuito do Capital	56
2.2.2 A Possibilidade da Crise no Encadeamento dos Capitais Individuais	58
2.2.3 A Possibilidade da Crise nos Esquemas de Reprodução.....	63
3 CONCRETIZANDO A POSSIBILIDADE DA CRISE.....	83
3.1 CONCORRÊNCIA E CONTRADIÇÃO	84
3.1.1 A Noção de Concorrência em Marx	84
3.1.2 A Dinâmica da Concorrência Intra e Intersetorial.....	89
3.1.3 As Contradições da Concorrência	96
3.2 CRÉDITO E CONTRADIÇÃO.....	100
3.2.1 Crédito Comercial e Crédito Bancário	101
3.2.2 O Papel do Crédito no Processo de Reprodução do Capital	104
3.2.3 A Contradição entre Capital Produtivo e Capital de Empréstimo.....	110
3.3 DAS FORMAS ABSTRATAS ÀS FORMAS CONCRETAS DA CRISE	114
CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS	123

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – NÍVEIS DE ANÁLISE PARA O ESTUDO DAS CRISES.....	42
FIGURA 2 – FÓRMULA DO CAPITAL EXPANDIDA	55
FIGURA 3 – O CIRCUITO DO CAPITAL.....	56
FIGURA 4 – O ENCADEAMENTO DOS CAPITAIS INDIVIDUAIS	59
FIGURA 5 – ENCADEAMENTOS DE DÍVIDAS RECÍPROCAS	62
FIGURA 6 – ESQUEMA DA REPRODUÇÃO SIMPLES	64
FIGURA 7 – ESQUEMA DA REPRODUÇÃO AMPLIADA.....	65
FIGURA 8 – CONTRADIÇÃO NA REPOSIÇÃO DO CAPITAL FIXO	79
FIGURA 9 – O CIRCUITO DO CAPITAL COM O CAPITAL PORTADOR DE JURO	105
FIGURA 10 – DESDOBRAMENTO DA CONTRADIÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO E A REALIZAÇÃO DO VALOR NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	115
TABELA 1 – TAXA MÉDIA DE LUCRO E PREÇO DE PRODUÇÃO.....	94
TABELA 2 – VALOR INDIVIDUAL, VALOR DE MERCADO E PREÇO DE PRODUÇÃO	97
TABELA 3 –TAXA DE LUCRO DO EMPRESÁRIO COM E SEM CAPITAL EMPRESTADO ...	108

RESUMO

As crises econômicas são concebidas como as soluções temporárias das contradições do processo de reprodução do capital. O conceito de contradição quando associado às crises econômicas contempla tanto a unidade de elementos opostos que constituem conexões entre a produção e a circulação de mercadorias como a ruptura desta unidade. Portanto, o entendimento das crises exige a identificação de todas as contradições contidas no processo de reprodução do capital e a análise de como estas contradições interagem formando a crise. Entretanto, a análise de todas as contradições não pode ser empreendida em um único trabalho, pelo fato de que isto exige o estudo de elementos mais complexos do processo de reprodução do capital, como o papel do Estado, do comércio internacional e do mercado mundial. Contudo, nesta perspectiva, o objetivo do presente trabalho é analisar o desdobramento da contradição mais elementar da sociedade capitalista – contida na unidade da mercadoria enquanto valor e valor de uso – até as contradições mais complexas decorrentes da concorrência e do sistema de crédito, ficando de fora a análise do Estado, do comércio internacional e do mercado mundial.

INTRODUÇÃO

A crise econômica é tema recorrente na pesquisa acadêmica, sobretudo na tradição marxista. Há, por isso, uma ampla e heterogênea literatura dedicada a desvendar os mecanismos de seu funcionamento e identificar as relações causais subjacentes. O tema permite, portanto, diversos desdobramentos. Por um lado, pode-se estudá-lo na perspectiva de crises gerais, ou também, enquanto teoria do colapso do capitalismo ou, ainda, como é o caso do presente trabalho é possível estudá-lo tomando como delimitação as crises cíclicas. Por outro lado, o estudo pode ter um caráter de revisão acerca da literatura existente, ou tentar desenvolver uma teoria nova para explicar uma característica específica do fenômeno ou, ainda, fazer um estudo empírico de uma crise específica. Contudo, a natureza do presente trabalho se afasta destas três possibilidades e adentra numa abordagem metodológica acerca do tema.

Com base nisto, o objeto de pesquisa do presente trabalho é analisar o desdobramento das contradições da reprodução do capital, partindo de uma perspectiva metodológica indicada pelo próprio Marx, mas que nunca foi levada a cabo. Marx já havia concebido as crises enquanto soluções temporárias das contradições do modo de produção capitalista. A partir dessa concepção, a abordagem metodológica aqui desenvolvida compõe-se de duas partes. A primeira é explicar qual o sentido do termo contradição quando Marx refere-se às crises. A segunda é aplicar este conceito para entender como a crise se desdobra.

Assim, será mostrado que o termo contradição assume diversos sentidos ao longo das obras de Marx e, inclusive, numa mesma obra. Contudo, ele assume uma definição bastante particular quando associado às crises, pois significa a unidade e a ruptura de elementos que conectam a produção e a circulação das mercadorias e que permitem, portanto, que o valor produzido seja realizado. Com base nesta concepção, o desafio é identificar todas as contradições do processo de reprodução do capital e como elas interagem para formar as crises. A identificação de todas as contradições do

processo de reprodução do capital é uma tarefa que não pode ser realizada em um único trabalho. Isto porque, de acordo com o método de Marx a análise deve ser conduzida a partir dos elementos mais abstratos (e que Marx chamou de possibilidade da crise) até às relações mais complexas do modo de produção capitalista (e que Marx chamou de concretização da crise).

O próprio Marx indicou, na introdução da *Contribuição para Crítica da Economia Política*, que a investigação das crises deveria ser a última tarefa a ser empreendida. Isto porque, dado seu alto nível de complexidade, antes dela era preciso estudar: (i) o capital, o trabalho assalariado, a propriedade agrária e as suas relações recíprocas; (ii) a cidade e o campo; (iii) as três grandes classes sociais e a troca entre estas; (iv) a circulação; (v) o crédito (privado); (vi) a síntese da sociedade burguesa, sob a forma de Estado; (vii) as classes "improdutivas"; (viii) os impostos; (ix) a dívida pública; (x) o crédito público; (xi) a população; (xii) a emigração; (xiii) as relações internacionais da produção; (xiv) a exportação e a importação; (xv) o câmbio; (xvi) o mercado mundial e, finalmente, as crises. Por este motivo, as contradições a serem analisadas neste trabalho são aquelas contidas na: (i) mercadoria; (ii) metamorfose da mercadoria; (iii) metamorfose do capital; (iv) reprodução do capital social; (v) concorrência; e (vi) parte do sistema de crédito, especificamente o crédito privado.

Sendo assim, delimitou-se o escopo das contradições a serem analisadas, partindo-se do elemento mais abstrato da sociedade capitalista – a mercadoria – e a partir disso desdobrando a contradição nela contida até chegar à metamorfose do capital. Até este ponto as contradições identificadas configuram a possibilidade da crise. A partir da introdução das contradições contidas na concorrência e no sistema de crédito parte-se em direção à concretização da crise. Contudo, a configuração mais complexa e concreta da crise só é possível ao analisar-se outros elementos mais concretos do processo de reprodução do capital, como o papel do Estado e do comércio internacional, cuja investigação não está contemplada nos objetivos do presente estudo.

Assim, para contemplar os objetivos acima descritos o conteúdo do trabalho está distribuído da seguinte forma. O capítulo 1 discute o conceito de contradição apresentando, na parte 1.1, uma revisão da literatura acerca do tema e, na parte 1.2, uma análise do conceito com base nas obras do próprio Marx. O capítulo 2 apresenta a possibilidade da crise, isto é, suas formas mais abstratas e sem conteúdo, onde a parte 2.1 apresenta as contradições contidas na metamorfose da mercadoria e a parte 2.2 apresenta as contradições contidas na metamorfose do capital. Finalmente, o capítulo 3 incorpora elementos mais concretos do processo de reprodução do capital – a concorrência e o crédito – dando origem à concretização da crise. Desta forma, na parte 3.1, aborda-se a questão da concorrência em três etapas. A primeira discute o conceito de concorrência, com o intuito de deixar clara a natureza deste conceito na teoria marxista; a segunda analisa a dinâmica concorrencial e seus resultados gerais; e a terceira discute as contradições da concorrência no processo de reprodução do capital. A parte 3.2 discute o sistema de crédito e a contradição entre capital produtivo e capital de empréstimo. Por fim, a parte 3.3, analisa como as contradições mais abstratas desdobram-se nas contradições mais concretas decorrentes da concorrência e do crédito.

1 CONTRADIÇÃO E CRISE

Explicar os mecanismos causais das crises econômicas é uma das tarefas mais difíceis e complexas de toda a Economia Política. Durante os momentos de crise as mais variadas correntes de pensamento econômico se voltam para tentar explicar este fenômeno; entretanto, nos períodos de prosperidade a maioria dos economistas parece esquecer dele. A dificuldade em explicar as crises do capitalismo reside principalmente no fato de que para entendê-las é preciso compreender todo o processo de reprodução do capital, dentro do qual a crise desenvolve-se.

As teorias de crises marxistas, em geral, partem da análise deste processo de reprodução do capital, embora não apresentem consenso no que se refere aos mecanismos causais da crise.¹ Apesar das divergências, os teóricos marxistas mostram consenso, ainda que de forma implícita, em conceber as crises como soluções temporárias para as *contradições* do modo de produção capitalista, tal como Marx freqüentemente as define nas *Teorias da Mais-Valia* e n' *O Capital*.

Não obstante, é curioso verificar que os teóricos marxistas que se ocuparam, e que ainda se ocupam, com a investigação das crises econômicas – em geral, estudiosos pertencentes ao campo das Ciências Econômicas – nunca se preocuparam com a discussão do conceito de *contradição*. Esta falta de preocupação fica evidente em face da completa ausência de debate, neste campo do conhecimento, associando as noções de contradição à problemática das crises econômicas. Embora a maioria dos estudiosos

¹ O Estado da arte das teorias de crise já foi exaustivamente explorado na literatura marxista. Uma classificação possível destas teorias é apresentada por ITOH (1980) dividindo-as em dois grupos: (i) Teorias de excesso de mercadoria, que inclui as vertentes subconsumistas e da desproporção dos ramos industriais (autores freqüentemente considerados subconsumistas são BARAN e SWEEZY (1964) e LUXEMBURG (1985), embora esta última não seja considerada por BLEANEY (1976) como subconsumista, pois, segundo o autor, ela não se ocupa especificamente da deficiência na demanda de bens de consumo; um autor considerado teórico da desproporção é HILFERDING (1985), embora ZONINSEIN (1985) destaque duas concepções contraditórias sobre a causa da crise na obra de Hilferding: as desproporções e uma outra baseada na lei da queda tendencial da taxa de lucro); e (ii) Teorias de excesso de capital, que inclui a hipótese de aumento da composição orgânica do capital e da escassez de força de trabalho (um autor que explica a crise por meio do aumento da composição orgânica do capital é SHAIKH (1978) e a explicação da crise por meio da escassez de força de trabalho é dada por ITOH (1980), entre outros).

refira-se às crises como as manifestações das contradições do processo de reprodução do capital, não há reflexão sobre o que significa a contradição pensada por Marx, quais os elementos que a constitui, quais são as contradições envolvidas na determinação e manifestação das crises *etc.* Esta discussão esteve sempre restrita aos teóricos do campo da Filosofia, cujos objetos de pesquisa não são, em geral, as crises econômicas.

Em face disto, parece haver a necessidade de resgatar o conceito de contradição juntamente com a investigação dos mecanismos causais das crises tentando resolver esse descompasso metodológico. É com este objetivo que o presente capítulo pretende mostrar a importância de utilizar, dentre as inúmeras concepções existentes, o conceito de contradição mais adequado à investigação das crises. Assim, a seção 1.1 apresenta uma revisão da literatura que evidencia a falta de consenso no que se refere ao conceito de contradição dentro do marxismo. Em vista deste desacordo, a seção 1.2 procura resgatar o entendimento de contradição do próprio Marx, com base na análise de alguns textos principais.

1.1 O DEBATE MARXISTA SOBRE A CONTRADIÇÃO

A relação entre as contradições do processo de reprodução do capital e as crises é expressa por Marx em várias passagens como, por exemplo: “As crises são sempre apenas *soluções momentâneas* violentas das *contradições*, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado.” [grifos meus] (MARX, 1986c, IV, p.188). Assim, se as crises estão relacionadas às contradições do capitalismo, então é preciso entender qual o significado da palavra *contradição* dentro do método de Marx para, em seguida, entender o que são e como se formam as crises.

O problema é que Marx não escreveu um texto que explicasse seus conceitos metodológicos e a relação deles com o método dialético de Hegel. A falta deste texto dá margem a diversas interpretações sobre o método utilizado, dividindo a tradição marxista, conforme assinala SMITH (1993, p.16), em três posições a respeito dessa influência: (i) aqueles que radicalmente rejeitam o hegelianismo *in toto*, como é o caso

de ALTHUSSER (1967), GODELIER (1982), COLLETTI (1975) *etc.*; (ii) aqueles que, como CARCHEDI (1993), admitem um legado hegeliano no marxismo, embora argumentem que ele envolve apenas questões superficiais relacionadas ao método de apresentação dos resultados; e (iii) aqueles que sustentam que o método hegeliano é crucial para o entendimento da teoria de Marx, como acreditam LÊNIN (1961 e 1972), MAO TSE-TUNG (1937), ARTHUR (1993), o próprio SMITH (1993), entre outros.

Como o tema Hegel-Marx já foi exaustivamente discutido na literatura marxista não se pretende voltar a analisá-lo em detalhes aqui, mas apenas resgatar o debate a respeito do conceito de contradição. Assim, esta seção divide-se em três partes. O item 1.1.1 apresenta o conceito de contradição sob o ponto de vista de autores que rejeitam a herança hegeliana na obra de Marx. O item 1.1.2 apresenta o conceito de contradição sob o ponto de vista de autores que reconhecem a importância da influência de Hegel sobre o método de Marx. E, finalmente, o item 1.1.3 apresenta uma concepção que não só rejeita a influência de Hegel sobre Marx, mas também repudia a própria contradição dialética como elemento importante da prática científica.

1.1.1 O Anti-Hegelianismo e o Conceito de Contradição

Um dos maiores opositores à afirmação de que a dialética marxista possui heranças hegelianas é Louis Althusser. Em sua principal obra sobre o tema – *Contradição e Sobre-determinação* – o autor argumenta contra essa herança a partir de uma famosa citação de Marx do posfácio à segunda edição do livro I d’*O Capital*:

Em seu princípio (*der Grundlage nach*), meu método dialético é não somente distinto do método hegeliano, como também é seu contrário direto. (...) O lado mistificador (*mystifizierende*) da dialética hegeliana, critiquei-o há trinta anos atrás, quando ela ainda estava na moda (...) A mistificação que a dialética sofre entre as mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor-lhe (*darstellen*) com amplitude e consciência as formas gerais de movimento. Ela nele está de cabeça para baixo. É preciso invertê-la para descobrir na ganga mística (*mystische Hülle*) o nódulo (*kern*) racional. Na sua forma mistificada, a dialética foi uma moda alemã, pois parecia transfigurar o dado (*das Bestehende*). Na sua figura (*Gestalt*) racional, ela é um escândalo e objeto de horror para os burgueses (...) (MARX, *apud* ALTHUSSER, 1967, p.76).

A tese de Althusser baseia-se principalmente na penúltima frase da citação acima: “Ela (a dialética) nele (em Hegel) está de cabeça para baixo. É preciso invertê-la para descobrir na ganga mística o nódulo racional.” Para argumentar contra a herança hegeliana sobre o método de Marx, o autor critica a metáfora da “inversão” afirmando que ela trouxe tantos problemas quanto resolveu. Primeiro, argumenta o autor, se a “ganga mística” fosse a filosofia especulativa de Hegel e o “nódulo racional” a dialética, como se poderia pensar à primeira vista, então não se trataria de uma “inversão”, mas sim de uma “extração”. Isto é, extrair da filosofia especulativa a dialética hegeliana para transformá-la em dialética marxista.

Segundo, indo mais além, o autor questiona o que deveria ser “invertido” nesta “extração” para transformar a dialética hegeliana na dialética marxista. Se essa inversão significar aplicar ao “mundo real” a mesma dialética que antes era aplicada ao “mundo sublimado”, ou “aplicá-la à vida ao invés de aplicá-la à Idéia”, então se trata apenas de uma inversão de sentido da dialética mantendo-a intacta em sua essência. E sendo “inconcebível que a ideologia hegeliana não tenha contaminado a essência da dialética no próprio Hegel” então não é possível que “a dialética hegeliana possa deixar de ser hegeliana e tornar-se marxista pelo simples milagre de uma extração” (ALTHUSSER, 1967, p.77).

Todavia, Althusser não crê que a “ganga mística” a qual Marx se referiu fosse a filosofia especulativa de Hegel, mas sim a própria dialética hegeliana. A base para tal conclusão o autor retira da mesma citação, na qual Marx se refere ao “lado mistificador da dialética hegeliana”, à “mistificação que a dialética sofre entre as mãos de Hegel” e que na sua “forma mistificada, a dialética foi uma moda alemã”. (MARX, *apud* ALTHUSSER, 1967, p.76). Assim, Althusser conclui a discussão sobre a influência de Hegel em Marx argumentando “que se a dialética marxista é ‘em seu próprio princípio’ o oposto da dialética hegeliana, se ela é racional e não mística-mistificada-mistificadora, essa diferença radical deve manifestar-se na sua essência, isto é, nas suas determinações e nas suas próprias estruturas.” Por isso, “as estruturas

fundamentais da dialética hegeliana, tais como a negação, a negação da negação, a identidade dos contrários, a ‘superação’, a transformação da qualidade em quantidade, a contradição etc. ..., possuem em Marx (na medida em que as retoma: o que não é sempre o caso!) uma estrutura diferente da que possuem em Hegel.” (ALTHUSSER, 1967, p.79-80).

É a partir disso que Althusser – guiado pelo objetivo de demonstrar as diferenças na estrutura de Marx *versus* de Hegel – aborda o conceito de contradição. O autor parte da análise de um fato histórico, a revolução Russa de 1917, para demonstrar a natureza “sobredeterminada” da contradição marxista em face da natureza “simples” da contradição hegeliana. Para explicar aquela revolução Althusser relembra Lênin quando argumenta que a revolução só ocorreu na Rússia por ser ela o “elo mais débil da cadeia dos Estados imperialistas: visto que *acumulava a maior soma de contradições* históricas então possível.” [grifos meus] (ALTHUSSER, 19767, p.83). É nesse sentido de “acumulação de contradições” que o autor define a natureza “sobredeterminada” da contradição marxista em contraposição à “essência interior”, “em si” da contradição hegeliana.

No entanto, Althusser não define o que é a contradição marxista (mas apenas como ela é, ou seja, sobredeterminada), não define os termos ou os elementos que a compõem. Talvez ele tenha tomado de empréstimo e como subentendido os conceitos apresentados por Mao Tse-Tung², embora este se situe no campo de aceitação da influência hegeliana sobre Marx. Mesmo assim, sua noção de sobredeterminação deve ser considerada no caso da investigação sobre as crises econômicas já que, em face da complexidade do fenômeno crise, sua causa não deixa de ser “sobredeterminada”, combinando neste sentido com a definição utilizada pelo próprio Marx de que a crise é a “convergência real e o ajuste à força de *todas* as contradições da economia burguesa”

² Em nota de rodapé ALTHUSSER (1967, p. 80) refere-se à análise de Mao Tse-Tung sobre a contradição como contendo “conceitos novos e fecundos” apesar de ainda “descritivos” e “abstratos”. Esta apreciação é curiosa, já que a obra de Mao é baseada quase que inteiramente nas contribuições filosóficas de Lênin e, portanto, indiretamente em Hegel. A análise do texto de Mao é feita no item seguinte.

[grifo meu] (MARX, 1980a, p.945).

Outro autor que também rejeita a influência hegeliana sobre Marx é Maurice Godelier. Em seu artigo *Estrutura e Contradição no Capital* o autor desenvolve uma análise estruturalista do conceito de contradição. Ele argumenta que o método de Marx prioriza o estudo e a identificação das estruturas existentes dentro de um sistema e os elementos internos que as compõe para somente depois estudar a gênese e a evolução histórica destas estruturas. Com isso, o autor pretende mostrar que a obra de Marx não padece de “qualquer historicismo ou dependência de acontecimentos” (GODELIER, 1982, p.316). Assim, a gênese de um sistema (o capitalista, por exemplo) deve ser descrita simultaneamente à dissolução de outro sistema (o feudal), sendo que estes dois acontecimentos dependem de um mesmo processo: “o desenvolvimento das *contradições* internas dentro do velho sistema” [grifo meu] (GODELIER, 1982, p.317).

Entretanto, ao analisar o método de Marx nesta perspectiva Godelier se depara com a seguinte questão: “como é possível reconciliar a hipótese do aparecimento das contradições internas dentro de um sistema com a tese de que o funcionamento do sistema *reproduz* necessariamente suas condições de funcionamento?” (GODELIER, 1982, p.317). Ou seja, Godelier está preocupado em explicar a coexistência de contradições que nascem desde o início do sistema e que permitem a sua reprodução com contradições que nascem a partir de certo estágio de evolução do sistema e que exigem sua transformação, mais especificamente sua substituição. Para resolver este problema Godelier subordina o conceito de contradição a um limite estrutural (entre e dentro das estruturas) e, portanto, “torna a contradição dialética dispensável ao processo discursivo”, conforme bem observa GORENDER (1986, p.xxvi).

Para entender melhor essa subordinação do conceito de contradição a um limite estrutural pode-se analisar as duas noções de contradição que Godelier identifica n’*O Capital*. A primeira é a contradição entre capital e trabalho e a segunda é a contradição entre o desenvolvimento e a socialização das forças produtivas e a

propriedade dos meios de produção.

A primeira contradição – entre capital e trabalho – é aquela existente entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. “Uma possui o capital, a outra é excluída da posse dele. O lucro de um é o trabalho não pago do outro.” (GODELIER, 1982, p. 321). Dois elementos essenciais caracterizam esta contradição: (i) ela localiza-se dentro de uma estrutura, isto é, dentro da estrutura “relações de produção”; (ii) ela existe desde o início do sistema capitalista, isto significa que o funcionamento do sistema reproduz esta contradição e, portanto, ela só pode ser superada com a superação do sistema.

A segunda contradição analisada por Godelier é aquela entre o desenvolvimento e a socialização das forças produtivas, de um lado, e a propriedade privada dos meios de produção, de outro. Aqui, três características podem ser ressaltadas: (i) esta contradição não existe *dentro* de uma estrutura, mas, ao contrário, existe *entre* as estruturas “forças produtivas” e “relações de produção”; (ii) esta é, segundo o autor, a contradição fundamental do modo de produção capitalista, pois “explica a evolução do capitalismo e seu inevitável desaparecimento”; (iii) esta contradição “não é original” no sentido de que não existe desde o início do sistema capitalista, mas “aparece em um ‘certo estágio’ da evolução, em um ‘certo estágio de maturidade’ do sistema” (GODELIER, 1982, p.322).

Então, o aparecimento da contradição fundamental “em certo estágio de maturidade do sistema” é explicado por meio do conceito de “limite à compatibilidade funcional das diferentes estruturas”. Ou seja, a segunda contradição, diferentemente da primeira que existe desde o início do sistema, “origina-se nos limites objetivos das relações de produção que se mantêm constantes, enquanto que as forças produtivas variam em certas proporções.” (GODELIER, 1982, p.326). Assim, em última análise, a contradição se reduz a uma “incompatibilidade estrutural” que no decorrer do desenvolvimento do sistema seria responsável pelas transformações do capitalismo.

Esta interpretação de Godelier a respeito das duas contradições existentes n’O

Capital pode parecer adequada quando não se define exatamente os sentidos atribuídos por Marx ao termo contradição. Analisando-se com mais rigor a argumentação do autor, vários problemas surgem sem que as respostas possam ser encontradas no restante do texto. Por exemplo, Godelier argumenta que a segunda contradição é visível utilizando uma citação do próprio Marx: “Esta colisão aparece em parte nas crises periódicas” (MARX, *apud* GODELIER, 1982, p.322). Uma pergunta que surge é: como é possível que uma contradição – que supostamente explica a evolução e o desaparecimento do sistema capitalista – possa se manifestar nas crises cíclicas, na medida em que estas não eliminam o capitalismo, mas ao contrário, restabelecem sempre novas condições para um nível maior de acumulação?

Além disso, a falta de uma conceituação explícita do que é contradição faz o autor ignorar a existência de outras contradições importantes como aquela entre o valor e valor de uso, fundamental para explicar a possibilidade das crises, ou seja, para explicar as formas mais abstratas das crises periódicas. O esclarecimento destas questões só pode ser obtido com a adequada conceituação do que é ou do que são as contradições citadas nas obras de Marx. E, ainda, é preciso esclarecer como (ou se) algumas contradições podem existir desde o início e outras apenas a partir de certo estágio do processo de reprodução do capital. Portanto, assim como Althusser, Godelier não define explicitamente o que é a contradição em Marx, limitando-se apenas a diferenciá-la da contradição de Hegel.

Para Godelier “a dialética de Marx nada tem a ver com a de Hegel, porque não dependem da mesma noção de contradição”, sobretudo, e neste ponto o autor parece estar correto, por não compartilharem do princípio da “identidade dos opostos” (GODELIER, 1982, p.308). Para Godelier, a diferença fundamental da natureza da contradição marxista e da hegeliana manifesta-se na solução dada por cada autor para a sua superação. Em Marx, segundo Godelier, a solução da contradição fundamental está *fora* da própria contradição e não pode ser reduzida ao seu conteúdo. A solução da contradição fundamental “é uma mudança na estrutura das relações de produção para

fazer com que *correspondam* às estruturas das forças produtivas.” Esta mudança implica na exclusão da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, implica em modificações ao nível das superestruturas políticas e culturais.

Por isso, Godelier afirma ser impossível que Marx tenha utilizado a teoria da “identidade dos opostos”, já que esta hipótese foi “inventada por Hegel para mostrar que há uma solução *interna* para as contradições *internas* de uma estrutura”. (GODELIER, 1982, p.327). Entretanto, o fato de Marx não ter usado o princípio da “identidade dos opostos” não exclui a possibilidade de que a solução da contradição seja interna. No caso das crises, parece que elas podem ser concebidas como exemplos de soluções internas para as contradições do processo de reprodução do capital, ainda que sejam temporárias ou momentâneas. Podem ser entendidas como soluções internas no sentido de que surgem do próprio processo de reprodução do capital, como forma de “destruição de capital” (seja pela sua manutenção ociosa, seja pela depreciação de valores) e resolução do problema da “superacumulação de capital” restabelecendo as condições para uma nova acumulação. (MARX, 1986c, IV, p.931-932).

Contudo, embora Godelier afirme a independência entre o método de Marx e o de Hegel, ao mesmo tempo, reconhece as “ilhas positivas no mar especulativo do discurso” de Hegel “uma vez que o princípio da identidade dos opostos, *a fortiori* estabelece o princípio da sua unidade.” Assim, segundo Godelier, a metáfora colocada por Marx de “núcleo” e “inversão” pode ser entendida como uma forma de quitar sua dívida teórica com Hegel pela absorção do conceito de “unidade dos opostos e o grupo de propriedades a ele ligadas”³ (GODELIER, 1982, p. 329).

Mesmo Godelier não tendo investigado rigorosamente o que é a contradição em Marx, a questão levantada por ele de como entender o surgimento de novas contradições dentro do sistema capitalista também é um ponto importante para o

³ É interessante notar que para Godelier Marx “amputou” o princípio da identidade dos opostos do “núcleo” da dialética hegeliana absorvendo apenas alguns fragmentos deste núcleo como a unidade dos opostos. Todavia, Godelier não crê que apenas a substituição do princípio da identidade pelo da unidade dos opostos torne o método dialético científico. É com essa preocupação que o autor desenvolve o conceito de “limite estrutural”.

estudo das crises, na medida em que traz à tona outra questão: poderiam surgir novas contradições em diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo dando novas formas de manifestação à crise? Ou, invertendo a questão: será que as diversas formas de manifestação da crise podem ser atribuídas a diferentes contradições que surgem no decorrer dos estágios de desenvolvimento do sistema capitalista? Ou, na verdade, o capitalismo contém certas contradições estruturais que vêm, desde o seu início, manifestando-se nos diversos tipos de crises já conhecidos?

1.1.2 O Conceito de Contradição e a Influência Hegeliana

Diferentemente dos autores discutidos no item anterior, LÊNIN (1961 e 1972) e MAO TSE-TUNG (1937), entre outros, consideram significativa a influência de Hegel sobre Marx e, por isso desenvolvem o conceito de contradição de forma diversa. Lênin ao estudar a *Ciência da Lógica* de Hegel afirmou ser impossível entender *O Capital*, especialmente seu primeiro capítulo, sem antes estudar e entender a *Lógica* hegeliana.⁴ Esse estudo de Lênin resultou em anotações postumamente publicadas como *Conspectus of Hegel's the Science of Logic* e *On the Question of Dialectics*, escritas entre 1914 e 1916. Estas anotações parecem ter sido elaboradas não com a intenção de publicação, mas apenas com o objetivo de aprender com Hegel sobre a dialética e sobre as raízes filosóficas de Marx. Por isso, essas anotações, além de terem um aspecto inacabado, situam-se no campo dos conceitos filosóficos puros sem contrapartida desses conceitos com os objetos de interesse da Política, como fez Mao, ou mesmo da Economia Política, sobretudo as crises, como interessa ao presente trabalho.

Por essa razão, o mais importante a ser retido dessas duas obras é o entendimento de Lênin acerca das duas visões de mundo sobre o Conhecimento e

⁴ “It is impossible completely to understand Marx's *Capital*, and especially its first Chapter, without having thoroughly studied and understood the *whole* of Hegel's *Logic*. Consequently, half a century later none of the Marxists understood Marx!!” (LÊNIN, 1961, p.180).

sobre a própria Dialética. Para Lênin, assim como para Mao que apenas o retoma, existem duas visões básicas de desenvolvimento do Universo: (i) o desenvolvimento como acréscimo e decréscimo quantitativo, como simples repetição; (ii) e o desenvolvimento como unidade dos opostos (LÊNIN, 1972, p.360).

Segundo o autor, a primeira visão equivale à concepção metafísica e a segunda à concepção dialética do desenvolvimento das coisas existentes no mundo. A concepção metafísica percebe as coisas isoladas, de forma estática e parcial, atribuindo a causa das mudanças na quantidade a elementos externos e não internos às coisas. Contrária a essa visão está a concepção dialética na qual a causa do desenvolvimento encontra-se na contradição interna à coisa, enquanto a interação com outros fenômenos deve ser considerada como causa secundária do desenvolvimento. Isto não significa que, para Lênin e Mao, o materialismo dialético exclua as causas externas. Estas são, segundo Mao, as *condições* de mudança e as causas internas são as *bases* para a mudança. Mao exemplifica esta relação da seguinte forma: “Numa temperatura adequada um ovo se transforma num pintainho, mas nenhuma temperatura pode transformar uma pedra num pintainho, pois esta tem uma base diferente.”⁵ (TSE-TUNG, 1937, p.314).

A partir desta segunda visão de mundo, Lênin define a essência da Dialética como sendo o conhecimento ou o estudo das partes contraditórias que formam o todo. A dialética entendida neste sentido, ou seja, entendida como uma totalidade composta por elementos contraditórios é, para Lênin, uma “lei do conhecimento”, uma “lei do mundo objetivo” e, por isso, pode ser aplicada a todos os campos do conhecimento científico. Portanto, fica claro da leitura dos textos filosóficos de Lênin, e também de Mao, que para eles a “lei da contradição” pode ser definida como a “lei da unidade dos opostos” e coincide com o materialismo dialético: “a Dialética, em seu sentido próprio,

⁵ “In a suitable temperature an egg changes into a chicken, but no temperature can change a stone into a chicken, because each has a different basis.” (TSE-TUNG, 1937, p.314).

é o estudo da contradição na essência das coisas” (LÊNIN⁶, *apud* TSÉ-TUNG, 1937, p. 311).

Entretanto, este não é um ponto de consenso na literatura marxista. GODELIER (1982, p.328), por exemplo, se contrapõe dizendo que “quando Lênin afirma que a dialética é ‘a teoria da identidade dos opostos’, ou ‘o estudo da contradição na própria essência das coisas’, sugiro que está propondo uma falsa equivalência entre estas duas definições.” Neste caso, a objeção de Godelier parece estar na utilização do termo “identidade dos opostos”, já que para ele Marx amputou este princípio de sua dialética substituindo-o pela “unidade dos opostos”. Mas, além desta objeção, pode-se colocar outra: será que o estudo da dialética coincide com o estudo da contradição (unidade dos opostos) ou esta última é apenas um aspecto do chamado método dialético?

Além de Lênin propor a coincidência entre a dialética e a contradição, ele retoma integralmente os conceitos hegelianos atribuindo-os a Marx sem levar em conta as transformações que estes conceitos sofreram nas mãos do próprio Marx. Estas transformações podem ser entendidas por meio da investigação e esclarecimento de dois pontos: (i) a confusão entre as noções de identidade e unidade dos opostos; (ii) a afirmação incorreta de que os termos da contradição marxista são “mutuamente exclusivos”. Estes dois pontos podem ser apreciados em Lênin na seguinte passagem:

A identidade dos opostos (talvez fosse mais correto dizer sua ‘unidade’, – embora a *diferença entre os termos identidade e unidade não seja aqui particularmente importante*. Em certo sentido ambos são corretos) é o reconhecimento (descobrimento) das tendências opostas, *mutuamente exclusivas*, contraditórias em todos os fenômenos e processos da natureza (incluindo espírito e sociedade).⁷ [grifos meus] (LÊNIN, 1972, p.359-60).

Marx demonstrou, já em 1859, sua rejeição à noção de “identidade” e sua

⁶ “Dialectics in the proper sense is the study of contradiction *in the very essence of objects*.” LÊNIN, V. I. (1958). *Conspectus of Hegel’s Lectures on the History of Philosophy. Collected Works*, Russ. ed., Moscow, v. 38, p.249.

⁷ “The identity of opposites (it would be more correct, perhaps, to say their “unity,” – although the difference between the terms identity and unity is not particularly important here. In a certain sense both are correct) is the recognition (discovery) of the contradictory, *mutually exclusive*, opposite tendencies in *all* phenomena and processes of nature (*including* mind and society).” (LÊNIN, 1972, p.359-60).

substituição pela idéia de “unidade”. Isto pode ser confirmado pela seguinte passagem encontrada na *Contribuição à crítica da Economia Política*: “Nada mais simples nesse caso, para um hegeliano, que admitir a *identidade* da produção e do consumo (...) Não chegamos à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são *idênticos*, mas que são antes *elementos de uma totalidade*, diferenciações no interior de uma *unidade*.” [grifos meus] (MARX, 1983, p.211 e 217).

Assim, distinguir o que é uma “identidade” do que é uma “unidade” é importante na medida em que esta diferenciação evita a armadilha, na qual caíram Mill e Say, de supor que “a oferta cria sua própria procura”. Esta correspondência imediata entre oferta e demanda não existe justamente porque estes elementos não formam uma identidade – no sentido de que um implique seguramente o outro –, mas, ao contrário, formam uma unidade que pode ser rompida a qualquer momento e que, na verdade, no capitalismo, dificilmente coincidem dada a falta de planejamento do sistema produtivo.

O segundo ponto, a afirmação de que os termos da contradição marxista são “mutuamente exclusivos” não é correta, pois “seus termos ou pólos pressupõem-se mutuamente, de modo a constituir uma oposição inclusiva” e não exclusiva (BHASKAR, 1988, p.80). Por exemplo, a contradição existente entre a compra e a venda: a compra pressupõe e não exclui a venda, embora esse dois elementos formem uma unidade essencial que se manifesta na metamorfose da mercadoria, tal unidade pode ser, e frequentemente é, rompida, como será visto adiante, pela atuação do dinheiro como meio circulação e meio de pagamento.

Ainda dentro da tradição hegeliana, o segundo autor importante a ser discutido é Mao Tsé-Tung com a obra *On Contradiction*. Embora, por um lado, ele absorva integralmente as contribuições de Lênin no campo filosófico, e por isso se faz necessário uma análise crítica de sua obra, por outro, avança significativamente na definição e caracterização do conceito de contradição. Um dos avanços de MAO TSE-TUNG (1937) frente a Lênin é, além da análise profunda do conceito, a tentativa de

aplicá-lo às questões da prática política, principalmente como crítica às dissonâncias dentro do Partido Comunista Chinês. O autor explora o conceito considerando cinco características principais: (i) a universalidade da contradição; (ii) a particularidade da contradição; (iii) a contradição principal e o aspecto principal de uma contradição; (iv) a identidade e a luta dos aspectos de uma contradição; (v) o lugar do antagonismo numa contradição⁸.

A primeira característica destacada por Mao, a universalidade da contradição, deve ser entendida no seu duplo sentido. Por um lado, a contradição existe no processo de desenvolvimento de todas as coisas, por isso atribuir-lhe o adjetivo de universal, absoluta. Mao usa uma citação de Lênin para ilustrar este sentido da universalidade da contradição: na Matemática existe a unidade essencial de elementos opostos como a soma e a subtração; na Mecânica: a ação e a reação; na Física: o pólo positivo e o negativo; na Química: a combinação e a dissociação dos átomos; na Ciência Social: a luta de classes (LÊNIN, 1972, p. 358). Mao acrescenta, ainda, o exemplo da guerra: a ofensiva e a defensiva, o avanço e o recuo, a vitória e a derrota.

A esse respeito, Colletti observa o seguinte: “Lênin lista vários exemplos da dialética, os quais são todos oposições reais, isto é, oposições não-contraditórias”⁹. (COLLETTI, 1975, p.10). Neste ponto Colletti parece ter razão em pelo menos um aspecto de sua crítica: o fato de que as duplas de elementos opostos listados por Lênin

⁸ Alguns autores como DOOLIN e GOLAS (1964), entre outros, tentaram demonstrar a tese de que a obra *On Contradiction* de Mao Tsé-tung não é original e não passa da cópia das teses de Stalin e Zhdanov. Os autores baseiam-se no argumento de que a obra não pode ter sido escrita em 1937, mas deve ter sido redigida muito mais tarde, pois: (i) não há referências desta obra na edição de 1945 do *Selected Work* de Mao, sendo a primeira referência encontrada apenas na edição de 1952; (ii) a obra de Mao “*Dialectical Materialism*”, escrita em 1940, apresenta, segundo os autores, uma tentativa de discurso filosófico “vago” e “errado” o que não deveria ocorrer se, de fato, *On Contradiction* tivesse sido escrito em 1937, já que esta obra contém desenvolvimentos filosóficos bastante ricos. Todavia, esses argumentos não parecem suficientes para sustentar a tese de que a obra de Mao não seja original, mesmo se ela não tivesse sido escrita em 1937. O fato é que não se encontram, pelo menos em STALIN (1938), desenvolvimentos teóricos sobre o conceito de contradição, semelhantes aos apresentados por Mao em *On Contradiction*.

⁹ “Lenin thereafter lists a number of instances of the dialectic which are all real oppositions, i.e. non-contradictory oppositions, and so have nothing to do with the dialectic. ‘In mathematics: +and-; differential and integral. In mechanics: action and reaction. In physics: positive and negative electricity. In chemistry: the combination and dissociation of atoms.’” (COLLETTI, 1975, p.10). Os argumentos de Colletti a respeito da diferença entre as “oposições reais” e as “oposições dialéticas” serão tratados no item 1.1.3.

são mutuamente exclusivas¹⁰ e isto não é característico das oposições dialéticas marxistas que são mutuamente inclusivas. Isto coloca o seguinte problema: será que a contradição, no sentido como foi pensado e trabalhado por Marx, é algo que existe de fato em todas as coisas? Aqui, mais uma vez, surge a necessidade de estudar o termo com base nas obras do próprio Marx.

Por outro lado, a contradição, para Mao, existe do início ao fim de cada processo. Por isso, nesse sentido também é universal, pois a relação entre os elementos opostos só acaba quando esta contradição é superada, isto é, resolvida. Aqui a abordagem de Godelier pode ser contraposta à de Mao. Para GODELIER (1982) existem contradições que nascem desde o início do sistema (ou do processo nos termos de Mao) e outras que se desenvolvem a partir de “certo momento”, graças à “incompatibilidade estrutural” ou ao “limite à compatibilidade funcional das estruturas”. Já para Mao a contradição existe do início ao fim de um processo.

Muito antes de Godelier expor sua concepção, Mao criticou a idéia da Escola de Deborin¹¹ de que as contradições não aparecem desde o início do processo, mas em certo estágio de desenvolvimento deste processo. Se assim fosse, argumenta Mao, então, os desenvolvimentos do processo anteriores a esse estágio só podem ser explicados por causas externas e não internas como propõe a dialética materialista. Para Mao, “a questão é a existência de diferentes tipos de contradição e não uma questão de presença ou ausência de contradição. A contradição é universal e absoluta, está presente no processo de desenvolvimento de todas as coisas e permeia todos os processos do início ao fim.”¹² (TSÉ-TUNG, 1937, p. 318). Embora Mao seja enfático

¹⁰ Por exemplo, a soma é simplesmente o inverso da subtração, não coexistem juntas, ou se opera com um sinal ou com outro; a vitória exclui a derrota, são, também, relações inversas. Isto é diferente da contradição existente entre compra e venda, onde a compra é o lado oposto da venda, mas ambas dependem uma da outra, se incluem, e somente unidas completam a metamorfose da mercadoria.

¹¹ A Escola de Deborin foi uma corrente filosófica russa da década de 1920, liderada por Abram Moiseevich Deborin (1881-1963). Deborin se tornou conhecido, na Rússia, por ser discípulo de Plekhanov e o líder dos “*dialecticians*” na disputa filosófica contra os “*mechanists*” liderados por L. I. Akselrod. (CHOATE, 2005).

¹² “The question is one of different kinds of contradiction, not of the presence or absence of contradiction. Contradiction is universal and absolute, it is present in the process of development of all things and permeates every process from beginning to end.” (TSÉ-TUNG, 1937, p. 318).

quanto à existência da contradição do início ao fim do processo, isto parece valer apenas para a contradição que ele chama de fundamental:

A contradição fundamental do processo de desenvolvimento de uma coisa e a essência do processo determinada por essa contradição fundamental *não desaparecerão até que o processo esteja completo*; mas num processo prolongado as condições geralmente diferem em cada estágio. (...) Além disso, entre numerosas contradições maiores e menores, as quais são determinadas ou influenciadas pela contradição fundamental, *algumas se intensificam, algumas são temporariamente ou parcialmente resolvidas ou mitigadas, e outras novas emergem*; portanto, o processo é marcado por estágios.¹³ (TSÉ-TUNG, 1937, p. 325).

Por um lado, é interessante lembrar que para Godelier a contradição fundamental é que surge em determinado estágio do processo, enquanto que para Mao a contradição fundamental deve existir do início ao fim do processo, podendo surgir outras contradições secundárias quando o processo se torna muito prolongado. Por outro lado, é importante ressaltar que Mao não explica como surgem novas contradições, ao passo que Godelier dá uma explicação para isso por meio da tese da “incompatibilidade funcional das estruturas”.

A segunda característica da contradição apontada por Mao é a sua particularidade. Embora a contradição seja universal, nos dois sentidos discutidos acima, cada processo de desenvolvimento (ou forma de movimento) contém sua contradição particular. Isto significa dizer que os processos de desenvolvimento ou de movimento das coisas diferem entre si porque cada um possui uma contradição particular que constitui sua essência particular. Assim, a diferença existente entre as diversas Ciências reside na base da contradição particular inerente aos seus respectivos objetos de estudo.

Para Mao o entendimento destas duas características da contradição (a

¹³ “The fundamental contradiction in the process of development of a thing and the essence of the process determined by this fundamental contradiction will not disappear until the process is completed; but in a lengthy process the conditions usually differ at each stage. (...) In addition, among the numerous major and minor contradictions which are determined or influenced by the fundamental contradiction, some become intensified, some are temporarily or partially resolved or mitigated, and some new ones emerge; hence the process is marked by stages.” (TSÉ-TUNG, 1937, p. 325).

universalidade e a particularidade) é fundamental para o entendimento da teoria do conhecimento do ponto de vista marxista. Para ele, existem dois processos do conhecimento: (i) do particular para o geral e (ii) do geral para o particular. É preciso primeiro estudar a particularidade da contradição e conhecer a essência individual das coisas para depois estudar adequadamente a universalidade da contradição e a essência comum às coisas. Em seguida é preciso ir além e estudar as coisas concretas, ou seja, partir do geral em direção ao particular novamente. Mao acusa os “dogmatistas” do Partido Comunista Chinês daquela época de “não entendem a interconexão destes dois processos do conhecimento – do particular para o geral e, então, do geral para o particular.”¹⁴ (TSÉ-TUNG, 1937, p. 321).

A terceira característica da contradição, segundo Mao, é a existência de uma contradição principal e a existência de um aspecto principal dentro de cada contradição. Para Mao, o processo de desenvolvimento de uma coisa complexa envolve muitas contradições e uma delas deve ser a contradição principal (ou fundamental) cuja existência e desenvolvimento determina ou influencia a existência e o desenvolvimento das demais contradições. Neste sentido, para Mao, a contradição principal da sociedade capitalista é a oposição entre burgueses e proletários:

(...) na sociedade capitalista as duas forças contraditórias, o proletariado e a burguesia, formam a contradição principal. As outras contradições, como aquelas entre a classe feudal remanescente e a burguesia, a classe pequeno-burguesa e a burguesia, os proletariados e os pequeno-burgueses, os capitalistas não-monopolistas e os monopolistas, a democracia burguesa e a democracia fascista, entre os países capitalistas e entre o imperialismo e as colônias, todas são determinadas ou influenciadas por essa contradição principal.¹⁵ (TSÉ-TUNG, 1937, p.331).

Mas, dependendo das circunstâncias, a contradição principal pode tornar-se

¹⁴ “Our dogmatists (...) Nor do they understand the interconnection of the two processes in cognition – from the particular to the general and then from the general to the particular. They understand nothing of the Marxist theory of knowledge.” (TSÉ-TUNG, 1937, p.321).

¹⁵ “For instance, in capitalist society the two forces in contradiction, the proletariat and the bourgeoisie, form the principal contradiction. The other contradictions, such as those between the remnant feudal class and the bourgeoisie, between the peasant petty bourgeoisie and the bourgeoisie, between the proletariat and the peasant petty bourgeoisie, between the non-monopoly capitalists and the monopoly capitalists, between bourgeois democracy and bourgeois fascism, among the capitalist countries and between imperialism and the colonies, are all determined or influenced by this principal contradiction.” (TSÉ-TUNG, 1937, p.331).

secundária e outra contradição emergir como principal. Mao ilustra esta situação com o caso chinês. Na China “semi-colonial” a contradição entre o sistema feudal e a grande massa da população deixa de ser principal e torna-se secundária para dar lugar à contradição entre este país (com a união temporária entre as diversas classes, exceto “os traidores”) e a força imperialista externa. O ponto importante é que em qualquer processo há sempre uma contradição principal que influencia, determina ou lidera as demais e, segundo Mao, a identificação e compreensão desta contradição principal estabelecem as condições para sua superação.

Da mesma forma que entre várias contradições uma ocupa o papel principal e as demais são secundárias, podendo ocorrer mudanças nestas posições, os dois aspectos de uma contradição (seja ela principal ou secundária) também são desiguais e, portanto, um deles assume o papel principal e o outro o secundário. O aspecto principal de uma contradição lidera a contradição determinando sua natureza. Entretanto, isso se dá de forma dinâmica, ou seja, aquele que era principal pode tornar-se secundário e vice-versa. O exemplo dado por Mao é o da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Em geral, o desenvolvimento das forças produtivas confere a elas o papel de aspecto principal da contradição liderando e conduzindo o desenvolvimento do processo. Entretanto, “quando é impossível para as forças produtivas se desenvolver sem uma mudança nas relações de produção, então a mudança nas relações de produção joga um papel principal e decisivo.”¹⁶ (TSÉ-TUNG, 1937, p.336).

A quarta característica da contradição e, talvez, a mais problemática é a identidade e a luta dos aspectos de uma contradição. Para Mao os aspectos opostos de uma contradição mantêm uma identidade. O problema reside justamente na definição do que é esta identidade:

Identidade, unidade, coincidência, interpenetração, interpermeação, interdependência (ou

¹⁶ “When it is impossible for the productive forces to develop without a change in the relations of production, then the change in the relations of production plays the principal and decisive role.” (TSÉ-TUNG, 1937, p.336).

dependência mútua para existência), interconexão ou cooperação mútua – *todos esses termos diferentes significam a mesma coisa* e referem-se aos dois pontos seguintes: primeiro, a existência de um aspecto de uma contradição no processo de desenvolvimento de uma coisa pressupõe a existência do outro aspecto e os dois coexistem em uma entidade única; segundo, em dadas condições, cada aspecto contraditório se transforma em seu oposto. *Isso é o significado da identidade.*¹⁷ [grifos meus] (TSÉ-TUNG, 1937, p.337).

Ou seja, a identidade possui um duplo significado. Primeiro, a dependência mútua dos aspectos de uma contradição, ou seja, um não pode existir sem o outro. Por exemplo, a oferta não pode existir sem a demanda, sem que isto não traga conseqüências para o sistema. Isto não quer dizer que elas sejam idênticas, mas apenas que mantêm uma unidade essencial. Segundo, a transformação de um aspecto em seu oposto, ou seja, um dos elementos da oposição muda de lugar com o outro elemento. Por exemplo, por meio de uma revolução o proletariado, antes classe governada, mudaria de lugar com seu oposto, a burguesia, tornando-se a classe governante.

Entretanto o problema não está neste duplo significado, mas na confusão, herdada de Lênin, entre os termos “identidade” e “unidade”. O argumento a respeito disso já foi exposto na análise da obra de Lênin e pode ser apenas lembrado pela observação de ZELENY (1974) de que Marx rejeitou a identidade hegeliana dos contrários distinguindo-a de sua concepção materialista de unidade dos contrários.

Assim, tanto Lênin quanto Mao, não distinguiram devidamente o conceito marxista de “unidade dos opostos” e a noção hegeliana de “identidade dos opostos”. É curioso que ALTHUSSER (1967, p.80) considere a obra de Mao como “uma série de análises onde a concepção marxista de contradição *aparece sob uma luz estranha à perspectiva hegeliana.*” Por um lado, é verdade que “buscar-se-iam em vão, em Hegel, os conceitos essenciais deste texto: contradição principal e contradição secundária; aspecto principal e aspecto secundário da contradição; contradições antagônicas e não

¹⁷ “Identity, unity, coincidence, interpenetration, interpermeation, interdependence (or mutual dependence for existence), interconnection or mutual co-operation -- all these different terms mean the same thing and refer to the following two points: first, the existence of each of the two aspects of a contradiction in the process of the development of a thing presupposes the existence of the other aspect, and both aspects coexist in a single entity; second, in given conditions, each of the two contradictory aspects transforms itself into its opposite. This is the meaning of identity.” (TSÉ-TUNG, 1937, p.337).

antagônicas” (ALTHUSSER, 1967, p.80). Mas, por outro lado, é verdade também que a noção de “identidade dos opostos” só pode ser atribuída a Hegel e não a Marx.

Dando continuidade ao raciocínio, Mao se pergunta: qual é a relação entre a identidade (ou unidade, já que Mao utiliza indistintamente os termos) e a luta dos aspectos de uma contradição? A explicação dada por Mao para esta relação não é completamente clara, mas talvez possa ser entendida por meio da análise dos dois “estados de movimento” que existem em todas as coisas, segundo Mao.

O primeiro estado de movimento é aquele de “repouso relativo” (*relative rest*), no qual só há mudanças quantitativas e, portanto, há uma aparência de relativo repouso manifestado na unidade dos opostos. O segundo estado é aquele de “mudança visível” (*conspicuous change*), no qual ocorrem mudanças qualitativas e a unidade dá lugar à dissolução dos elementos opostos. Ambos os estados de movimento são causados pela luta entre os elementos contraditórios de uma coisa. Portanto, a unidade de elementos opostos é a aparência ou a manifestação do estado de mudança quantitativa e a dissolução desta unidade dá lugar ao estado de mudança qualitativa, ambos permeados pela luta dos elementos opostos. Assim, essa quarta característica descrita por Mao deixa claro que para ele a contradição não é apenas a unidade de elementos opostos, mas também a dissolução, o rompimento desses elementos por meio da luta que permeia este processo do início ao fim.

Finalmente, a última característica da contradição descrita por Mao é o antagonismo. Este é uma manifestação particular, específica da luta entre os aspectos opostos de uma contradição. Isto significa dizer que em toda contradição existe a luta entre os elementos opostos, entretanto essa luta, em face de certas condições, intensifica-se e transforma-se num antagonismo aberto, cuja superação resolve a “antiga contradição” e produz novas situações.

Algumas contradições são caracteristicamente antagônicas, como é o caso da contradição entre a classe explorada e a classe exploradora, enquanto que em outras contradições coexiste apenas a luta entre os aspectos contraditórios, nunca se

transformando numa contradição antagônica. Assim, “antagonismo e contradição não são a mesma coisa. No socialismo, a primeira desaparecerá e a segunda permanecerá.” (LÊNIN¹⁸, *apud* TSÉ-TUNG, 1937, p.345).

A explanação feita sobre os desenvolvimentos teóricos de Mao no que concerne ao conceito de contradição confirma o avanço efetuado pelo autor neste campo do conhecimento, a despeito da confusão entre os termos identidade e unidade e a falta de clareza em algumas passagens. Assim, como poderá ser observado adiante, o conceito de contradição trabalhado por Mao conta com muitas semelhanças relativamente àquele trabalhado por Marx. Dando continuidade à revisão da literatura, será apresentada a última, e mais agressiva, controvérsia sobre a contradição na literatura marxista.

1.1.3 Contra Hegel e Contra a Contradição

Foram discutidos nos dois itens precedentes autores que, embora não compartilhem da mesma opinião a respeito da influência de Hegel sobre Marx, ao menos reconhecem a Dialética, em sentido mais amplo, e a contradição particularmente, como elementos importantes não só da Teoria do Conhecimento, mas também da própria contribuição de Marx para análise dos fenômenos reais. Diferentemente desses autores, neste item será apresentado, para efeito de conhecimento, o ponto de vista de Lucio Colletti sobre a relação de Hegel e Marx e sua crítica à validade do conceito de contradição e, portanto, também da Dialética, para o materialismo e para o conhecimento científico.

Colletti nega a influência do método de Hegel sobre o de Marx afirmando que aquele método não tem conexão alguma com o conteúdo exposto n’*O Capital*. Para o autor, o conflito apresentado por Marx entre o capital e o trabalho é simplesmente uma

¹⁸ "Antagonism and contradiction are not at all one and the same. Under socialism, the first will disappear, the second will remain." LÊNIN, V. I. Remarks on N. I. Bukharin's Economics of the Transitional Period, *Selected Works*, Russ. ed., Moscow-Leningrad, 1931, Vol. XI, p. 357.

“oposição real” e não uma “oposição dialética”. Vê-se a partir daí, que a rejeição de Colletti com relação a Hegel gira em torno da negação da Dialética como princípio explicativo. É extensa a lista de autores, marxistas e não-marxistas, que rejeitam a Dialética como princípio científico. Entretanto, não se pretende fazer aqui uma revisão desta literatura, mas apenas focalizar os argumentos de Colletti contra a contradição dialética e avaliar sua legitimidade do ponto de vista do conteúdo da obra marxiana.

Colletti resume sua crítica num artigo intitulado *Marxism and the Dialectic*, cuja argumentação demonstra três principais objetivos: (i) mostrar a diferença entre os conceitos de “oposição real” (também conhecida na literatura especializada como *Realopposition* ou *Realrepugnantz* de Kant) e “contradição dialética”; (ii) argumentar que a contradição dialética exclui o materialismo e, portanto, impede o conhecimento científico; e, finalmente, (iii) mostrar que em Marx, desde o tempo da *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, não há “oposição dialética”, mas sim “oposição real”, demonstrando, ainda, como compatibilizar essa idéia com as passagens d’*O Capital* e das *Teorias da Mais-Valia* nas quais Marx apresenta a questão das crises de uma perspectiva claramente dialética. Será visto, então, cada objetivo separadamente, de modo que possam ser apontados os equívocos de Colletti e, conseqüentemente, conclusões opostas a do autor.

Quanto ao primeiro objetivo é possível resumir os argumentos de COLLETTI (1975) como segue. A “oposição real”, a “contrariedade” ou, ainda, a “inconsistência de opostos incompatíveis” é uma oposição que não contém contradição, isto é, ela não viola os princípios da identidade e da não-contradição, portanto, é compatível com os princípios da lógica formal. A fórmula que expressa a oposição real é “*A e B*”, ou seja, cada um dos opostos são reais e positivos e subsistem por si mesmos. Por isso, a existência de um não pressupõe a do outro, mas ao contrário a relação que se estabelece é de repulsão mútua. Portanto, trata-se de uma oposição exclusiva.

Já a “contradição dialética”, segundo o autor, é uma oposição contraditória que dá origem a “oposição dialética” e, portanto, torna-se incompatível com a lógica

formal e, também, com o conhecimento científico. A oposição dialética é geralmente expressa pela fórmula “ A e $\neg A$ ”, ou seja, significa que um oposto não existe sem o outro e vice-versa. Entretanto, conforme Colletti, “ $\neg A$ ” sendo a negação de A significa que ele não tem sentido próprio, por si mesmo, mas apenas relativamente a A . E, por outro lado, A podendo ser entendido como a negação de “ $\neg A$ ”, também não tem significação própria. Ou seja, para Colletti, nenhum dos pólos nesta oposição é algo por si mesmo, ambos são negativos. Então, para saber o que um extremo significa é preciso saber ao mesmo tempo o que o outro significa. Isto resulta na “unidade dos opostos” e, sendo assim, é apenas dentro da unidade que cada termo é a negação do outro, portanto, trata-se de uma oposição inclusiva.

Embora Colletti esteja correto em dizer que a “contradição dialética” é uma oposição inclusiva, é um equívoco dizer que na tradição marxista os elementos da oposição não possuem significação em si mesmos. Conforme já observou Bhaskar “as contradições dialéticas se têm caracterizado em contraste com (...) as oposições lógicas formais, pois as relações envolvidas são dependentes de significado (ou conteúdo), e não puramente formais, de modo que a negação de A não leve ao seu cancelamento abstrato, mas à criação de um conteúdo mais abrangente, novo e superior.” (BHASKAR, 1988, p.80). Este ponto é importante, pois, como será visto, toda a crítica de Colletti em relação à falta de cientificidade da Dialética baseia-se na afirmação de que a “oposição dialética” não possui significação própria.

Por outro lado, LEFEBVRE (1991), demonstrou que há sim compatibilidade entre a lógica formal e a lógica dialética. A esse respeito WILDE (1991) argumenta que a contradição lógica e a contradição dialética são coisas distintas, sendo que a última não exclui a primeira, mas ao contrário, engloba-a. Por exemplo, numa demonstração matemática ou na dedução de um argumento a contradição torna tal argumento inválido. Neste sentido, a lógica formal é aceita entre os “dialéticos”. Mas, por outro lado, “a contradição no sentido da lógica formal fixa suas categorias temporariamente e isto se torna freqüentemente inadequado para apreender o mundo

real, o mundo em constante movimento, o qual não pode e não deve ser reduzido a categorias congeladas no tempo.”¹⁹ (WILDE, 1991, p.283).

Cumprido o objetivo de diferenciar a “oposição real” da “oposição dialética” Colletti passa à tarefa de demonstrar que a contradição dialética e, portanto também a Dialética em geral, é incompatível com o conhecimento científico. A conclusão do autor é que o princípio fundamental do materialismo e, portanto, da Ciência, é o princípio da não-contradição, pois a realidade não contém “contradições dialéticas”, mas sim “oposições reais”. Colletti só pode demonstrar isso pela argumentação de que na “contradição dialética” os elementos em oposição não possuem significação própria, ou seja, são negativos em si mesmos. Enquanto que no mundo real as coisas, os objetos, os fatos são todos positivos, isto é, possuem existência real. Entretanto, como já discutido a “contradição dialética” em Marx não é abstrata, mas possui conteúdo próprio, os elementos em oposição possuem existência real, portanto, a crítica de Colletti perde todo o significado.

Finalmente, o último objetivo encontrado na obra de Colletti apresenta os argumentos a respeito da existência de “oposição real” em Marx e não “oposição dialética”. Na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* Marx afirma: “Extremos reais não podem ser mediados um pelo outro, precisamente porque são extremos reais. Mas eles não precisam, também, de qualquer mediação, pois eles são seres opostos. Não têm nada em comum entre si, não demandam um ao outro, não se completam. Um não tem em seu seio a nostalgia, a necessidade, a antecipação do outro.” (MARX, 2005, p. 105). Com esta passagem Colletti pretende concluir que para Marx “extremos reais não mediam um ao outro” e, portanto, “é uma perda de tempo (...) falar de uma dialética das coisas.”²⁰ (COLLETTI, 1975, p.06).

¹⁹ “Dialecticians insists that contradictions in the formal logic sense fix their categories temporally, which is often inadequate to apprehend the real world, a world in constant motion that cannot and should not be reduced to categories frozen in time.” (WILDE, 1991, p.283).

²⁰ “Hence *real* extremes do not mediate each other. It is a waste of time (indeed it is positively damaging) to speak of a *dialectic of things*.” (COLLETTI, 1975, p.06).

Todavia, conforme observa WILDE (1991), naquela passagem Marx queria apontar o engano de Hegel em considerar todas as contradições existentes no mundo dos fenômenos como unidades na essência, isto é, na Idéia. Enquanto na verdade existe uma profunda realidade envolvida nestas contradições, ou seja, elas são contradições essenciais, cuja mediação, e superação, não podem ser facilmente empreendidas.

Entretanto, o engano de Hegel em não reconhecer a existência de contradições irreconciliáveis não justifica a completa rejeição da Dialética, como pretende Colletti. Wilde argumenta que mesmo quando Marx, na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, alega que o procedimento idealista hegeliano transforma as relações reais em conceitos fortemente abstratos conduzindo-os a uma unidade de opostos que não se adapta à realidade social, Marx deixa, ao mesmo tempo, aberta a possibilidade de existência de uma Dialética cujos conceitos podem se adequar à realidade. E é neste aspecto que a Dialética de Marx difere da de Hegel.

Ainda resta analisar qual é a saída encontrada por Colletti para justificar as passagens explícitas n’*O Capital* e nas *Teorias da Mais-Valia*, que sugerem a existência de contradições dialéticas. Diante de exemplos como: o “(...) movimento da metamorfose da mercadoria – configura a unidade de dois processos, ou antes o decurso de um processo por meio de duas fases opostas, sendo na essência portanto a unidade de ambas as fases, esse movimento é também na essência a separação delas e a afirmação recíproca de independência” (MARX, 1980a, p. 936), Colletti reconhece que de fato Marx utiliza uma oposição do tipo dialética quando ele aborda a questão das crises do capitalismo.

Entretanto, segundo o autor, isso não justifica a reabilitação do *Diamat*²¹, pois para Marx “o capitalismo é contraditório não porque é uma realidade e toda realidade é contraditória, mas por que ele (o capitalismo) está de *cabeça-para-baixo*, é uma

²¹ *Diamat* é a abreviação para o termo “*Dialectical Materialism*” cunhado por Plekhanov e utilizado para diferenciar este tipo específico de materialismo (MORA, 1979).

realidade invertida (alienação, fetichismo).”²² (COLLETTI, 1975, p.29). Ou seja, Colletti se agarra aos conceitos de alienação e fetichismo para sustentar sua tese de que não há oposição dialética ou contradição dialética em todas as coisas, mas só no capitalismo, pois ele é uma “realidade invertida”. Para WILDE (1991), embora Colletti esteja correto em destacar a importância do tema “alienação” na obra de Marx, suas conclusões são incorretas, pois transformam o capitalismo da análise marxista num mundo irreal, enquanto que o próprio Marx sempre insistiu que o sistema alienado era real e, de modo algum, imaginário.

Com tudo isso, vê-se que tanto as críticas de Colletti que se referem à não cientificidade da Dialética quanto àquelas que se referem à contradição dialética, são incompatíveis com a visão do próprio Marx sobre a realidade capitalista. A análise do conceito de contradição, com base nas obras do próprio Marx, será útil não só para demonstrar a existência da Dialética no desenvolvimento teórico de Marx, mas, sobretudo para sublinhar a importância da contradição dialética para o entendimento das crises econômicas.

1.2 O SENTIDO DO TERMO CONTRADIÇÃO NAS OBRAS DE MARX

Na seção anterior observou-se que vários autores se ocuparam, de uma forma ou de outra, com a análise da contradição tentando, às vezes, uma definição do que seria a contradição em Marx. Todavia, as divergências filosóficas não permitiram que esses esforços evoluíssem para um corpo teórico consensuado a respeito do termo. Esta falta de consenso impede a evolução teórica do marxismo no campo de investigação das crises, uma vez que estas devem ser concebidas como a manifestação das contradições do sistema capitalista. Assim, para circundar essas controvérsias buscando um entendimento claro e preciso do termo, um caminho possível é estudá-lo

²² “For Marx, capitalism is contradictory not because it is a *reality* and all realities are contradictory, but because it is an *upside-down*, inverted reality (alienation, fetishism).” (COLLETTI, 1975, p.29).

por meio das obras do próprio Marx. Esta estratégia traz, ao mesmo tempo, o entendimento do conceito e de sua relação com as crises econômicas.

ZELENÝ (1974) e BHASKAR (1988) observaram que a palavra contradição foi utilizada por Marx, em suas principais obras, com significações diversas de acordo com os vários contextos possíveis. Para BHASKAR (1993) os termos “contradição” (*Widerspruch*), “antagonismo” (*Gegensatz*) e “conflito” (*Konflikt*) são frequentemente utilizados como sinônimos, de forma alternada, mas em vários sentidos diferentes. Assim, para facilitar a análise dos significados assumidos pelo termo contradição nas obras de Marx partir-se-á da classificação do conceito em duas categorias, conforme sugerido por Bhaskar: contradições não-dialéticas e contradições dialéticas. Com base nesta classificação serão analisadas algumas passagens das obras *Ideologia Alemã*, *Grundrisse*, *Teorias da Mais-Valia* e *d'O Capital*, procurando-se identificar qual o sentido do termo contradição quando Marx se refere às crises econômicas, tentando a partir disso uma definição da contradição envolvida nas crises.

1.2.1 Contradições Não-Dialéticas

Para ZELENÝ (1974), Marx frequentemente utiliza a palavra contradição sem distinguir quando se trata da contradição dialética e quando se trata da contradição tradicional, que para o autor significa incoseqüência, incongruência. Assim, os seguintes sentidos podem ser destacados quando se trata da contradição tradicional.

Contradições como Incoseqüência no Pensamento

Algumas vezes essa incoseqüência deriva de contradições dialéticas não compreendidas por algum autor. Este é o caso da contradição dialética existente na troca entre o capital e o trabalho, por meio da qual se origina a mais-valia. Essa contradição não foi compreendida nem por Ricardo nem por seus sucessores fazendo-os incorrer em inconsistências teóricas:

Para um ricardiano radical no estilo de Mill, que vê como coisas idênticas compra e venda,

oferta e procura, e para quem o dinheiro é mera formalidade, o melhor mesmo é que na conversão da mercadoria em dinheiro (...) se inclua que o vendedor tem de vender a mercadoria abaixo do valor e o comprador, com seu dinheiro, tem de comprar acima do valor. Acaba-se portanto chegando a este absurdo: naquela transação o comprador adquire a mercadoria para revendê-la com lucro e por isso o vendedor tem de vender a mercadoria abaixo do valor dela; com isso desaba a teoria toda do valor. Essa segunda tentativa de Mill de resolver *uma contradição ricardiana* destrói a base inteira do sistema e em particular sua superioridade por definir a relação entre capital e trabalho como troca direta entre trabalho acumulado e trabalho imediato, isto é, em concebê-la em sua especificidade. [grifo meu] (MARX, 1980b, p.1146).

Note que na citação a expressão “uma contradição ricardiana” pode ser substituída por “uma inconseqüência no pensamento ricardiano” revelando, portanto o primeiro sentido no qual o termo contradição é utilizado por Marx. Em outros casos, o termo indica apenas situações “absurdas”, “sem sentido” como na seguinte passagem, onde Marx disserta sobre a renda dos terrenos destinados à construção:

A relação entre parte da mais-valia, a renda em dinheiro (...) e o solo é em si absurda e irracional, pois são grandezas incomensuráveis que aqui se medem entre si: por um lado, determinado valor de uso, um terreno com tantos pés quadrados, e, por outro, valor, especialmente mais-valia. Isso expressa, de fato, apenas que, sob as condições dadas, a propriedade desses pés quadrados de solo habilita o proprietário a apoderar-se de determinado quantum de trabalho não pago (...) *Prima facie* a expressão é, porém, a mesma, como se quisesse falar da relação entre uma nota de 5 libras e o diâmetro da Terra. As mediações das formas irracionais em que determinadas condições econômicas aparecem e praticamente se acoplam não importam nem um pouco aos portadores práticos dessas condições econômicas em sua ação econômica diuturna; e já que eles estão acostumados a se movimentar no meio delas, não ficam nem um pouco chocados com isso. *Uma perfeita contradição* não tem nada de misterioso para eles. [grifos meus] (MARX, 1986c, V, p.241).

A “perfeita contradição” neste caso refere-se à relação “absurda e irracional” entre a parte da mais-valia que cabe ao proprietário de terra e o pedaço de “solo”, cuja propriedade origina o direito sobre parte da mais-valia produzida. Aqui, portanto, encontra-se o segundo sentido assumido pelo termo contradição.

Contradições Lógicas

Para BHASKAR (1993), o termo contradição pode, ainda, assumir o sentido de inconsistências lógicas ou anomalias teóricas intra-discursivas, as quais podem ser

reduzidas ao conceito de contradições lógicas. Segundo Bhaskar, a contradição lógica formal acarreta a indeterminação axiológica do sujeito: “A e -A” deixa o curso da ação indeterminado. Assim sendo, parece que um bom exemplo da utilização do termo contradição nesta perspectiva é a conhecida contradição da fórmula geral do capital. Marx refere-se à fórmula $D - M - D'$ como uma contradição (ainda que apenas aparente) na medida em que o valor acrescido de D' , dada a necessidade de manter válida a hipótese de que na circulação as mercadorias são trocadas pelo seu valor, torna-se indeterminável, isto é, sua verdadeira origem fica encoberta:

A forma de circulação, pela qual o dinheiro se revela como capital, *contradiz* todas as leis anteriormente desenvolvidas sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação. O que a distingue da circulação simples de mercadorias é a sequência inversa dos mesmos dois processos contrapostos, venda e compra. E como poderia tal diferença puramente formal mudar por encanto a natureza desses processos? (MARX, 1986a, I, p.131).

Todavia, esta contradição da fórmula geral do capital é desvendada tão logo a força de trabalho é apresentada como fonte geradora do valor.

Contradições como Choques entre Forças Contrapostas e Antagonismos Mecânicos

Para Zelený, um exemplo desses antagonismos mecânicos pode ser observado quando Marx refere-se à contradição entre oferta e procura:

Procura e oferta de fato jamais coincidem, ou, se alguma vez coincidirem, é por mera casualidade; (...) Mas, na Economia Política, supõe-se que elas coincidem. Por quê? Para observar os fenômenos na figura que corresponde a sua lei, a seu conceito, isto é para observá-los independentemente da aparência provocada pelo movimento de procura e oferta. Por outro lado, para descobrir e, de certo modo, fixar a tendência real de seu movimento. Pois as desigualdades são de *natureza antagônica*, e uma vez que se sucedem continuamente, elas se compensam mutuamente devido a seus sentidos opostos, a sua *contradição*. [grifos meus] (MARX, 1986c, IV, p.146).

Bhaskar apresenta o mesmo exemplo, mas denomina-o de *oposições extra-discursivas*: “Por exemplo, a oferta e a procura que envolve forças ou tendências de origens (relativamente independente) que interagem de tal modo que seus efeitos tendem a se anular mutuamente, em momentâneo ou semipermanente equilíbrio.”

(BHASKAR, 1988, p.80). Embora a contradição entre oferta e demanda se assemelhe à definição de contradição dialética, que será apresentada adiante, ela não pode ser considerada como tal, pois os elementos opostos desta unidade se anulam descaracterizando-a como contradição dialética.

É importante notar que a identificação desses diversos significados para o termo contradição não se reduz a uma simples questão semântica, mas demonstra a existência de diferentes conteúdos associados ao termo de acordo com o contexto no qual é empregado. Como será visto, isto é particularmente importante quando se trata do significado da contradição que explica a crise do ponto de vista teórico e metodológico.

1.2.2 Contradições Dialéticas

Diferentemente dos significados discutidos no item anterior, Marx também utiliza o termo contradição para expressar contradições dialéticas. Conforme Bhaskar, dois aspectos são importantes para caracterizar as contradições dialéticas marxistas: “(i) constituem oposições inclusivas reais, já que seus termos pressupõem existencialmente seu oposto; (ii) são sistemática ou internamente relacionadas com uma forma de aparência mistificadora”. (BHASKAR, 1988, p.80). Também para Zelený, o termo contradição foi utilizado por Marx como contradição dialética. Segundo o autor, este tipo de contradição é encontrado logo nos dois primeiros capítulos d’*O Capital* significando uma contradição interna cuja expressão pode se dar numa contradição externa. Entretanto, é BHASKAR (1988) que traz uma tipologia interessante das contradições dialéticas dividindo-as em: (i) contradições dialéticas históricas; e (ii) contradições dialéticas estruturais.

Contradições Dialéticas Históricas

As contradições dialéticas históricas ou temporais são definidas por Bhaskar da seguinte forma: “(Elas) envolvem forças de origens não independentes operando de

forma que a força F tenda a produzir, ou seja, ela mesma o produto de condições que, simultaneamente ou subsequentemente, produzam uma F' contrária que tende a frustrar, anular, subverter ou transformar F.” (BHASKAR, 1988, p.80). A contradição existente entre as relações de produção e as forças produtivas ou entre o capital e a luta organizada da classe trabalhadora são exemplos deste tipo de contradição. As contradições históricas estão assentadas nas contradições estruturais (que serão analisadas adiante) do capitalismo que proporcionam *ab initio* as contradições formais de sua possibilidade. A obra de Marx mais importante onde esta contradição está expressa é a *Ideologia Alemã*. Em diversas passagens pode-se observar este sentido para o termo, veja-se, por exemplo, esta:

Logo, e de acordo com a nossa concepção, todos os conflitos da história têm a sua origem na *contradição entre as forças produtivas e o modo de trocas*. Não é, aliás, necessário que esta contradição seja levada a um extremo num determinado país para aí provocar conflitos. A concorrência com países cuja indústria se encontra mais desenvolvida, concorrência provocada pela extensão do comércio internacional, basta para dar origem a uma contradição deste tipo, mesmo nos países onde a indústria está menos desenvolvida (por exemplo, o aparecimento de um proletariado latente na Alemanha provocado pela concorrência da indústria inglesa). [grifos meus] (MARX, 2002, p.29).

Note que nesta passagem Marx relaciona a origem da contradição entre forças produtivas e relações de produção com a concorrência decorrente da expansão do comércio internacional. Será visto no capítulo três que a concorrência contempla contradições dialéticas estruturais e, neste sentido, fica claro a afirmação de Bhaskar de que as contradições históricas estão assentadas nas contradições estruturais.

Portanto, o significado do termo contradição mais importante, cujo conteúdo constitui-se, além da base sobre a qual estão assentadas as contradições dialéticas históricas, o ponto de partida metodológico da investigação das crises, segundo a perspectiva deste trabalho, é a contradição dialética estrutural.

Contradições Dialéticas Estruturais

Segundo BHASKAR (1988), as contradições dialéticas estruturais ou

sistêmicas são aquelas decorrentes da natureza específica de uma formação social. Para efeito deste trabalho interessam apenas as contradições dialéticas estruturais específicas do capitalismo e, portanto, que existem apenas neste modo de produção devido às relações exclusivas encontradas nele.

Para Bhaskar, as contradições dialéticas estruturais mais importantes são “as que existem entre os aspectos concretos úteis e os aspectos sociais abstratos do trabalho e entre o valor de uso e o valor da mercadoria – que se manifesta na distinção entre as formas de valor relativas e equivalentes, e se exteriorizam nas contradições entre mercadoria e dinheiro e trabalho assalariado e capital.” (BHASKAR, 1988, p.80). Note que Bhaskar denomina a relação entre mercadoria e dinheiro como uma contradição dialética estrutural. Todavia, como será mostrado, este termo assume um significado muito específico e sua utilização deve ser reservada para as relações que realmente se caracterizam como tal. Portanto, na perspectiva deste trabalho a relação entre a mercadoria e o dinheiro será considerada apenas como a cisão decorrente da contradição entre valor e valor de uso, mas não uma contradição dialética estrutural.

Assim, com base nestas indicações de Bhaskar, serão analisadas algumas passagens importantes das obras *Grundrisse*, *Teorias da Mais-Valia*, e *O Capital* buscando-se identificar esta contradição dialética estrutural e sua associação com a natureza das crises.

Nos *Grundrisse* (1857-1858), por exemplo, já se encontra claramente o desenvolvimento lógico das contradições dialéticas estruturais. Primeiro Marx apresenta a contradição mais elementar, isto é, entre o valor de uso e o valor²³ da mercadoria. Esta contradição é fundamental pelo fato de que dará origem à cisão entre

²³ Nos *Grundrisse* Marx utiliza durante toda a exposição o termo “valor de troca” ao invés de simplesmente “valor”. Na verdade, apenas em *O Capital* essa distinção torna-se clara: “Quando no início deste capítulo, para seguir a maneira ordinária de falar, havíamos dito: A mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso era, a rigor, falso. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e ‘valor’. Ela apresenta-se como esse duplo, que ela é, tão logo seu valor possua uma forma rápida de manifestação, diferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente. No entanto, uma vez conhecido isso, aquela maneira de falar não causa prejuízo, mas serve como abreviação.” (MARX, 1986a, p.63). Por isso, aqui utilizamos sempre o termo “valor”.

a mercadoria e o dinheiro para, então, fazer emergir a contradição entre as fases de compra e venda ambas contidas no processo de metamorfose da mercadoria e do capital.

Estas contradições são apresentadas no capítulo sobre o dinheiro, o qual se inicia com uma longa discussão sobre a circulação monetária, chegando à relação entre valor e preço para, então, apresentar a contradição entre valor e valor de uso. Nos *Grundrisse* Marx ainda não utiliza o termo “valor de uso” em contraposição ao termo “valor”, por esse motivo essa contradição é expressa por meio da dupla existência da mercadoria como “valor” e como “produto”:

Sua propriedade de ser valor não somente pode, mas deve alcançar uma existência diferente da sua natural. Por quê? Porque as mercadorias enquanto valores são diferentes umas das outras apenas quantitativamente; então cada mercadoria deve ser qualitativamente diferente de seu próprio valor. Seu valor deve conseqüentemente ter uma existência que seja qualitativamente distinguível dele. Na troca real esta separação deve transformar-se numa separação real, porque a distinção natural das mercadorias deve manifestar-se na contradição com sua equivalência econômica, e porque ambos só podem existir juntos se a mercadoria alcançar uma existência dupla, não somente natural, mas também uma existência puramente econômica.²⁴ (MARX, 1993, p.141).

Por um lado, a existência da mercadoria como “valor” implica sua existência enquanto resultado do trabalho humano e, portanto, enquanto portadora de certa quantidade de trabalho. Por outro lado, a existência da mercadoria como “produto” implica sua existência enquanto portadora de “propriedades naturais”, isto é, as características da mercadoria de satisfazer necessidades humanas, ou seja, seu valor de uso.

Assim, a contradição entre “valor de uso” e “valor” já contempla, implicitamente, um elemento importante da definição da contradição dialética

²⁴ “Its property of being a value not only can but must achieve an existence different from its natural one. Why? Because commodities as values are different from one another only quantitatively; therefore each commodity must be qualitatively different from its own value. Its value must therefore have an existence which is qualitatively distinguishable from it, and in actual exchange this separability must become a real separation, because the natural distinctness of commodities must come into contradiction with their economic equivalence, and because both can exist together only if the commodity achieves a double existence, not only a natural but also a purely economic existence, in which latter it is a mere symbol, a cipher for a relation of production, a mere symbol for its own value.” (MARX, 1993, p.141)

estrutural: a unidade essencial de elementos opostos, mutuamente inclusivos. Isto por que, por um lado, o objeto que tem “valor” (quantidade de trabalho incorporada), mas não tem “valor de uso” (não é útil, no sentido de não ser capaz de satisfazer nenhuma necessidade humana) não é mercadoria. Por outro lado, o objeto que tem “valor de uso”, mas não tem “valor de troca” (no sentido de que não é produzido com a intenção de troca) também não é mercadoria. Portanto, os pólos da oposição se pressupõem mutuamente.

Em seguida, Marx passa à tarefa de demonstrar a exteriorização desta contradição interna. Aqui a derivação da forma dinheiro é ainda parcialmente desenvolvida em comparação com a exposição encontrada em *O Capital*. Conforme Marx, o “valor” da mercadoria enquanto forma de existência separada de seu “valor de uso” deve existir ao lado dela como uma mercadoria própria. Portanto, deve expressar-se num equivalente geral, isto é, no dinheiro, de modo que as mercadorias possam ser mensuradas, equiparadas e finalmente trocadas. Portanto, o valor da mercadoria cria o dinheiro ao lado da própria mercadoria, enquanto produto, isto é, enquanto valor de uso. Assim, a contradição interna entre o “valor de uso” e o “valor” da mercadoria se exterioriza na cisão que faz surgir a mercadoria ao lado do dinheiro:

A mesma contradição entre a natureza particular da mercadoria enquanto produto e sua natureza geral enquanto valor de troca, que criou a necessidade de apresentá-la duplamente, como mercadoria particular, de um lado, e como dinheiro, de outro – esta contradição entre as qualidades naturais particulares da mercadoria e suas qualidades sociais gerais contém desde o início a possibilidade de que estas duas formas separadas em que a mercadoria existe não sejam conversíveis uma na outra.²⁵ (MARX, 1993, p. 147).

Nesta passagem, Marx já apresenta a idéia que será plenamente desenvolvida nas *Teorias da Mais-Valia* de que a relação entre a mercadoria e o dinheiro carrega a possibilidade de que uma mercadoria não possa se converter na outra, ou seja, a

²⁵ “The same contradiction between the particular nature of the commodity as product and its general nature as exchange value, which created the necessity of positing it doubly, as this particular commodity on one side and as money on the other -- this contradiction between the commodity's particular natural qualities and its general social qualities contains from the beginning the possibility that these two separated forms in which the commodity exists are not convertible into one another.” (MARX, 1993, p. 147).

possibilidade da crise. Assim, Marx apresenta o segundo elemento importante da definição da contradição dialética estrutural: a ruptura da unidade de elementos opostos.

Finalmente, a segunda contradição que se desenvolve é aquela entre a compra e a venda:

Apenas enquanto o valor de troca da mercadoria a conduz a uma dupla existência, como mercadoria particular e como dinheiro, então o ato de troca divide-se em dois atos mutuamente independentes: troca de mercadorias por dinheiro, troca de dinheiro por mercadorias; compra e venda. Desde que estes atos alcançaram uma forma de existência separada espacial e temporalmente e mutuamente indiferente, sua identidade imediata cessa. Podem corresponder-se ou não; podem balancear-se ou não; podem entrar em desproporção um com o outro.²⁶ (MARX, 1993, p. 148).

Embora aqui a palavra contradição não apareça fica claro que o ato de troca ao dividir-se em “compra” e “venda” caracteriza uma contradição dialética estrutural, já que estes elementos se opõem ao mesmo tempo em que se pressupõem. Aqui, mais uma vez, Marx enfatiza a inexistência da “identidade” e a existência da “unidade” que geralmente não se corresponde, ou seja, que freqüentemente é rompida.

Passando dos *Grundrisse* para as *Teorias da Mais-Valia*, Marx explica melhor a relação da contradição dialética estrutural e da crise, em duas passagens importantes:

Se, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – configura a unidade de dois processos, ou antes, o decurso de um processo por meio de duas fases opostas, sendo na essência, portanto a unidade de ambas as fases, esse movimento é também na essência a separação delas e a afirmação recíproca de independência. Mas, uma vez que estão interligadas, a afirmação de independência das fases vinculadas só se pode patentear de maneira violenta, como processo destrutivo. É justamente nas crises que sua unidade se manifesta, a unidade de elementos opostos. A independência recíproca assumida pelas duas fases conjugadas e complementares destrói-se à força. *A crise, portanto revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros. Não ocorreriam crises se não existisse essa unidade interna de elementos que parecem comportar-se com recíproca indiferença.* [grifo meu] (MARX, 1980a, p. 936)

²⁶ “Just as the exchange value of the commodity leads a double existence, as the particular commodity and as money, so does the act of exchange split into two mutually independent acts: exchange of commodities for money, exchange of money for commodities; purchase and sale. Since these have now achieved a spatially and temporally separate and mutually indifferent form of existence, their immediate identity ceases. They may correspond or not; they may balance or not; they may enter into disproportion with one another.” (MARX, 1993, p. 148).

Ademais, crise é apenas a imposição violenta da unidade das fases do processo de produção, as quais se tornaram independentes uma das outras. (...) Assim, a forma mais abstrata da crise (e por isso a possibilidade formal da crise) é a metamorfose da mercadoria, a qual, como movimento desenvolvido, contém a contradição – encerrada na unidade da mercadoria – entre valor de troca e valor de uso e ainda entre dinheiro e mercadoria. (MARX, 1980a, p. 945).

Nesta passagem Marx apresenta conjuntamente os dois elementos que caracterizam a contradição dialética estrutural: a unidade e a ruptura. Assim, o termo contradição, quando se refere às crises econômicas, parece indicar a unidade de elementos opostos que se pressupõe mutuamente, isto é, embora sejam opostos um não pode existir sem o outro. Contudo, por diversos motivos – os quais variam de contradição para contradição – essa unidade pode ser rompida sendo restaurada apenas por meio de processos violentos, isto é, as crises. Assim, as crises revelam esses elementos que deveriam estar unidos e foram rompidos. Enquanto que a solução (temporária) é a união desses elementos por meio de um ajuste forçado.

Finalmente n’*O Capital*, volume III, na exposição dos desdobramentos das contradições internas da lei tendencial da queda da taxa de lucro Marx já mostra uma contradição dialética estrutural mais concreta: a contradição entre as condições em que a mais-valia é produzida e as condições em que é realizada:

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista; enquanto por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado (ou seja, crescimento sempre acelerado desse valor) (...) Os métodos pelos quais ela alcança isso implicam: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas. (MARX, 1986c, IV, p.188)

Nesta citação os elementos opostos consistem no desenvolvimento das forças produtivas, de um lado, e a valorização do capital de outro. Formam uma unidade enquanto meio e fim de um mesmo processo e sua ruptura se dá em função da dinâmica concorrencial, como será visto no capítulo 3.

É importante notar que todas estas contradições do processo de reprodução do

capital destacadas nas citações anteriores devem interagir de alguma forma dando origem a crise:

As crises do mercado mundial têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de *todas as contradições da economia burguesa*. Os diversos fatores que convergem nessas crises têm portanto de ser destacados e descritos em toda esfera da economia burguesa, e, quanto mais nesta nos aprofundarmos, têm de ser detectadas novas características desse conflito, e ainda é mister demonstrar que as formas mais abstratas dele são interativas e se contém nas mais concretas. [grifos meus] (MARX, 1980a, p.945).

Embora Marx não tenha explicado como esta interação ocorre, parece que do ponto de vista lógico ela tem de se dar na forma de um desdobramento que parte das contradições mais abstratas até as mais concretas, pois “a produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são iminentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente estas barreiras e em escala mais poderosa” (MARX, 1986c, IV, p.189). Assim, será preciso mostra como a contradição mais abstrata entre valor e valor de uso, que se resolve na separação entre mercadoria e dinheiro, e desenvolve-se na contradição entre compra e venda estão contidas nas contradições que surgem a partir da consideração da concorrência e, mais tarde, do sistema de crédito.

Portanto, no que diz respeito ao conceito de contradição que deve ser utilizado para entender as crises conclui-se que sua definição contempla não só a unidade de elementos opostos, mas também, o elemento que rompe esta unidade. Com isso três questões serão importantes para guiar o presente estudo:

- Quais são todos os pontos do processo de reprodução do capital onde existem unidades de elementos opostos ou, em outros termos, quais são todos os pontos de conexão entre a produção e a realização do valor;
- Quais as forças motivadoras do rompimento destas unidades;
- Como a contradição mais elementar desdobra-se nas contradições mais concretas do modo de produção capitalista.

Assim, com base neste instrumental analítico procurar-se-á investigar as contradições do processo de reprodução do capital partindo-se das categorias mais

abstratas da produção capitalista, como a natureza e a metamorfose da mercadoria, cujas contradições dão origem às formas abstratas da crise, até chegar às categorias mais concretas do processo de reprodução do capital, como a concorrência e o crédito, cujas contradições aí contidas tornam a possibilidade da crise mais concreta.

2 A POSSIBILIDADE DA CRISE

Embora a discussão sobre o método de Marx esteja longe de ser esgotada, no capítulo anterior empreendeu-se uma análise detalhada do conceito de contradição com o objetivo de extrair dela um procedimento de investigação das crises que seja condizente com o arcabouço teórico de Marx. Concluiu-se, portanto, que as contradições que se manifestam nas crises caracterizam-se por contemplar, ao mesmo tempo, a unidade entre elementos opostos e a força motivadora do rompimento desta unidade. Visto como uma totalidade, o processo de reprodução do capital é a unidade das fases de produção e circulação das mercadorias, ou melhor, a produção e a realização do valor nelas contido. Esta unidade da produção e da realização se dá por meio de vários pontos de conexão cujas rupturas se manifestam nas crises. Assim, com base nesta definição de contradição, o método a ser utilizado para investigar as causas das crises econômicas partirá das relações mais simples e abstratas do sistema capitalista, cujos pontos de conexão e ruptura entre produção e realização do valor encerram a possibilidade das crises, em direção às relações mais complexas e concretas que explicam sua realidade.

FIGURA 1 – NÍVEIS DE ANÁLISE PARA O ESTUDO DAS CRISES



FONTE: Elaboração própria

A figura 1 mostra os diversos níveis de análise por meio dos quais a investigação das crises deve necessariamente ser conduzida uma vez que se pretenda chegar num entendimento completo acerca da sua natureza. Esses níveis de análise foram, em grande medida, definidos pelo próprio Marx, embora não explicitamente com o objetivo de estudar as crises.²⁷ É certo que, uma vez estudadas todas as contradições contidas nos elementos da figura 1 tem-se a explicação das causas das crises, já que elas devem ser concebidas como a revelação de todas as contradições da reprodução do capital e esta reprodução deve ser considerada do ponto de vista do capital na esfera mundial. Contudo, as pretensões do presente trabalho são bem mais modestas e objetivam manter-se apenas nos três primeiros níveis de análise. Deve-se notar que o primeiro nível – que estuda o “capital em geral” – contempla a possibilidade da crise e é, portanto, o mais abstrato. O segundo e o terceiro nível – que estudam a concorrência e o sistema de crédito – contemplam elementos mais concretos do processo de reprodução do capital e, portanto, revelam condições mais concretas da crise. Porém, ainda é preciso esclarecer o que se entende pelo termo “possibilidade da crise”, já que ele difere consideravelmente do entendimento apresentado por alguns autores como SHAIKH (1988 e 1991) e FINE e SAAD FILHO (2004)²⁸.

Shaikh, por exemplo, discute a “possibilidade” em contraposição à “necessidade” da crise. A diferença fundamental destas duas abordagens, segundo o autor, reside no entendimento da “lei de movimento” apresentada por Marx como resultado da interação entre tendências e contra-tendências. Nesta perspectiva, ele afirma que as “teorias da possibilidade” concebem as várias tendências e contra-tendências operando em pé de igualdade. Isto resulta numa noção de lei como o resultado de “tendências conflitantes” que podem ou não gerar a crise conforme a combinação de fatores historicamente determinados. Diferentemente disso, as “teorias

²⁷ Ver o plano de estudo original e transformado de Marx esquematizado por Rosdolsky em ITOH (1988, p.58).

²⁸ O leitor notará que ao longo do trabalho freqüentemente se faz uma digressão metodológica acerca dos conceitos que se pretende tratar. Este procedimento quer garantir apenas que autor e leitor tenham o mesmo entendimento sobre o objeto a ser tratado.

da necessidade” baseiam-se na noção de lei “como expressão de uma tendência dominante intrínseca que subordina as tendências neutralizadoras” e por isso a crise resulta ser inevitável (SHAIKH, 1988, p.86). Assim, para Shaikh, as teorias de crise subconsumistas e/ou estagnacionistas e as de compressão dos lucros pelos salários se enquadram na perspectiva das “teorias da possibilidade”, enquanto que as teorias da tendência decrescente da taxa de lucro se enquadram no ponto de vista das “teorias da necessidade”.

Neste mesmo sentido, a “possibilidade da crise” é entendida por Fine e Saad Filho. Conforme estes autores, tanto as teorias de subconsumo quanto às de superprodução – as quais podem ser confundidas com as teorias das desproporções, pois indicam superprodução em um setor e subconsumo em outro – são “logicamente possíveis”. Entretanto, para estes autores, elas são limitadas para explicar a causa da crise, pois deixam de lado o motivo orientador da produção capitalista: o lucro. Assim, eles argumentam que uma teoria da crise deveria explicar, entre outras coisas, porque a produção capitalista se expande além da possibilidade de sua realização lucrativa.

A partir destes dois entendimentos, observa-se que tanto na concepção de Shaikh quanto na de Fine e Saad Filho, a “possibilidade da crise” é uma situação na qual a crise pode ou não ocorrer. Nesta perspectiva, ambos os autores, demonstram certo favoritismo pelas teorias que tentam demonstrar a “necessidade da crise”, ou seja, o fato de que ela necessariamente ocorre. Contudo, na perspectiva do presente trabalho, o significado da “possibilidade da crise” difere radicalmente deste entendimento, pois não se pretende contrapor a “possibilidade” à “necessidade”, mas ao contrário, pretende-se mostrar que a “possibilidade da crise” expressa apenas sua forma mais abstrata e na medida em que adquire conteúdo torna-se concreta, real e necessária.

Assim, do ponto de vista metodológico, a “possibilidade da crise” é apenas o estágio mais abstrato e elementar da análise, em que alguns elementos da “realidade da crise” já estão contemplados. Tanto as formas abstratas da crise (sua possibilidade)

quanto às formas concretas da crise (sua realidade) objetivam mostrar que o próprio modo de produção capitalista impõe a “necessidade da crise”. Deve-se notar, portanto, que esta concepção difere daquela apresentada anteriormente, pois não se trata de mostrar que a crise pode ou não ocorrer, mas sim de demonstrar que o modo de produção capitalista já contém desde suas formas mais elementares a possibilidade de ruptura e que essa possibilidade torna-se realidade tão logo sejam inseridos na análise elementos cada vez mais concretos do processo de reprodução do capital. Portanto, a relação entre possibilidade e necessidade deve ser entendida, neste trabalho, apenas enquanto etapas de um mesmo procedimento metodológico.

Esta concepção de “possibilidade de crise” parece ser também a do próprio Marx, cujo desenvolvimento da possibilidade das crises, nas *Teorias da Mais-Valia*, não pôde ser completado em direção a sua concretização:

(...) quando dizemos que a forma simples da metamorfose encerra a possibilidade da crise, expressamos apenas que nesta própria forma está a possibilidade da ruptura e da dissociação de fases que na essência são complementares. (...) Possibilidade geral e abstrata da crise significa apenas a *forma mais abstrata* da crise, sem conteúdo, sem o impulso pertinente a esse conteúdo. (...) Assim, a forma mais abstrata da crise (e por isso a possibilidade formal da crise) é a metamorfose da própria mercadoria, a qual como movimento desenvolvido, contém a contradição (...) As crises do mercado mundial têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de todas as contradições da economia burguesa. Os diversos fatores que convergem nessas crises têm portanto de ser destacados e descritos em toda esfera da economia burguesa, e, quanto mais nesta nos aprofundarmos, têm de ser detectadas novas características desse conflito, e ainda é mister demonstrar que as formas mais abstratas dele são interativas e se contém nas mais concretas. (MARX, 1980a, p.944-945).

Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar a possibilidade da crise, tal como Marx a desenvolveu nas *Teorias da Mais-Valia*, reorganizando os elementos teóricos na forma de unidades e rupturas entre a produção do valor e a sua realização, que neste capítulo engloba desde a mercadoria até os esquemas de reprodução. Em seguida, no capítulo 3, passar-se-á desta possibilidade da crise a sua concretização, com a incorporação das unidades e rupturas contidas na concorrência e no sistema de crédito.

Com isso, este capítulo está organizado da seguinte forma: (i) parte-se da análise da metamorfose da mercadoria, na qual se encontra a contradição mais

elementar – entre valor de uso e valor – e analisa-se como decorrência desta contradição a oposição entre mercadoria e dinheiro e a contradição entre compra e venda; (ii) em seguida é analisada a metamorfose do capital destacando-se o papel das funções do dinheiro como meio de circulação e meio de pagamento para a possibilidade da crise no encadeamento dos capitais e nos esquemas de reprodução.

2.1 A METAMORFOSE DA MERCADORIA

“A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1986a, I, p.45) e é por isso que a análise da mercadoria constitui-se o ponto de partida para o estudo da possibilidade da crise, isto é, para investigação da sua forma mais abstrata e elementar. Costuma-se definir a mercadoria genericamente como sendo “a forma que os produtos tomam quando essa produção é organizada por meio da *troca*” (FOLEY, 1988, p.265). Marx também a definiu de forma genérica: “Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social.” (MARX, 1986a, I, p.49). Assim, Engels tentou completar a definição de Marx, pois verificou que ela havia acarretado o “mal-entendido de considerar que, para Marx, vale como mercadoria todo o produto que é consumido por outro, que não o produtor”, então complementou:

{E não só para outros simplesmente. O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo, nem o trigo do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. Para tornar-se mercadorias, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.}” [Nota de Engels a quarta edição d’*O Capital* (MARX, 1986a, I, p.49)].

Contudo, ainda é preciso qualificar a “troca” a qual Engels se refere, uma vez que as relações de troca existem em qualquer tipo de sociedade, como por exemplo, nas sociedades primitivas, onde tais produtos não podem ser considerados

mercadorias²⁹. Portanto, deve-se acrescentar que os produtos se transformam em mercadorias quando se separa a “utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para troca.” (MARX, 1986a, I, p.82)³⁰. Assim, o fato dos produtos historicamente transformarem-se em mercadorias por meio da generalização das trocas e, portanto, na medida em que o capitalismo se consolida, não deve ser o ponto principal para defini-las, mas sim o fato de que no capitalismo os produtos do trabalho humano assumem um duplo caráter: o de valor e o de valor de uso. Portanto, é somente os produtos que contêm valor e valor de uso que se caracterizam como mercadorias. Com isso, a primeira contradição que surge da análise mais abstrata do modo de produção capitalista é a contradição entre valor e valor de uso.

2.1.1 A Contradição Contida na Mercadoria e seus Desdobramentos

Em todas as sociedades humanas a produção sempre organiza o trabalho humano a partir da interação entre as forças produtivas e as relações de produção. Assim, independentemente das relações de troca e de distribuição estabelecidas dentro ou entre as sociedades o trabalho humano revela-se o elemento comum a todas elas.

Contudo, o trabalho que produz uma casa e o trabalho que produz um alimento são – do ponto de vista concreto, útil, objetivo – trabalhos de diferentes espécies. A

²⁹ A idéia econômica de troca remete à questão da equivalência entre os produtos trocados, o que implica necessariamente uma discussão sobre o valor. Todavia, existem variados tipos de troca, como aquelas das comunidades primitivas na Polinésia e na Melanésia, onde o ato de troca não é guiado pelo valor (enquanto quantidade de trabalho socialmente necessária), mas por elementos como o poder ou as relações de parentesco. Dentro do universo das relações de troca destas comunidades primitivas inserem-se, por exemplo, as noções de dádiva, reciprocidade e dívida, sendo que as trocas desenrolam-se assimetricamente, pois implicam relações entre desiguais. Seja uma desigualdade traduzida no tempo, no sentido em que não se retribui uma dádiva imediatamente, seja uma desigualdade da “qualidade” dos objetos trocados, ou ainda uma desigualdade dos próprios trocadores, isto é, do chefe para sociedade ou da sociedade para o chefe (LANNA, 1992 e 1996).

³⁰ “As coisas são, em si e para si, externas ao homem e, portanto, alienáveis. Para que a alienação seja recíproca, basta que os homens se defrontem, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e, portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si. Tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma antiga comunidade indiana, um Estado inca etc. A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal. Sua relação quantitativa de troca é por enquanto inteiramente casual. São permutáveis pela vontade de seus possuidores de aliená-las reciprocamente.” (MARX, 1986a, I, p.81-82).

despeito disso, tanto a casa como o alimento possuem a característica comum de ser produto do trabalho humano. É neste sentido que o trabalho humano é uma atividade que deve ser considerada sob dois aspectos diferentes, pois ele se manifesta em uma dupla existência: enquanto trabalho concreto e enquanto trabalho abstrato.

Por um lado, o “trabalho concreto” é aquele onde as diferentes habilidades dos trabalhadores, os diferentes instrumentos de trabalho necessários para realização de cada produto específico, os diferentes tempos de duração do trabalho resultam em diferentes produtos capazes de satisfazer uma grande infinidade de necessidades humanas. Assim, o trabalho concreto, útil, qualitativamente diferente um do outro, resulta em produtos cuja capacidade de satisfazer necessidades humanas constitui a primeira face da dupla existência da mercadoria: sua característica de possuir valor de uso, isto é, de ser útil à satisfação de alguma necessidade humana.³¹

Por outro lado, o “trabalho abstrato” deve ser considerado separadamente de suas características específicas, concretas, levando-se em conta apenas o simples dispêndio de força de trabalho humana “no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria.” (MARX, 1986a, I, p.53). Assim, o fato de que todos os produtos contêm trabalho humano geral, abstrato constitui a segunda face do duplo caráter da mercadoria: sua característica de possuir valor, isto é, de ser simples dispêndio de quantidade socialmente determinada de trabalho humano³².

Se os produtos, sob o modo de produção capitalista, não fossem por um lado portadores de valor de uso, isto é, úteis para outra pessoa que não o próprio produtor, e

³¹ Para Marx o valor de uso é uma característica histórico-social e não intrínseca à própria mercadoria. O caso do ímã descreve bem esta característica: “A propriedade do ímã atrair ferro só se tornou útil depois de descobrir-se por meio dela a polaridade magnética.” (MARX, 1986a, p.45).

³² Este dispêndio de força de trabalho humano refere-se a gasto social médio, o que Marx chamou de tempo de trabalho socialmente necessário, definindo-o como “aquele requerido para produzir um valor de uso nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1986a, p.48). Assim, para efeitos de mensuração o trabalho complexo pode ser reduzido a um múltiplo do trabalho simples, as habilidades dos trabalhadores são consideradas às da média social, assim também se faz com a intensidade e duração da jornada de trabalho e com a tecnologia vigente em cada ramo produtivo.

ao mesmo tempo, portadores de valor, isto é, resultados do dispêndio de trabalho humano, não poderiam confrontar-se como mercadorias no ato da troca. Pois, enquanto valores de uso as mercadorias são qualitativamente diferentes e somente enquanto valores elas podem tornar-se quantitativamente equivalentes de modo a possibilitar a troca. A mercadoria deve, então, ser considerada como uma unidade de elementos opostos, isto é, a unidade entre seu valor (enquanto elemento que estabelece a equivalência quantitativa entre as mercadorias no ato da troca) e seu valor de uso (enquanto elemento capaz de satisfazer uma necessidade humana). Esta unidade é, portanto, a primeira parte da contradição contida na mercadoria, para completá-la é preciso identificar o elemento que a rompe.

Para Marx “o desenvolvimento dos produtos até se tornarem mercadorias surge do intercâmbio entre comunidades diversas” (MARX, 1986c, IV, p.138). Este intercâmbio contínuo consolida a necessidade por objetos de uso estrangeiros e transforma o processo de troca em um processo social regular.

Com o correr do tempo, torna-se necessário, portanto, que parte do produto do trabalho seja intencionalmente feita para a troca. A partir desse momento, consolida-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para troca. Seu valor de uso dissocia-se de seu valor de troca. Por outro lado, torna-se a relação quantitativa, em que se trocam, dependente de sua própria produção. (MARX, 1986a, I, p.82).

Assim, é a generalização da troca que rompe a unidade entre valor e valor de uso e, portanto, entre produção e realização de valor, completando, como isso, os elementos da contradição contida na mercadoria:

- Elementos que formam a unidade: valor e valor de uso;
- Elemento que rompe a unidade: a generalização do processo de troca.

A consequência da contradição contida na mercadoria revela-se na separação entre mercadoria e dinheiro. A unidade entre valor e valor de uso, cuja afirmação de dependência mútua se dá ao mesmo tempo em que ocorre a necessidade do valor se expressar independentemente no ato da troca resolve-se na medida em que o valor de cada mercadoria representa-se em outra mercadoria diferente dela mesma, num

equivalente geral: o dinheiro.

Com isso, a contradição entre valor e valor de uso da mercadoria se expressa na cisão da mercadoria em mercadoria propriamente dita e em dinheiro. Nas relações de troca “a mercadoria divide-se em dois e dá origem a dois fluxos paralelos de circulação: por um lado, a circulação do valor de uso, representado pela mercadoria propriamente dita e, por outro lado, a circulação do seu valor, expresso pelo dinheiro e representado no preço. Portanto, a circulação separa o valor das mercadorias do seu valor de uso tornando possível a emergência do dinheiro como expressão autônoma da riqueza.” (GERMER, 1998, p.25).

Uma vez que o dinheiro assume papel autônomo na circulação das mercadorias torna-se elemento indispensável para explicar a existência da possibilidade da crise. Por este motivo, cabe analisar suas funções já que são duas delas que permitem as rupturas entre produção e realização do valor que caracterizam as formas abstratas da crise. De modo geral, o dinheiro assume cinco funções (GERMER, 1998):

- Meio de entesouramento: esta função assume importância, do ponto de vista metodológico, na medida em que no presente nível de análise não se considera a existência de bancos onde os capitalistas depositam suas reservas para formar o fundo de depreciação e de acumulação. Assim, a função do dinheiro como meio de entesouramento cobre esta necessidade orgânica do modo de produção capitalista. Tão logo seja introduzido na análise o sistema de crédito, esta função deixa de ter relevância;
- Medida de valor: esta função é responsável por mensurar o valor contido na mercadoria e expressá-lo na forma de preço;
- Dinheiro de conta: esta função expressa oral ou idealmente os valores das mercadorias em circulação;
- Meio de circulação: o dinheiro enquanto meio de circulação tem a função de realizar pagamentos à vista;

- Meio de pagamento: o dinheiro na função de meio de pagamento realiza pagamentos de dívidas diferidas no tempo.

As funções de meio de circulação e de meio de pagamento são as mais importantes do ponto de vista da análise da possibilidade da crise. Para entender isso é preciso analisar a contradição contida na metamorfose da mercadoria: a unidade entre compra e venda.

2.1.2 A Contradição Contida na Metamorfose da Mercadoria

Mesmo tendo analisado a célula mais elementar da riqueza capitalista – a mercadoria – com sua contradição entre valor e valor de uso e sua cisão entre mercadoria e dinheiro, ainda não se trata da análise do modo de produção capitalista propriamente dito, pois se continua num nível bastante elementar cujo capital ainda não existe, ou melhor, é abstraído. Aqui, supõe-se que as relações de troca são realizadas entre produtores privados individuais, cuja característica fundamental é a produção guiada pelo valor de uso, isto é, a produção cujo objetivo final é o consumo, constituindo a chamada “Circulação Simples de Mercadorias” (CSM). Além desta característica fundamental de produção direcionada para o consumo pessoal é necessário enfatizar uma pressuposição importante para a análise: na circulação todas as mercadorias são trocadas por equivalentes, ou seja, são valores de uso trocados por outros valores de uso de mesmo valor.

Na CSM, a unidade das fases de venda e compra configuram o processo chamado de metamorfose da mercadoria, descrito pelo conhecido esquema de Marx, onde M representa a mercadoria e D representa o dinheiro:

$$M - D - M$$

Nesta metamorfose, ou seja, nesta transformação de forma, as mercadorias em questão devem necessariamente ser valores de uso diferentes, já que o objetivo final deste processo é o consumo, portanto em termos mais rigorosos, dever-se-ia descrevê-la como:

$$M_1 - D - M_2$$

Assim, a primeira fase $M_1 - D$ corresponde à venda da mercadoria. Pode-se dizer que nesta fase existe uma identidade entre venda e compra – já que do ponto de vista do possuidor da mercadoria M_1 realiza-se uma venda e do ponto de vista do possuidor do dinheiro realiza-se uma compra – e que ela nunca pode ser dissociada, por razões óbvias. Mas, do ponto de vista da definição da contradição esta identidade não interessa, pois a metamorfose completa da mercadoria consiste na unidade enquanto transformação de M_1 em M_2 e não na identidade entre M_1 em D . Portanto, a unidade somente se verifica com a realização de $D - M_2$. Assim, a segunda fase $D - M_2$ corresponde à compra da mercadoria. Em resumo, a metamorfose da mercadoria encerra a unidade entre a venda de M_1 e a compra de M_2 .

Entretanto, a metamorfose da mercadoria não contempla apenas a unidade entre compra e venda, mas contém também a possibilidade de sua separação. Uma vez que o dinheiro assume o papel de equivalente geral, passível de ser trocado por qualquer outra mercadoria, em qualquer momento do tempo, então a fase de compra não precisa suceder-se imediatamente após a fase de venda. “O dinheiro é não só ‘o meio por que se efetua a troca’, mas também o meio por que a troca de produto por produto se dissocia em dois atos, um do outro independentes, além de distantes no tempo e no espaço.” (MARX, 1980a, p.939).

É exatamente aí que reside a possibilidade de ruptura da unidade trazendo consigo a possibilidade de crise. Uma vez que o possuidor de M_1 tenha transformado sua mercadoria em dinheiro (D) e que não deseje ou não possa, por qualquer motivo³³, transformá-lo na mercadoria (M_2), então, o possuidor de M_2 enfrentará um problema de realização da sua produção. E, se isso pode ocorrer com um produtor, nada impede que isso ocorra com dezenas ou milhares de outros produtores afirmando, assim, um

³³ Os motivos que podem levar um produtor individual, ou mesmo um capitalista, a não transformar D em M_2 e, portanto, impor a possibilidade da crise são, naturalmente, elementos essenciais da análise. Todavia, não fazem parte deste nível de investigação e somente serão esclarecidos na discussão sobre os esquemas da reprodução.

cenário de crise de superprodução geral.

Note-se, por um lado, que não se trata de discutir a obviedade de que a crise pode ou não ocorrer caso D transforme-se ou não em M_2 , mas de observar que no modo de produção onde o dinheiro assume o papel de equivalente geral e desenvolve sua importante função de meio de circulação já está contida, na estrutura econômica desta sociedade, a possibilidade da crise. “Na troca direta não há essa contradição: não pode haver vendedor sem comprador, nem comprador sem vendedor.” (MARX, 1980a, p.944). É, portanto, apenas nas sociedades onde o dinheiro se torna elemento autônomo, cuja sua função de meio de circulação pode romper a unidade entre compra e venda e interromper a metamorfose da mercadoria que vem à tona a possibilidade de crise.

Por outro lado, é importante observar que o fato de se apontar que não há crise nas sociedades de escambo, não significa que a solução das crises capitalistas seja a abolição do dinheiro, mas trata-se apenas de ressaltar que este modo de produção e circulação de mercadorias carrega consigo o germe da crise. Como esse germe transforma-se na crise real é objeto de investigação posterior.

Portanto, essa contradição resume-se nos seguintes elementos:

- Elementos que formam a unidade: compra e venda;
- Elemento que permite a ruptura da unidade: dinheiro na função de meio de circulação.

É preciso avançar na análise deixando para trás a abstração do capital, isto é, incorporando-o na investigação de forma que se possa analisar como esta contradição entre compra e venda se manifesta no processo de reprodução do capital. É preciso mostrar que a dissociação das fases da metamorfose da mercadoria, ou seja, dissociação entre venda e compra “se repetem, ou antes, só aí (no processo de reprodução do capital) adquirem um conteúdo, um fundamento que lhes permite se manifestarem” (MARX, 1980a, p. 946).

2.2 A METAMORFOSE DO CAPITAL

Para entender a dissociação das fases de compra e venda foi útil começar pela metamorfose da mercadoria, mesmo porque “a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital.” (MARX, 1986a, I, p.125). Agora, trata-se de investigar algo além da transformação do dinheiro em mercadoria (metamorfose da mercadoria) é preciso analisar a transformação do dinheiro em capital (metamorfose do capital), investigando como esta metamorfose encerra a possibilidade da crise.

Na CSM apresentou-se o circuito $M - D - M$, cuja finalidade última era o valor de uso expresso no ato de consumo pessoal, ou seja, vender para comprar. Entretanto, como Marx observou, ao lado deste circuito existe outro com finalidade totalmente diversa (e que contempla o primeiro), isto é, comprar para vender:

$$D - M - D$$

Neste circuito a busca pelo valor torna-se o objetivo principal. Tal como na CSM onde os pólos do circuito deveriam ser “valores de uso” diferentes, aqui os pólos também devem ser diferentes, mas neste caso “valores” diferentes. Isto significa que o D final deve, necessariamente, ser maior do que o D inicial, pois do ponto de vista capitalista, não basta recuperar apenas o mesmo valor inicial despendido, mas é preciso recuperar valor expandido. Assim, mantendo-se o rigor formal deve-se escrever:

$$D - M - D'$$

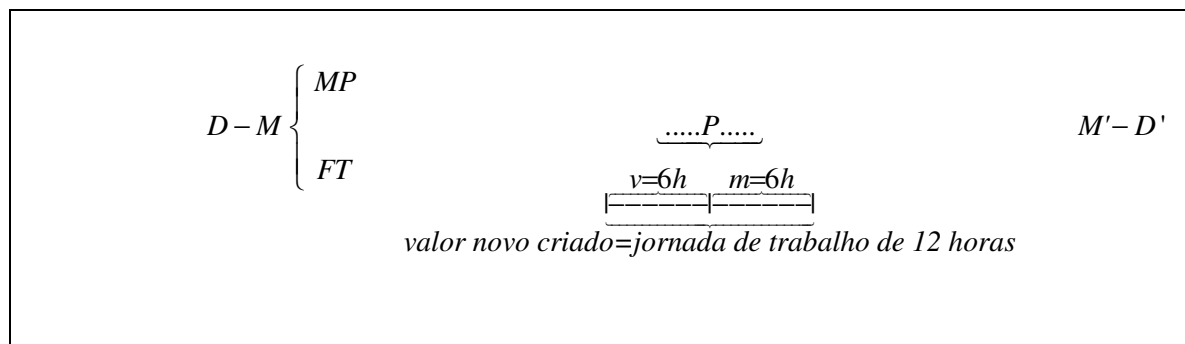
Contudo, escrever o circuito do capital desta forma encerra uma aparente contradição decorrente do fato de que ela parece romper com o pressuposto de troca de equivalentes. Este pressuposto implica que se as mercadorias são trocadas pelo seu valor, então, não é possível apenas através da troca obter quantia maior de valor do que a inicialmente colocada em circulação. A solução desta contradição é apresentada por Marx por meio da demonstração da origem do valor. De fato, o valor não se origina na esfera da circulação e, por isso, para encontrar sua fonte é preciso sair desta

e adentrar na produção.

Assim, o dinheiro (D) inicialmente despendido é utilizado pelo capitalista para comprar as mercadorias necessárias para colocar o processo produtivo em funcionamento. Entre as diversas mercadorias necessárias como, por exemplo, meios de produção, matérias-prima *etc.* está a mais importante, a força de trabalho, cuja característica fundamental é que seu valor é sempre menor que o valor novo criado pela sua utilização no processo produtivo. Desta diferença deduz-se um excedente que é apropriado pelo capitalista na forma de mais-valia e que explica a transformação de D em D'.

A figura 2 ilustra o desenvolvimento da fórmula do capital mostrando a origem da mais-valia, onde *D* é o dinheiro inicialmente adiantado, *M* é o conjunto de mercadorias necessárias ao processo produtivo, *MP* são os meios de produção necessários, *FT* é a força de trabalho, (...*P*...) indica a entrada na esfera da produção, *v* é o valor da força de trabalho, *m* é a mais-valia, *M'* são as mercadorias resultantes do processo produtivo e que já contêm mais valor do que *M* anteriormente despendido e finalmente *D'* é o dinheiro obtido com a venda das mercadorias e que consiste na recuperação de *D* anteriormente adiantado e na realização da mais-valia.

FIGURA 2 – FÓRMULA DO CAPITAL EXPANDIDA



FONTE: Elaboração própria.

Com base neste esquema do modo de produção capitalista buscar-se-á

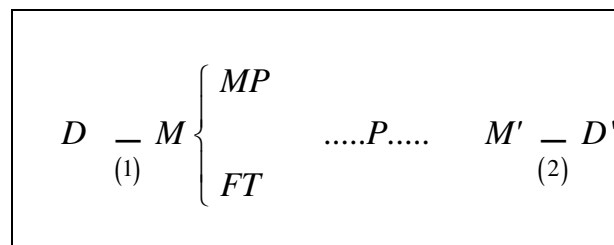
identificar os pontos de conexão entre a esfera da produção e da circulação das mercadorias evidenciando as contradições neles existentes e que dão origem à possibilidade das crises. Para iniciar a investigação da possibilidade da crise no modo de produção capitalista, partir-se-á do esquema mais simples e aos poucos se incluirá condições mais concretas da produção capitalista.

Assim, esta seção abstrairá, ainda, a concorrência entre os capitais e o sistema de crédito, sendo que estes dois aspectos serão incorporados apenas no capítulo 3. No item 2.2.1 analisa-se a possibilidade da crise no circuito do capital. No item 2.2.2 analisa-se a possibilidade da crise por meio das interconexões entre os capitais individuais. E, finalmente, no item 2.2.3 analisa-se a possibilidade da crise nos esquemas da reprodução.

2.2.1 A Possibilidade da Crise no Circuito do Capital

Do mesmo modo que a metamorfose da mercadoria encerra a possibilidade de ruptura entre compra e venda é preciso mostrar que o circuito do capital, ou seja, a metamorfose do capital, também encerra essa possibilidade. O capitalista sempre adianta dinheiro (D) comprando mercadorias (M) e colocando-as para funcionar no processo produtivo. Como resultado obtém mercadorias com mais valor (M') as quais serão transformadas numa quantia de dinheiro maior (D') do que inicialmente adiantado (D), conforme ilustra figura 3.

FIGURA 3 – O CIRCUITO DO CAPITAL



FONTE: Elaboração própria.

Nota-se que, por um lado, a metamorfose do capital contempla a unidade entre

o processo de produção e o processo de circulação (e, portanto, realização) do valor. Por outro lado, o capital enquanto processo de expansão do valor é a unidade de três formas de capital: capital-dinheiro ou capital monetário (D); capital produtivo (P); capital-mercadoria (M'). A metamorfose do capital somente se completa na medida em que estas três formas de capital se mantêm unidas transformando-se uma na outra continuamente.

Portanto, neste circuito do capital existem dois pontos de conexão entre a produção e a circulação: o ponto (1) que indica a compra, isto é, o momento no qual o capitalista despende seu dinheiro (capital monetário) em meios de produção e força de trabalho permitindo a transformação de capital-dinheiro em capital-produtivo e, com isso, saindo da esfera da circulação e entrando na esfera da produção; o ponto (2) indica a venda, isto é, o momento no qual o capitalista vende as mercadorias resultantes do processo produtivo transformando o capital-mercadoria em capital-dinheiro (capital monetário), ou seja, saindo da produção e entrando na circulação. Da fase 2 deve resultar a realização da mais-valia e, portanto, o sucesso desta fase determina a continuidade do processo no período seguinte. Fica, assim, evidente que a metamorfose do capital deve contemplar a unidade entre as fases D – M e M' – D', pois do contrário o valor produzido não se realizará e a continuidade da produção será prejudicada.

Todavia, por motivos que ainda serão analisados adiante, tanto a fase 1 (compra de novos meios de produção) quanto a fase 2 (venda das mercadorias produzidas) podem ser interrompidas uma vez que o dinheiro as separa no tempo e no espaço. Portanto, pode-se expressar a contradição contida no circuito do capital da seguinte forma:

- Elementos que formam a unidade: fase 1 (transformação de capital monetário em capital produtivo) e fase 2 (transformação de capital-mercadoria em capital monetário);

- Elemento que permite a ruptura da unidade: o dinheiro na função de meio de circulação.

Por isso, a metamorfose completa do capital formada pela unidade das fases de compra ($D - M$) e de venda ($M' - D'$), já contempla sua ruptura na medida em que o dinheiro assume a função de meio de circulação e dissocia as fases do processo. Quando o dinheiro, através de sua função de meio de circulação, dissocia compra e venda esta possibilidade da crise é denominada por Marx de *primeira forma abstrata da crise*: “podemos, portanto dizer: em sua *primeira forma*, a crise é a metamorfose da própria mercadoria, a dissociação da compra e venda. Em sua segunda forma, a crise é a *função do dinheiro como meio de pagamento*, e então o dinheiro figura em duas fases diferentes, separadas no tempo, em dois papéis diversos. *As duas formas são ainda de todo abstratas*, embora a segunda seja mais concreta do que a primeira.” [grifos meus] (MARX, 1980a, p.945).

Na passagem acima, embora Marx afirme que as formas abstratas da crise são as funções do dinheiro enquanto meio de circulação e de pagamento, parece mais correto dizer que estas funções do dinheiro apenas permitem a ruptura das unidades ou conexões entre produção e realização do valor, mas de modo algum se configuram a força motivadora da ruptura. Esta força motivadora fica evidente apenas por meio da análise dos esquemas de reprodução. Com isso, para entender a segunda forma abstrata da crise é preciso analisar o circuito do capital no encadeamento dos capitais individuais.

2.2.2 A Possibilidade da Crise no Encadeamento dos Capitais Individuais

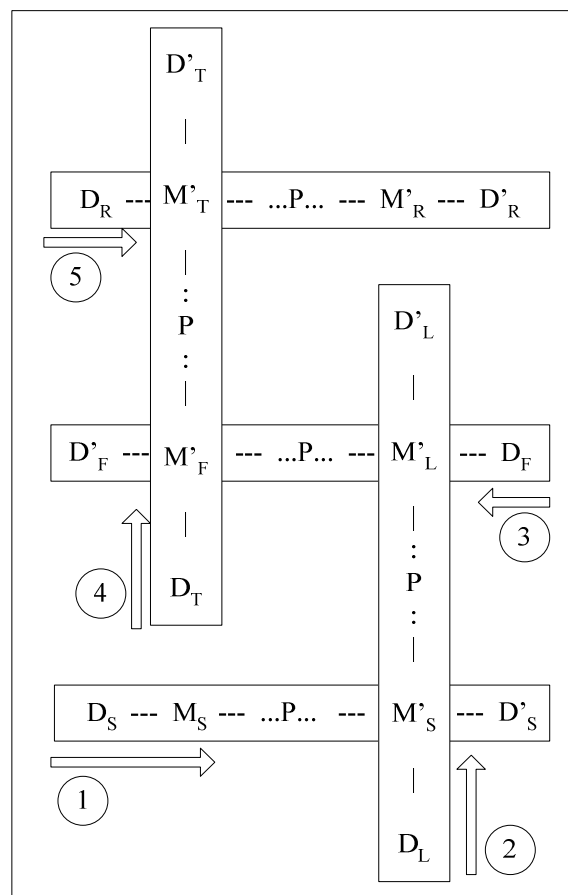
A análise das conexões entre os capitais individuais revela a segunda forma abstrata da crise. Para entender isso é preciso criar um modo de representar a metamorfose dos diversos capitais interconectados. Considerando-se cinco capitalistas operando em ramos de atividade diferentes, tem-se:

- Capitalista produtor de roupa (R);

- Capitalista produtor de tecido (T);
- Capitalista produtor de fio (F);
- Capitalista produtor de linho (L);
- Capitalista produtor de sementes de linho (S).

Cada um desses cinco capitalistas deve passar pelo mesmo processo de metamorfose de seus capitais, ou seja, $D - M - D'$. Assim, para efeitos de simplificação da exposição gráfica o encadeamento dos capitais supõe que cada um deles compra apenas um tipo de mercadoria com a qual é capaz de por em funcionamento seu processo produtivo. Os processos de metamorfose destes capitais estão ilustrados na figura 4.

FIGURA 4 – O ENCADEAMENTO DOS CAPITAIS INDIVIDUAIS



FONTE: Elaboração própria.

Na figura 4, D representa o dinheiro, M as mercadorias, P o processo

produtivo, D' é dinheiro acrescido de valor e, ainda, os subscritos referem-se às iniciais de cada tipo de capitalista. Assim, o capitalista produtor de roupa compra apenas tecido; o capitalista produtor de tecido compra apenas fio; o capitalista produtor de fio compra apenas linho; e o capitalista produtor de linho compra apenas sementes e finalmente, o capitalista produtor de sementes compra apenas sementes.

A metamorfose do capital produtor de sementes (circuito número 1) constitui o ponto de partida dos encadeamentos até chegar ao capital produtor de roupas (circuito número 5). Pode-se notar que os pontos de conexão entre os capitais se dão no momento do intercâmbio das mercadorias, onde do ponto de vista de um dos capitalistas realiza-se uma compra ($D - M$) e do ponto de vista do outro capitalista realiza-se uma venda ($M' - D'$). Analisar os capitais do ponto de vista de seus encadeamentos torna mais evidente como o dinheiro, em sua função de meio de circulação – e, portanto, como elemento capaz de dissociar compra e venda no espaço e no tempo –, impõe ao modo de produção capitalista a possibilidade da crise.

Se o capitalista produtor de roupa, após ter realizado sua mais-valia com a consecução do ato de venda ($M'_R - D'_R$) decidir adiar, ou mesmo, interromper o processo produtivo do ano seguinte e não completar a metamorfose de seu capital com a compra de mais tecido ($D_R - M'_T$), então, a interrupção neste ponto de conexão dos encadeamentos pode afetar todo o restante da cadeia. Isto por que o capitalista produtor de tecido não poderá realizar sua mais-valia, podendo em resposta disso reduzir ou interromper sua compra de fio. Com isso, o produtor de fio poderá proceder da mesma forma afetando também o produtor de linho e assim sucessivamente.

Assim, a dissociação da compra e venda aparece aí de modo que à conversão de um capital, da forma mercadoria para a forma dinheiro, tem de corresponder à reconversão de outro capital, da forma dinheiro para a forma mercadoria; a primeira metamorfose de um capital tem de corresponder à segunda do outro, e a saída de um capital do processo de produção, à volta do outro a esse processo. A circunstância de se encadearem e se entrelaçarem os processos de produção ou circulação de diferentes capitais, embora casual, é uma imposição da divisão do trabalho, e assim já se amplia a definição do conteúdo da crise. (MARX, 1980a, p.946).

É claro que, em condições mais concretas da produção capitalista, reduções na

produção setorial ocorrem freqüentemente sem que as crises ocorram de forma sistemática, pois cada capitalista encontra maneiras de ajustar sua própria produção. O ponto importante a ser notado, mais uma vez, é que o simples fato do dinheiro separar as fases de compra e venda encerra a possibilidade da crise, isto é, cria as condições da crise potencial, na medida em que a motivação de converter mais-valia em dinheiro predomina sobre a motivação de converter dinheiro em valores de uso. Esta é, como já foi observado anteriormente, a primeira forma abstrata da crise. Note que nesta primeira forma abstrata da crise o dinheiro, enquanto meio de circulação, ao interromper a metamorfose do capital impede a realização completa do valor produzido, ou seja, caracteriza uma situação de mercadoria invendáveis.

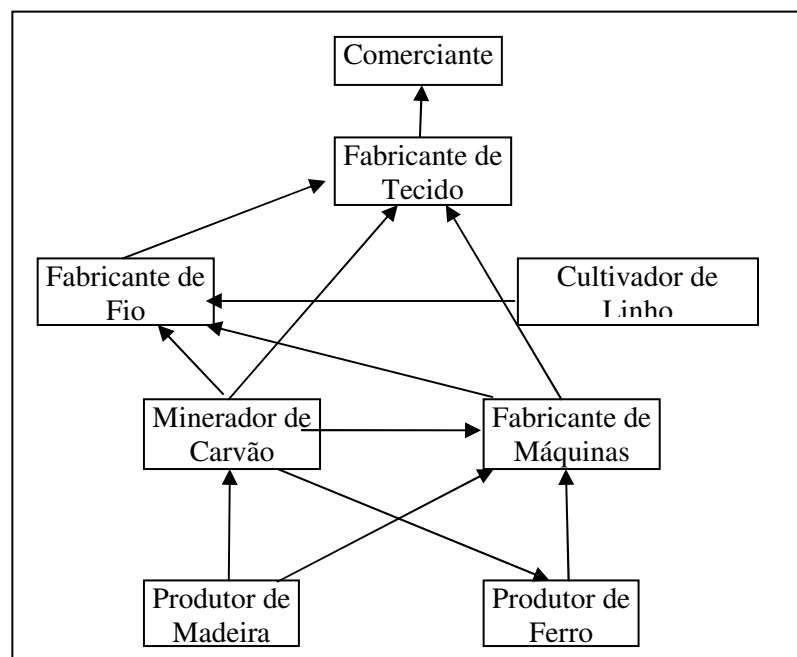
Com a análise das interconexões entre os capitais, pode-se investigar a segunda forma abstrata da crise, cuja origem também se deve ao dinheiro, mas agora na sua função de meio de pagamento. Esta função do dinheiro torna-se predominante na medida em que os capitalistas se concedem mutuamente o que Marx chamou de crédito comercial. O crédito comercial significa o adiantamento de mercadorias com base na promessa de pagamento futuro. Esta promessa assume sua forma mais conhecida na letra de câmbio, entretanto, qualquer outro tipo de título de dívida realiza esta função. A ocorrência do crédito comercial é muito comum entre capitalistas compradores de insumos e capitalista fornecedores de insumos. A figura 5 mostra o encadeamento das dívidas geradas pelo crédito comercial, onde o produtor de madeira adianta mercadorias ao minerador de carvão e ao fabricante de máquinas recebendo em troca letras de câmbio. Assim também procede tanto o minerador quanto o fabricante de máquinas adiantando suas mercadorias ao fabricante de fio; o fabricante de fio adianta suas mercadorias ao fabricante de tecido; e o fabricante de tecido adianta suas mercadorias ao comerciante. Assim, dois pontos importantes podem ser destacados neste encadeamento de dívidas:

- Primeiro, que o pressuposto necessário para a continuidade deste encadeamento é que os capitalistas, principalmente os que figuram na ponta

inicial do processo (neste caso o fabricante de madeira e o produtor de ferro) devem ser capazes de mobilizar capital monetário reserva para dar continuidade ao seu processo produtivo enquanto as letras de câmbio não são quitadas;

- Segundo, um capitalista sempre emite uma letra de câmbio para comprar insumos, cuja capacidade de pagá-la depende da realização de sua própria produção a qual também foi alienada por meio de um título de dívida, portanto, o crédito comercial tem capacidade limitada para promover a expansão produtiva dada a possibilidade de ruptura desta cadeia.

FIGURA 5 – ENCADEAMENTOS DE DÍVIDAS RECÍPROCAS



FONTE: Elaboração própria.

Portanto, deve ficar claro que enquanto o dinheiro na sua função de meio de circulação dissocia as fases de compra e venda do processo de metamorfose do capital, o dinheiro enquanto meio de pagamento dissocia a realização da mercadoria enquanto valor de uso da realização de seu próprio valor, expresso no preço da mercadoria. Isto porque a mercadoria é alienada no momento 1, enquanto seu preço será realizado apenas no momento 2. Esta dissociação temporal impõe a possibilidade da crise na

medida em que se os valores produzidos por um ou por alguns dos capitalistas envolvidos não se realizem ou se realizem abaixo do esperado, por qualquer motivo que seja, então os efeitos se dissipam sobre toda cadeia na qual eles mantêm conexões.

Note que nesta segunda forma abstrata da crise o dinheiro, enquanto meio de pagamento, ao interromper a metamorfose do capital pode caracterizar duas situações. A primeira é a venda da mercadoria sem a realização de nenhuma parcela de seu valor. Isto ocorrerá se as letras de câmbio não puderem ser convertidas em dinheiro caracterizando uma impossibilidade completa de quitar a promessa de pagamento. A segunda é a venda da mercadoria com realização parcial do valor, na medida em que revoluções no valor de mercado ou nos preços de mercado impedem a conversão das letras de câmbio ao valor previamente contratado.

Portanto, a contradição expressa na segunda forma abstrata da crise pode ser assim descrita como:

- Elementos que formam a unidade: fase 1 (transformação de capital monetário em capital produtivo) e fase 2 (transformação de capital-mercadoria em capital monetário);
- Elemento que permite a ruptura da unidade: o dinheiro na função de meio de pagamento.

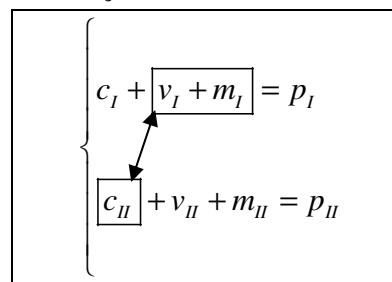
Analisou-se, portanto, as duas formas abstratas da crise apresentadas por Marx nas *Teorias da Mais Valia*. Estas duas formas são, como o próprio Marx alerta, totalmente sem conteúdo. Elas expressam apenas a forma na qual a possibilidade da crise existe. Agora, tratar-se-á de adicionar conteúdo a estas formas. O primeiro conteúdo se evidencia a partir do estudo dos esquemas da reprodução. Em seguida, no capítulo três, o estudo da concorrência e do crédito bancário dá às formas abstratas um conteúdo mais fundamental.

2.2.3 A Possibilidade da Crise nos Esquemas de Reprodução

Os esquemas da reprodução simples e ampliada desenvolvidos por Marx

foram apresentados, respectivamente, nos capítulos XX e XXI do livro II d'*O Capital*, publicado pela primeira vez em 1885. Esses esquemas consistem na divisão da economia capitalista em dois setores de atividades: (i) o setor produtor de meios de produção, denominado por Marx como setor I; (ii) o setor produtor de meios de consumo, nomeadamente, setor II. A construção teórica feita por Marx assume diversas hipóteses como: (i) composição orgânica do capital e taxa de mais-valia constantes e iguais; (ii) as mercadorias são trocadas pelos seus valores; (iii) produtividade constante; (iv) os capitalistas dispõem de reservas ilimitadas de força de trabalho. (GIUSSANI, 1988). Em termos genéricos os esquemas da reprodução simples podem ser representados conforme a figura 6.

FIGURA 6 – ESQUEMA DA REPRODUÇÃO SIMPLES



FONTE: Elaboração própria.

Na figura 6, c representa o capital constante, v o capital variável, m a mais-valia, p a produção total de cada setor e os sub-índices I e II representam os setores de produção de meios de produção e de meios de consumo, respectivamente. Os elementos delimitados pelos quadrados representam a condição de proporcionalidade exigida para que a reprodução simples, isto é, a reprodução na qual toda a mais-valia é gasta como consumo pessoal do capitalista. Em termos algébricos o balanço da reprodução simples é:

$$v_I + m_I = c_{II}$$

A transição da reprodução simples para a ampliada, isto é, para uma situação na qual parte da mais-valia é reinvestida no processo produtivo do ano seguinte, muda as equações do esquema para:

FIGURA 7 – ESQUEMA DA REPRODUÇÃO AMPLIADA

$$\left\{ \begin{array}{l} c_I + k_c m_I + [v_I + k_v m_I + (1 - k_c - k_v) m_I] = p_I \\ [c_{II} + k_c m_{II}] + v_{II} + k_v m_{II} + (1 - k_c - k_v) m_{II} = p_{II} \end{array} \right.$$

FONTE: Elaboração própria.

Na figura 7, pode-se observar que a mais-valia não é totalmente consumida, mas dividida entre o consumo pessoal do capitalista representado por $[(1 - k_c - k_v)m]$, o gasto com o incremento de capital constante ($k_c m$) e o gasto com a contratação de força de trabalho adicional ($k_v m$), onde k_c representa a proporção da mais-valia a ser reinvestida como capital constante e k_v a proporção a ser reinvestida em capital variável. Assim, as condições de balanço algébrico mudam para:

$$v_I + m_I (1 - k_c) = c_{II} + k_c m_{II}$$

Os capítulos sobre os esquemas da reprodução não suscitaram imediatamente o debate teórico entre os marxistas alemães na ocasião da publicação do livro II d'*O Capital*. Conforme observa ROSDOLSKY (2003), talvez, o contexto social da Europa ocidental e central àquela época, no qual o capitalismo se encontrava plenamente desenvolvido, não se constituía em cenário adequado para despertar o interesse no estudo dos esquemas de reprodução justificando, assim, seu esquecimento na Alemanha, por cerca de vinte anos.

A Rússia, por outro lado, encontrava-se à época da publicação num contexto social totalmente diverso. Dado o atraso econômico russo com relação a alguns países europeus, a disputa intelectual se concentrava em torno do debate da possibilidade, ou mesmo da necessidade, do desenvolvimento capitalista na Rússia. Assim, os esquemas da reprodução foram, inicialmente, apropriados por teóricos que pretendiam demonstrar a possibilidade de expansão ilimitada do capitalismo. Contudo, no decorrer do século XX, o debate foi se transformando a ponto de surgir explicações teóricas, com base nos mesmos esquemas da reprodução, que demonstravam exatamente o

inverso, isto é, a possibilidade das crises do capitalismo e até mais do que isso: o colapso inevitável do capitalismo. É por esse motivo que os esquemas da reprodução de Marx tornaram-se um dos pontos mais controversos da literatura marxista, se não o mais controverso. Por isso, parece importante, antes de expor os argumentos que localizam o *status* dos esquemas da reprodução dentro da teoria da possibilidade da crise, resgatar um pouco da história acerca desta controvérsia.

O debate histórico acerca dos esquemas da reprodução

Na Rússia, o debate se consolidou separando dois grupos opostos. De um lado, os *narodniki*³⁴ que não acreditavam na necessidade do desenvolvimento do capitalismo russo e, de outro, os marxistas legais³⁵ que acreditavam nesta necessidade e cujos esforços teóricos foram feitos no sentido de provar que os esquemas da reprodução de Marx demonstravam não só a possibilidade do capitalismo reproduzir-se, como de reproduzir-se indefinidamente.

Assim, conforme apresentou ROSDOLSKY (2003), a polêmica entre *narodniki* e marxistas legais pode ser resumida como segue. Nicolai Danielson, principal representante teórico dos *narodniki*, acreditava que a Rússia não só podia como deveria “pular” a etapa capitalista de desenvolvimento, pois nela era impossível criar mercados interno e externo, fatores indispensáveis para o desenvolvimento do capitalismo.

A dificuldade em criar mercados residia, segundo Danielson, na existência de três fatores interligados. Primeiro, dado o nível de desenvolvimento tecnológico da

³⁴ Os *narodniki* (termo derivado da expressão *Khozhdenie v narod* = ‘ir para o povo’) ou também chamados populistas russos foram os articuladores de idéias cujas concepções básicas “consistiam de uma teoria do desenvolvimento não-capitalista e da idéia de que a Rússia podia e devia prescindir da etapa capitalista e edificar uma sociedade socialista, igualitária e democrática, com base na força da comuna camponesa e da pequena produção de mercadorias, pois o populismo era hostil à organização da produção em grande escala.” (ALAVI, 1988, p.289).

³⁵ A denominação “marxismo legal” refere-se a “interpretação crítica e acadêmica do marxismo, desenvolvida por P. B. Struve, M. I. Tugan-Baranovski, N. A. Berdiev, S. N. Bulgakov e S. L. Frank, que teve influência na Rússia, sobretudo no período entre 1894 e 1901.” (HARDING, 1988, p.246).

época, isto é, o já alto nível de mecanização, a indústria não seria capaz de gerar empregos suficientes para a enorme massa de população camponesa que a Rússia teria de expropriar de suas terras. Isto por que os empregos “diminuíam constantemente”, embora, neste ponto, Danielson confundisse a diminuição relativa do emprego com sua diminuição absoluta. “Liberamos de 20 a 25% de nosso campesinato. Os camponeses vagam agora pelo campo, em busca de trabalho (...) O que farão? Ir para as fábricas? Mas sabemos que o número de operários empregados na indústria atual diminui constantemente.” (DANIELSON³⁶, *apud* ROSDOLSKY, 2003, p.14).

Em segundo lugar e decorrente do primeiro fator, o poder de compra dos operários também diminuía constantemente. Por um lado, porque os empregos estavam reduzidos, por outro, devido ao próprio decréscimo dos salários. Assim, com o poder de compra dos trabalhadores reduzido, não haveria possibilidade de desenvolver-se um mercado interno na Rússia e “precisamente por isto cada uma das nações capitalistas (deveria) colocar em jogo todas as suas energias para conquistar os mercados de suas rivais; sem mercado não existe capitalismo algum.” (DANIELSON³⁷, *apud* ROSDOLSKY, 2003, p.14). Portanto, dada a dificuldade de criar um mercado interno, uma saída seria a expansão do mercado externo.

Entretanto, neste caso, Danielson argumentava que a Rússia não podia obter êxito na conquista de mercados externos num contexto onde a concorrência acirrada das grandes potências capitalistas reduzia muito a taxa de lucro. “Por isto, parece que nosso amado bebê, o capitalismo, que destrói os fundamentos da indústria doméstica camponesa, mas que não dispõe de um mercado interno nem de mercados externos, não possui entre nós uma base de desenvolvimento firme.” (DANIELSON³⁸, *apud* ROSDOLSKY, 2003, p.14). Assim sendo, Danielson argumentava contra a necessidade da Rússia passar pela etapa capitalista, devendo esta adentrar diretamente

³⁶ *Perepiska K. Marksa i Fr. Engelsa s russkimi deiatelami* (Correspondência de Karl Marx e Friedrich Engels com as personalidades políticas russas), 1947, p.127-129.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

o socialismo.

Em face dos argumentos defendidos pelos *narodniki*, os marxistas legais, cujo maior representante foi Serguei Nikoláievich Bulgakov³⁹, já em 1897, buscaram nos esquemas da reprodução de Marx os argumentos teóricos para refutar seus opositores. Pretendiam, baseados nesses esquemas, evidenciar a existência de demanda recíproca dentro do capitalismo, demonstrando a perfeita possibilidade de criação de mercados na Rússia. Neste sentido, Bulgakov afirmava em seu livro que: “Os problemas mais importantes da teoria dos mercados são resolvidos mediante a análise da troca entre os dois departamentos.” (BULGAKOV⁴⁰, *apud* ROSDOLKY, 2003, p.16).

Todavia, os marxistas russos ultrapassaram a simples tentativa de demonstrar a possibilidade de criação de mercados na Rússia. Foram além tentando demonstrar, também, a possibilidade da duração eterna do capitalismo. Assim, para Bulgakov, nem o consumo nem a criação de mercado externo representava um problema para a realização da produção. O primeiro por que “só constitui um fator subsidiário da circulação do capital” e a “produção capitalista pode ser ampliada *ilimitadamente* até dentro dos estreitos limites do motivo do lucro e das crises (...) independentemente do consumo e inclusive quando este diminui.” (BULGAKOV⁴¹, *apud* ROSDOLKY, 2003, p.16).

Quanto à necessidade de mercados externos Luxemburg afirma que Bulgakov nega qualquer vínculo com o problema da realização da produção. Bulgakov acredita que o capitalismo “cria para si mesmo um mercado sem limitações e é seu próprio ferrão que o impulsiona para a ampliação; então todo país capitalista é também, economicamente, uma totalidade fechada que se ‘basta a si mesma’”. (LUXEMBURG⁴², *apud* ROSDOLKY, 2003, p.19).

³⁹ BULGAKOV, S. N. (1897). *O rynkaj pri kapitalisticheskom proizvodstve* (Acerca do problema dos mercados no modo de produção capitalista). Moscou.

⁴⁰ *Ibidem.*, p. 28-29.

⁴¹ *Ibidem.*, p. 161-162.

⁴² LUXEMBURG, R. (1923). *Die Akkumulation des Kapitals*, p.234.

As análises de Bulgakov sobre os esquemas da reprodução impõem apenas uma condição para a expansão ilimitada do capitalismo – a proporcionalidade entre os ramos produtivos: “a única e fundamental condição para a possibilidade da reprodução ampliada consiste na proporcionalidade dos diferentes ramos da produção. Se esta condição se dá, as dimensões da produção se tornam determinadas somente pela magnitude da acumulação, pela necessidade de seu crescimento.” (BULGAKOV⁴³, *apud* ROSDOLSKY, 2003, p.18). Com isso, Bulgakov inaugura uma tradição que explicará as crises por meio da desproporção dos ramos produtivos, propondo como solução reformas econômicas que permitam restabelecer as proporções adequadas à expansão do capitalismo. Por isso, Bulgakov, juntamente com Baranovski que apenas retoma suas idéias principais, podem ser considerados como os precursores da corrente marxista “neo-harmonicista”.

Desta forma, segundo Rosdolsky, enxergar nos esquemas de reprodução a existência de demanda recíproca dentro do capitalismo foi a parte correta da análise de Bulgakov. O equívoco residiu em confundir “permanentemente a análise abstrata de Marx com a realidade capitalista, extraindo dessa análise conclusões que de nenhuma maneira aparecem como justificadas.” (ROSDOLSKY, 2003, p.16). Assim, para Rosdolsky a realidade capitalista, sobretudo as crises, não pode ser explicada por meio de um instrumental analítico altamente abstrato, como os esquemas da reprodução, mas deve ser compreendida na medida em que elementos mais concretos se juntam à análise.

Somente muito mais tarde, os esquemas da reprodução chamam a atenção dos marxistas alemães e austríacos. Semelhante à interpretação russa, o marxista austríaco Rudolf Hilferding, em sua obra *O Capital Financeiro*, de 1909, juntamente com os demais oficiais da social-democracia, estudam os que esquemas da reprodução com o objetivo de demonstrar que “o capitalismo poderia estender-se ilimitadamente e que

⁴³ *Ibidem.*, p.158.

nenhum colapso condicionado por suas leis internas o ameaçava.” (ROSDOLSKY, 2003, p.29).

Para Hilferding “na produção capitalista, a reprodução pode ter lugar de forma *imperturbável* tanto em escala simples como em escala ampliada, *somente* se mantendo tais proporções.” (HILFERDING⁴⁴, *apud*, ROSDOLSKY, 2003, p.29). Isto significa que, para ele, a condição necessária e suficiente para a expansão ilimitada do capitalismo é a manutenção da proporcionalidade entre os diversos ramos da produção e, portanto, no caso em que se mantém tal proporção uma teoria do colapso não teria espaço. Nota-se, assim, que neste aspecto Hilferding não traz nada de novo, no que se refere à teoria de crise, mas, apenas dá continuidade à tradição inaugurada por Bulgakov e Baranovski de explicar as crises por meio das desproporções entre os ramos produtivos.

Hilferding refuta a explicação das crises por meio do subconsumo alegando que “não se depreendem dos *esquemas* em si a *possibilidade* de uma superprodução geral de mercadorias”. (HILFERDING⁴⁵, *apud*, ROSDOLSKY, 2003, p.29). Todavia, Rosdolsky critica-o argumentando que tão pouco se depreende dos esquemas a *impossibilidade* da superprodução geral. Portanto, para Rosdolsky, a teoria de Hilferding, assim como daqueles marxistas russos, demonstra “os disparates a que se deve levar toda a confusão dos esquemas abstratos com a realidade capitalista concreta”. (ROSDOLSKY, 2003, p.31).

A inserção de Rosa Luxemburg no debate envolvendo os esquemas da reprodução se dá por volta de 1912 com a publicação de *A Acumulação de Capital*. Segundo Rosdolsky, a obra de Luxemburg só pode ser compreendida como reação às interpretações neo-harmonicistas, anteriormente apresentadas, das doutrinas econômicas de Marx. A obra de Luxemburg concentra-se fundamentalmente numa teoria do colapso (inversamente a de Hilferding) e, portanto, desemboca numa tradição

⁴⁴ HILFERDING, R. (1927). *Das Finanzkapital*. p.318.

⁴⁵ Idem.

marxista revolucionária em contraposição àquela harmonicista. Todavia, o tratamento dado por Luxemburg aos esquemas da reprodução de Marx é amplamente reconhecido como incorreto.

Segundo Rosdolsky o “principal erro estava em que, sem percebê-lo, Rosa Luxemburg voltava a cair, uma e outra vez, durante a análise da reprodução ampliada, nas premissas da reprodução simples.” (ROSDOLSKY, 2003, p.34). Luxemburg, talvez por influência daqueles a quem queria combater, concordava que o esquema de Marx admitia uma acumulação ilimitada e, por isso, acreditava que a acumulação capitalista só poderia ser explicada com o auxílio dos mercados não-capitalistas, derivando, na seqüência, uma teoria do colapso. Assim, para Rosdolsky, embora Luxemburg fosse considerada uma verdadeira “Dialectic”, seu erro parece estar enraizado na compreensão insuficiente do método de Marx. Luxemburg, assim como seus opositores, passaram por cima “do fato que todos os resultados da análise do processo da reprodução do tomo II só podiam ser de índole provisória, isto é, que necessitavam que fossem completados nas etapas ulteriores e mais concretas da análise.” (ROSDOLSKY, 2003, p.35).

Outro teórico que poderia ser lembrado na história da utilização dos esquemas da reprodução de Marx é Otto Bauer⁴⁶ em sua crítica à Rosa Luxemburg. O autor pretendia demonstrar a possibilidade de acumulação ilimitada, levando em conta o progresso técnico, ou seja, incluindo nos esquemas da reprodução uma composição orgânica do capital crescente. Mas, conforme observa Rosdolsky, para fazer isso foi necessário abandonar “uma das premissas fundamentais dos esquemas de Marx: que a única relação entre os departamentos I e II consistia na troca de seus respectivos produtos.” (ROSDOLSKY, 2003, p.38).

Assim, Bauer faz com que os resíduos do departamento II, resultantes do progresso técnico, que sobriariam na forma de mercadorias invendáveis fossem todos

⁴⁶ BAUER, O. (1912-1913). Die Akkumulation des Kapitals. *Die Neue Zeit*, n.23.

os anos investidos no departamento I, na forma de dinheiro equivalente ao valor destes resíduos na forma de mercadorias. Este procedimento, segundo Rosdolsky equivale àquele utilizado por uma empresa social *holding* que “instala uma subsidiária econômico-industrial para, desta maneira, abastecer planificadamente os trabalhadores e capitalista da empresa *holding* com os meios de vida necessários.” (ROSDOLSKY, 2003, p.38).

Todavia o próprio Marx já havia excluído de antemão a transferência de capital na forma física de um departamento para o outro e, portanto, do ponto de vista metodológico a pergunta mais importante a ser feita é: “por que o próprio Marx não recorreu ao meio de transferência de capital preconizado por Otto Bauer”? A resposta a essa questão deve levar em conta o objetivo principal de Marx ao construir os esquemas da reprodução, ou seja, “mostrar como pode ser resolvida – e se resolve – no plano social a antinomia entre valor de uso e valor de troca. Mas isto só pode ser mostrado concebendo-se as indústrias dos meios de produção e dos meios de vida como departamentos da produção social totalmente autônomos (...)” (ROSDOLSKY, 2003, p.39).

Além disso, conforme Rosdolsky, Otto Bauer não consegue demonstrar o que pretendia, isto é, a possibilidade ilimitada da acumulação de capital. “Uma simples reflexão demonstra que sua tentativa tinha que fracassar. Pois se se constrói o esquema da reprodução ampliada supondo-se uma composição orgânica do capital constantemente crescente, teria que se chegar cedo ou tarde à hipertrofia totalmente irreal e economicamente sem sentido do departamento I, isto é, da produção de meios de produção.” (ROSDOLSKY, 2003, p.39). Assim, os esquemas de Otto Bauer foram úteis, não para demonstrar o que ele queria, isto é, a possibilidade de acumulação indefinida no modo de produção capitalista, mas serviu para GROSSMANN (1929), ensaiar uma tendência para o colapso imanente ao capitalismo, ou seja, uma teoria do colapso derivado de causas econômicas.

De tudo que foi exposto pode-se concluir que os esquemas da reprodução de

Marx foram utilizados por diversos autores, cada qual com um propósito teórico específico. Alguns pretenderam demonstrar por meio deles a capacidade ilimitada de crescimento das economias capitalistas. E, apesar deste objetivo, não puderam negar as crises do capitalismo explicando-as, assim, por meio de teorias de crise baseadas na desproporção entre os ramos industriais. Outros desejaram, ao contrário, provar a limitação do crescimento do modo de produção capitalista, alegando a necessária decadência do capitalismo por meio das teorias do colapso.

Porém, deve-se admitir que seria contraditório que os esquemas da reprodução pudessem provar ambas as teses. Assim sendo, o debate acerca dos esquemas da reprodução evidencia a superficialidade da compreensão do método utilizado por Marx, sobretudo no que diz respeito ao instrumental analítico da abstração exigindo, por isso, uma reflexão metodológica acerca do *status* dos esquemas na teoria de crise marxista.

Os esquemas de reprodução e a possibilidade da crise

Conforme observado no início desta seção, os esquemas da reprodução foram construídos propositadamente sob diversas hipóteses, entre elas o fato de permanecer constante a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital. Poder-se-ia pensar que Marx procedeu desta forma não por vontade própria, mas por falta de tempo para terminar sua investigação acerca do problema da realização da produção. Porém, não é a esta conclusão que Rosdolsky chegou ao realizar uma análise minuciosa dos *Grundrisse*:

A primeira conclusão que resulta da disputa (de décadas de duração) em torno dos esquemas da reprodução de Marx é, evidentemente, que de nenhuma maneira se deve considerar esses esquemas como um simples “torso”, como uma tentativa teórica que Marx não pôde “completar” só por falta de tempo. Ao contrário, tudo aponta no sentido que o próprio Marx jamais teve a intenção de ir além da forma que deu aos esquemas da reprodução no tomo II de *O capital*, e por isto não tem sentido esperar deles mais do que podem dar. (ROSDOLSKY, 2003, p.42).

Portanto, o primeiro passo para entender o papel dos esquemas da reprodução

na teoria de crise é concebê-los como uma parte do desenvolvimento teórico de Marx que, por ser ainda bastante abstrato, não pode explicar completamente a realidade capitalista e, principalmente, as manifestações concretas das crises econômicas. É preciso lembrar que para Marx “a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da *concorrência* e do *crédito* – enquanto provém das determinações de forma próprias do capital” (MARX, 1980a, p. 948). Portanto, visto que os esquemas não contemplam nem os efeitos da concorrência nem os efeitos da conexão entre a produção e a circulação das mercadorias por meio do sistema de crédito, então eles não podem explicar o mecanismo real da crise.

Mas, então, para que servem os esquemas da reprodução? Se eles foram construídos intencionalmente com tais abstrações, então o que Marx queria demonstrar com eles? Para entender o propósito de Marx ao desenvolver os esquemas da reprodução é preciso considerar, não só os capítulos XX e XXI que tratam da reprodução simples e da reprodução ampliada respectivamente, como também os dois capítulos anteriores (XVIII e XIX) que completam a seção III do livro II d’*O Capital*, a qual Marx chamou de “A reprodução e a circulação do capital social total”.

No capítulo XVIII, intitulado “Introdução” Marx apresenta o objeto de investigação da seção III, justificando-o em perspectiva a tudo o que já vinha sendo discutido desde o livro I:

O processo direto de produção do capital é seu processo de trabalho e de valorização (...) cujo motivo determinante é a produção de mais-valia. O processo de reprodução do capital abrange tanto esse processo direto de produção como ambas as fases do processo de circulação propriamente dito (...) No Livro Primeiro foi analisado o processo de produção capitalista como ato isolado e como processo de reprodução (...) Na seção I deste Livro Segundo foram consideradas as diferentes formas que o capital assume em seu ciclo e as diferentes formas desse mesmo ciclo. (...) Na seção II, o ciclo foi examinado como sendo periódico, isto é, como rotação. (...) Tanto na seção I como na II, tratava-se sempre apenas de um capital individual, do movimento de uma parte autonomizada do capital social. Os ciclos dos capitais individuais, porém se entrelaçam, se supõem e se condicionam reciprocamente, e constituem, justamente neste entrelaçamento, o movimento do capital social total. (...) Temos de examinar agora [na seção III] o processo de circulação (...) dos capitais individuais como componentes do capital social total, portanto o processo de circulação deste capital social total. (MARX, 1986b, III, p. 261-263).

Ou seja, essa seção passa a ocupar-se com o processo de circulação do capital social total, mais especificamente com a realização das partes componentes deste capital social total. Em face disso, no capítulo intitulado “Apresentações anteriores do objeto” Marx se preocupa em apontar, tanto os méritos como os erros, dos teóricos que o antecederam no tratamento deste objeto de pesquisa.

Assim, por um lado, o mérito de François Quesnay foi mostrar “em poucos e grandes traços, como o resultado anual, determinado pelo valor da produção nacional se distribui por meio da circulação de modo que, permanecendo constantes as demais circunstâncias, sua reprodução simples possa se efetivar” (MARX, 1986b, III, p.267). Contudo, o principal problema de Quesnay, assim como dos fisiocratas em geral, é conceber o excedente como oriundo da fertilidade do solo. Por outro lado, enquanto Adam Smith, mesmo com todas as confusões originárias de suas análises, supera Quesnay na explicação da origem do excedente, retrocede em relação à análise do processo de reprodução.

Portanto, Marx com seus esquemas da reprodução apresentou uma concepção totalmente nova acerca da realização da produção, sendo justificável dedicar a ela uma seção inteira, já que suas idéias diferiam de tudo o que já havia sido escrito. Neste sentido, os avanços mais importantes de Marx, do ponto de vista metodológico, são: (i) dividir o capital social total em dois setores, um produtor de meios de produção e outro produtor de meios de consumo e (ii) conduzir a investigação partindo da reprodução simples em direção a uma situação mais complexa que é a reprodução ampliada.

Assim, os esquemas da reprodução, embora não possam explicar a causa concreta das crises econômicas, são importantes do ponto de vista teórico, pois demonstram a existência de demanda recíproca dentro do capitalismo, mesmo sob os pressupostos de uma proporcionalidade apenas temporária e que se apresenta mais “como um processo constante a partir da desproporcionalidade ” (MARX⁴⁷, *apud*

⁴⁷ MARX, K. *Das kapital*, p. 537.

ROSDOLSKY, 2003, p.37).

Esta demanda recíproca deve, necessariamente, se resolver em termos de valor e também de valor de uso. Portanto, o objetivo mais importante dos esquemas de reprodução, nesta perspectiva de demonstrar a realização das partes componentes da produção social, parece ser a resolução da contradição entre valor e valor de uso, conforme o próprio Marx coloca a questão logo no início do capítulo XX dedicado à reprodução simples:

Enquanto considerávamos a produção de valor e o valor do produto do capital do ponto de vista individual, a forma natural do produto-mercadoria, para a análise, era indiferente, consistisse ela em máquinas, cereais ou espelhos. (...) [Contudo] esta maneira puramente formal da exposição já não basta quando se considera o capital social total e o valor de seus produtos. A retransformação de parte do valor dos produtos em capital, a entrada de outra parte no consumo individual da classe capitalista, bem como no da classe trabalhadora constituem um movimento dentro do próprio valor dos produtos em que resultou o capital total; e esse movimento não é apenas reposição de valor, mas também reposição de matéria, sendo assim condicionado tanto pela proporção recíproca dos componentes de valor do produto social como por seu valor de uso, sua forma material. (MARX, 1986b, III, p.292).

Assim, do ponto de vista metodológico os esquemas da reprodução se prestam a avançar em direção à concreção teórica para demonstrar que a sociedade deve dispor não só de um fundo de valor, mas encontrá-lo numa forma de uso determinada, isto é, na sua forma de valor de uso. Poder-se-ia subestimar a importância teórica desta etapa da análise perguntando: de que serve demonstrar a solução temporária da contradição entre valor e valor de uso se na prática capitalista esta solução se dá somente por meio do ajuste forçado dos preços, das falências de capitalistas individuais, das crises? Esta pergunta subestima não só a importância desta etapa teórica específica, mas de todo o processo de investigação científico de Marx, cujo método consiste em partir das noções e construções mais abstratas incorporando progressivamente aspectos mais concretos para mostrar, então, as verdadeiras relações causais subjacentes. E neste sentido, os esquemas da reprodução, com seu alto nível de abstração, não poderiam explicar o que se dá na prática capitalista e, portanto nas crises, mas apenas apresentar resultados provisórios e, portanto, somente a possibilidade dessas crises.

Com isso, o *status* dos esquemas da reprodução na teoria das crises pode ser concebido, dado seu alto nível de abstração, como: (i) necessário para explicação de como valor e valor de uso poderiam corresponder-se caso a sociedade capitalista fosse planejada; (ii) como este planejamento não existe, os esquemas são úteis para demonstrar o conteúdo que amadurece a possibilidade da crise. Nas seções precedentes foram analisadas as duas formas abstratas da crise, onde o elemento que permitia a ruptura entre as unidades de compra e venda era o dinheiro tanto em sua função de meio de circulação quanto de meio de pagamento.

Porém, até agora, nada foi dito sobre as forças motivadoras que impulsionam o capitalista a reter dinheiro rompendo tais unidades. Isto somente torna-se claro na análise da reprodução do capital empreendida por meio dos esquemas da reprodução. Nos capítulos sobre os esquemas da reprodução Marx, levanta dois problemas fundamentais: (i) formação do fundo de depreciação; (ii) formação do fundo de acumulação.

O primeiro problema, a formação do fundo de depreciação, surge ainda na análise da reprodução simples. Marx percebe que na troca entre o setor I ($v_I + m_I$) e o setor II (c_{II}) haveria necessariamente uma sobra no setor I, uma vez que os capitalistas do setor II não poderiam comprar toda a produção ($v_I + m_I$) do setor I, pois se assim procedessem não seria possível reservar certa quantia de dinheiro para formar o fundo de depreciação:

(...) a troca das mercadorias $2000 II_c$ por mercadorias do mesmo valor I ($1000_v + 1000_m$) pressuporia que $2000 II_c$ foram integralmente reconvertidos *in natura* nos elementos naturais do capital constante II, produzidos por I, mas o valor mercadoria de 2000, em que existe este último, contém um elemento correspondente à perda de valor do capital fixo e que não é para ser repostado imediatamente *in natura*, mas para ser transformado em dinheiro que progressivamente se acumula como soma total, até que vença o prazo de renovação do capital fixo em sua forma natural. (...) Por isso, impõe-se imediatamente, na troca de I ($1000_v + 1000_m$) por $2000 II_c$, a dificuldade de que os meios de produção de I, em cuja forma natural os $2000_{(v+m)}$ existem, têm de ser trocados por seu montante integral de valor de 2000 por equivalente em meios de consumo II, enquanto, por outro lado, os meios de consumo $2000 II_c$ não podem ser convertidos por seu valor total nos meios de produção I ($1000_v + 1000_m$), por que uma parte alíquota de seu valor – igual à depreciação ou à perda de valor do capital fixo a ser repostado – tem de se depositar primeiramente em forma-

dinheiro (...).(MARX, 1986b, III, p.331-332).

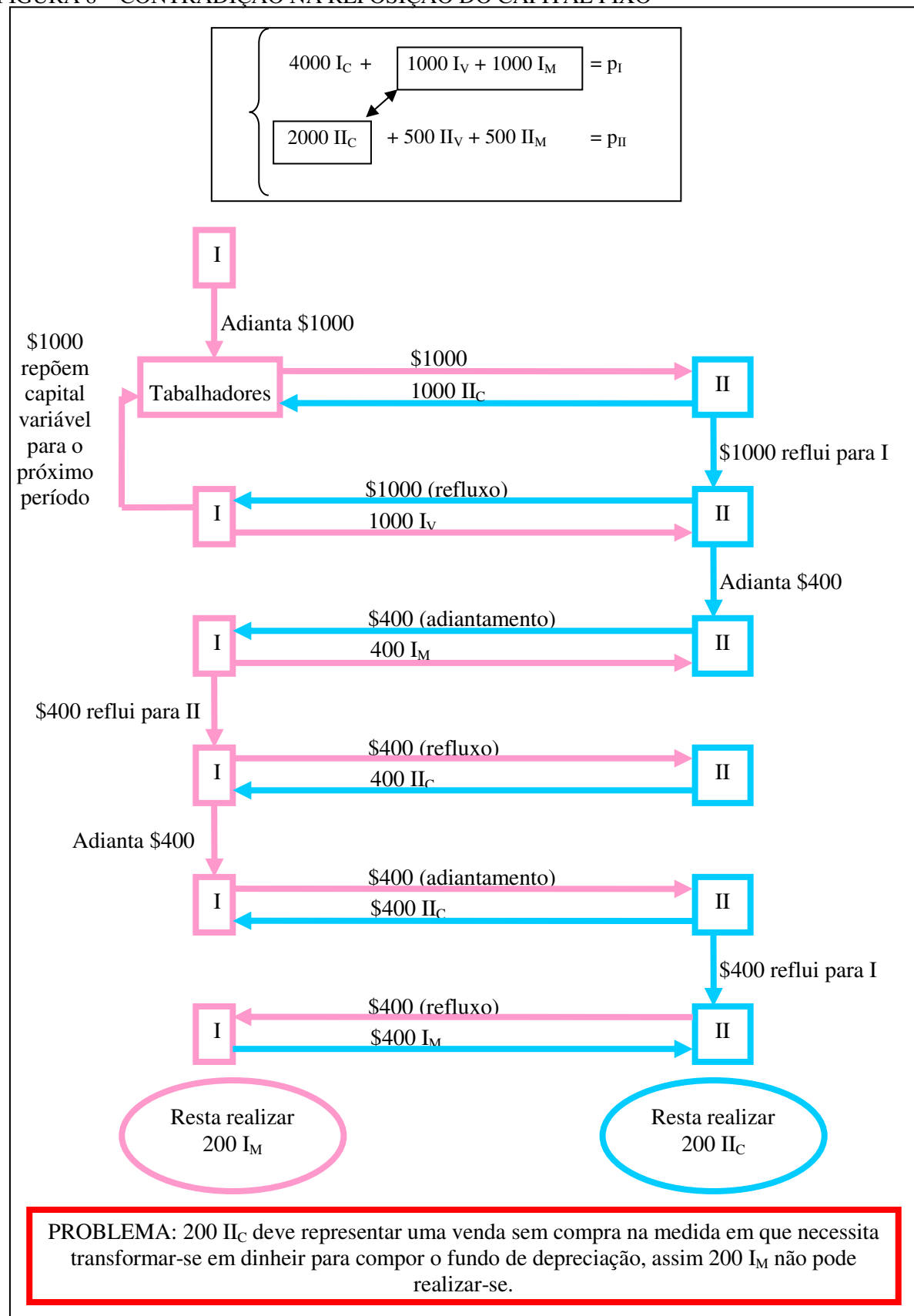
É importante observar que o fundo de depreciação é parte orgânica do próprio processo de reprodução do capital, pois se ele não for formado paralelamente ao desgaste do capital fixo, a substituição deste no momento necessário fica comprometida e, portanto, compromete também o processo de reprodução do capital.

A figura 8 indica os possíveis momentos da realização das diversas partes dos valores produzidos pelos setores I e II, seguindo o exemplo numérico de Marx, até chegar ao ponto em que se evidencia a impossibilidade de que o setor I realize o valor do setor II, e vice-versa, sem que o processo de reprodução simples seja perturbado.

Marx apresenta como possível solução a hipótese de que existam duas categorias de capitalistas dentro do setor II: capitalistas do tipo A e capitalistas do tipo B. Estas duas categorias de capitalistas encontram-se em fases diferentes do processo de reposição do capital fixo. Enquanto os capitalistas do tipo A estão acumulando o fundo de depreciação, os capitalistas do tipo B estão utilizando o fundo previamente acumulado e substituindo seu capital fixo depreciado. Desta forma, supondo-se que exista um balanço entre capitalistas que formam o fundo de depreciação (isto é, acumulação de capital monetário) e capitalistas que repõem capital fixo (isto é, compra de capital constante fixo), então o processo de reprodução pode prosseguir sem perturbações.

Assim, no exemplo numérico da figura 8, a solução proposta por Marx implica que, no setor II, os capitalistas do tipo B já estão na fase de repor seus capitais fixos e, portanto, possuem capital monetário acumulado na quantia igual a \$200. Assim, adiantam \$200 comprando as mercadorias do setor I ($200 I_M$) realizando assim, o restante da produção do setor I.

FIGURA 8 – CONTRADIÇÃO NA REPOSIÇÃO DO CAPITAL FIXO



FONTE: Elaboração própria

Por conseguinte, os capitalistas do setor I utilizam este dinheiro para comprar meios de consumo do setor II, realizando, portanto, o restante da produção do setor II ($200 II_C$). Note que o dinheiro adiantado pelo setor II refluí para ele mesmo, como em todas as outras vezes. Entretanto, agora o refluxo vai para as mãos de capitalistas diferentes, ou seja, para as mãos dos capitalistas do tipo A. Assim, os capitalistas do tipo A utilizam este dinheiro para formar o fundo de depreciação e o processo de reprodução completa-se sem distúrbios.

Esta hipótese de balanço entre capitalistas do tipo A e capitalistas do tipo B é bastante coerente para o objetivo de Marx de mostrar a realização simultânea de valores e valores de uso. Todavia, do ponto de vista do estudo das crises não parece satisfatório partir da hipótese de balanço, uma vez que não existe nada que garanta tal balanço. Na verdade, parece mais coerente partir da hipótese de que, como o modo de produção capitalista não é planejado, a situação mais provável é o não balanço entre os capitalistas A e B. Não havendo balanço entre A e B, então a reposição do capital fixo constitui-se conteúdo para a contradição entre compra e venda analisada anteriormente. A ruptura entre compra e venda antes explicada pela simples função do dinheiro como meio de circulação e de pagamento, agora encontra motivação na necessidade de venda sem compra. Por um lado, a venda das mercadorias do setor II deve ocorrer para que ele retire da circulação o dinheiro necessário para formar o fundo de depreciação. Por outro, a retirada de dinheiro de circulação impossibilita a realização das mercadorias produzidas pelo setor I. Isto significa, portanto, um conteúdo que torna a possibilidade da crise mais concreta.

O segundo problema, a formação do fundo de acumulação, Marx observa durante a exposição da reprodução ampliada. A formação deste fundo impõe a dificuldade de que o capitalista deve continuamente retirar dinheiro da circulação de acordo com a parte da mais-valia que deseja reservar para a ampliação do processo produtivo. Assim, Marx observa que:

Dinheiro é retirado da circulação e acumulado como tesouro mediante a venda da

mercadoria sem compra subsequente. Se concebemos essa operação como sendo praticada em geral, parece impossível verificar de onde devem vir os compradores, uma vez que nesse processo – e ele deve ser concebido como geral, em que cada capital individual pode encontrar-se em processo de acumulação – cada um quer vender a fim de entesourar, e ninguém quer comprar. (MARX, 1986b, III, p.358).

Contudo, Marx oferece para este problema uma solução semelhante à anterior. É preciso supor que enquanto uma parte dos capitalistas está retendo dinheiro para formar o fundo de acumulação a outra parte está liberando dinheiro anteriormente retido, ou seja, é necessário pressupor que haja um balanço entre os fluxos de entrada e saída de dinheiro destinados à formação do fundo de acumulação. Aqui, novamente, parece que Marx dá esta solução para não precisar, neste momento, adentrar na discussão sobre as crises, mas sim demonstrar que as trocas poderiam realizar-se em termos de valor e de valor de uso. Todavia, ele próprio observou a possibilidade da crise:

À medida que o equilíbrio se estabelece pelo fato de que o comprador se apresenta posteriormente como vendedor de montante de igual valor e vice-versa, tem lugar refluxo de dinheiro para o lado que o adiantou na compra, que vendeu antes de ter comprado novamente.(...) À medida, porém, que se efetuam conversões meramente unilaterais, uma massa de meras compras, de um lado, e uma massa de meras vendas, por outro – e vimos que a conversão normal do produto anual, sobre base capitalista, exige estas metamorfoses unilaterais –, só existe equilíbrio sob o pressuposto de que o montante de valor das compras unilaterais coincida com o montante das vendas unilaterais. O fato de que a produção de mercadorias é a forma geral da produção capitalista já implica o papel que o dinheiro, não apenas como meio de circulação, mas também como capital monetário, desempenha nela e cria certas condições, peculiares a esse modo de produção, da conversão normal, portanto do curso normal da reprodução, seja em escala simples, seja em ampliada, as quais se convertem em outras tantas condições do curso anormal, em possibilidades de crise, uma vez que o próprio equilíbrio – em face da configuração naturalmente desenvolvida dessa produção – é uma coincidência. (MARX, 1986b, III, p.361).

O dinheiro cria as condições da reprodução normal, as quais se convertem, dada a natureza anárquica do capitalismo, em condições de reprodução anormal e, portanto, em crise. Evidencia-se já nos esquemas de reprodução que a natureza não planejada da formação dos fundos de depreciação e de acumulação acarreta a ruptura entre compra e venda, mesmo considerando-se que a expansão produtiva ocorre paralelamente à acumulação do capital monetário necessário para sua reprodução. Entretanto, será visto no capítulo 3 que a acumulação de capital monetário deixa de

acompanhar a expansão produtiva uma vez que seja considerado o efeito do progresso técnico sobre a depreciação do capital fixo e, assim, o conteúdo para crise se amplia ainda mais.

Assim, com o estudo dos esquemas da reprodução torna-se evidente que a necessidade de formação do fundo de depreciação e acumulação impõe um conteúdo para as formas abstratas das crises analisadas nas seções precedentes. Isto porque, enquanto o dinheiro permitia abstratamente a possibilidade de ruptura da metamorfose do capital, agora esta possibilidade de ruptura entre compra e venda torna-se uma necessidade. Dada a natureza não planejada do capitalismo, a necessidade de retirar dinheiro para formar o fundo de depreciação e acumulação significa repetidamente vendas sem compras e, portanto, a dissociação das fases do processo de reprodução do capital. A necessidade de converter a mercadoria em dinheiro, ou seja, de realizar a produção individual, para reservar uma parcela de dinheiro para formar fundos de depreciação e acumulação, impede que todo montante de dinheiro realizado possa ser reconvertido em mercadoria, sobretudo, meio de produção e força de trabalho.

Portanto, conclui-se que o papel dos esquemas da reprodução na teoria de crise é dar à possibilidade da crise um conteúdo para sua concretização. Agora, trata-se de avançar na análise e passar à investigação dos elementos mais concretos da crise, pois “esses elementos que explicam a possibilidade da crise nem de longe elucidam sua realidade; deixam de elucidar por que as fases do processo entram em conflito tal que sua unidade interna só pode impor-se por meio da crise, de um processo violento.” (MARX, 1980a, p.937). E para fazer isto é preciso “acompanhar o movimento ulterior da crise potencial – a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito – enquanto provém das determinações de forma próprias do capital as quais lhes são peculiares e não se encerram em sua mera existência de mercadoria e dinheiro.” (MARX, 1980a, p. 948).

3 CONCRETIZANDO A POSSIBILIDADE DA CRISE

No capítulo anterior trabalhou-se num nível de abstração que enfatizava o papel do dinheiro como elemento de ruptura das unidades essenciais da estrutura econômica capitalista. Todavia, este nível de abstração possibilita apenas resultados provisórios acerca da investigação dos fatores determinantes da crise. Ainda que estes resultados sejam importantes do ponto de vista da evolução teórica da análise, Marx já havia enfatizado que “a circulação simples do dinheiro e mesmo a circulação do dinheiro como meio de pagamento – e ambas já existiam muito antes da produção capitalista sem terem sucedido crises – podem realizar-se e realizam-se sem crise. Assim, essas formas sozinhas não podem explicar por que desvelam sua face crítica, por que a contradição potencial nelas contida se patenteia contradição em ato.” (MARX, 1980a, p.947).

De fato, as formas abstratas sozinhas não podem explicar as crises econômicas, mas sem dúvida fazem parte da explicação. A revelação das formas concretas da crise exige a análise de outros elementos que constituem a estrutura do modo de produção capitalista, entre eles a concorrência e o sistema de crédito. É somente a partir da identificação e análise das contradições contidas na concorrência e no sistema de crédito que se pode começar a entender por que o capitalismo está irremediavelmente fadado às crises cíclicas.

Desta forma, o presente capítulo apresentará o assunto em três grandes partes. Primeiro, na seção 3.1, analisar-se-á a concorrência entre os capitais com o intuito de investigar como a contradição entre a produção de valor e a realização deste valor desdobra-se nas contradições entre valor e preço e entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital. Em seguida, na seção 3.2, será analisado o sistema de crédito onde se localiza a contradição entre o capital produtivo e o capital de empréstimo. Por fim, na seção 3.3, será discutida a concretização da possibilidade da crise contida nas contradições estruturais existentes desde a mercadoria até a

concorrência e o sistema de crédito.

3.1 CONCORRÊNCIA E CONTRADIÇÃO

O primeiro passo em direção à concretização das determinações causais da crise é a análise da concorrência, cujo foco da investigação recai sobre a contradição entre valor e preço da mercadoria e o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital. Tanto uma quanto a outra tornam evidente a conexão necessária entre capital produtivo e capital de empréstimo no processo de reprodução do capital. Assim, para empreender a investigação das contradições existentes na concorrência esta seção está dividida em três itens. O item 3.1.1 apresenta uma discussão necessária sobre o conceito de concorrência na obra de Marx. Em seguida, no item 3.1.2, discute-se os resultados da concorrência intra-setorial e intersetorial sobre a relação entre valor e preço e o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital. E, finalmente, no item 3.1.3, apresenta-se os resultados contraditórios da concorrência capitalista.

3.1.1 A Noção de Concorrência em Marx

Antes de entrar na investigação das contradições existentes na relação entre os diversos capitais é preciso esclarecer um problema conceitual que envolve o termo concorrência. Marx, ao desenvolver seu estudo teórico acerca do capitalismo, cujo resultado culminou n’*O Capital*, teve como objeto de análise a realidade econômica da Inglaterra do século XIX. Em face disso, é comum, entre marxistas e não marxistas, a afirmação de que a estrutura teórica desenvolvida por Marx concentrou-se sobre uma realidade capitalista “concorrencial” e que, portanto, suas conclusões teóricas não podem ser válidas para a análise dos problemas do capitalismo contemporâneo.

Embora a dinâmica capitalista inglesa do século XIX seja, em grande medida, diferente da dinâmica do capitalismo contemporâneo – no sentido de que este conta com novos elementos que se somaram à antiga estrutura, mas que de forma nenhuma

alteraram sua essência – a conclusão de que a teoria marxista foi construída sob o pressuposto da livre concorrência é completamente equivocada. Tal confusão advém da incompreensão do conceito de concorrência na teoria de Marx, o que o torna indistinguível da noção (neo) clássica de concorrência ou livre concorrência, já que para os economistas neoclássicos estes termos são equivalentes.

O melhor exemplo desta confusão pode ser encontrado na obra de Paul Baran e Paul Sweezy que, apesar de ocuparem papel de destaque dentro do marxismo, não perceberam a diferença fundamental entre a concepção de concorrência trabalhada por Marx e a noção corrente na teoria convencional. BARAN e SWEEZY (1966) estavam preocupados com uma suposta “estagnação da ciência social marxista”, cuja causa, segundo eles, não poderia ser explicada por meio de hipóteses simples:

Mas há um fator importante que, acreditamos, pode ser identificado e isolado e em seguida (pelo menos em princípio) remediado: *a análise marxista do capitalismo ainda se baseia, em última análise, na suposição de uma economia em regime de concorrência.* (...) Devemos reconhecer que a concorrência, forma predominante de relações mercantis na Grã Bretanha do século XIX, deixou de ocupar tal posição, não só ali como em todos os outros pontos do mundo capitalista. *Hoje a unidade econômica típica na sociedade capitalista não é a firma pequena que fabrica uma fração desprezível de uma produção homogênea, para um mercado anônimo, mas a empresa em grande escala, à qual cabe uma parcela significativa da produção de uma indústria, ou mesmo de várias indústrias, capaz de controlar seus preços, o volume de sua produção e os tipos e volumes de seus investimentos.* [grifos meus] (BARAN e SWEEZY, 1966, p.16-17).

É intrigante o fato de Baran e Sweezy terem definido concorrência exatamente da mesma forma encontrada nos manuais de teoria econômica convencional⁴⁸, enquanto o próprio Marx desenvolveu as noções de concentração e centralização do capital, cujo resultado não pressupõe, de modo algum, “a firma pequena que fabrica uma fração desprezível de uma produção homogênea, para um mercado anônimo”. Essa noção de concorrência é completamente diferente daquela encontrada na estrutura teórica de Marx e isto pode ser constatado pela própria definição dada por ele nos

⁴⁸ “Em um mercado perfeitamente competitivo – um mercado no qual *há muitos compradores e vendedores*, sendo que nenhum deles representa uma grande parte do mercado – as firmas são *tomadoras de preços*. Isto é, (...) não podem influenciar o preço que se paga pelo seu produto.” [Grifos meus] (KRUGMAN e OBSTFELD, 1999, p.126).

Grundrisse: “Conceitualmente, *concorrência* não é nada mais do que a *natureza* inerente *do capital*, seu caráter essencial, aparecendo na e realizado como a interação recíproca de muitos capitais um com o outro, a tendência inerente enquanto necessidade externa.”⁴⁹ (MARX, 1993, p.414).

Além disso, a livre concorrência para Marx não se resume à supressão de meras características da estrutura de mercado que aparecem como barreiras ao capital. Ao contrário, embora a livre concorrência apareça historicamente como a transposição temporária de algumas barreiras que não correspondem mais às novas relações de produção, é um engano concebê-la apenas deste ponto de vista:

Porque a concorrência aparece historicamente como a dissolução das corporações de ofício, regulação governamental, tarifas internas (...) remoção de bloqueios, proibições, proteção do mercado mundial — porque ela aparece, em resumo, como a negação dos limites e barreiras peculiares aos estágios de produção que precederam o capital, por que isso foi corretamente, do ponto de vista histórico, designado e promovido pelos Fisiocratas como *laissez faire, laissez passer*; ela nunca foi [entretanto] examinada mesmo por esse lado meramente negativo (...) e isso conduziu, ao mesmo tempo, ao grande absurdo de considerá-la como a colisão de indivíduos livres (...) e portanto como o modo absoluto de existência da individualidade livre na esfera do consumo e da troca. Nada pode ser mais enganoso. (...) Mas a concorrência está muito longe de ter somente este significado histórico, ou meramente de ser esta força negativa. A livre concorrência é a relação do capital com ele mesmo enquanto outro capital, isto é, a conduta real do capital enquanto capital.⁵⁰ (MARX, 1993, p.649-50).

Assim, é preciso ter claro dois pontos principais que tornam a concepção de Marx sobre a concorrência diferente da teoria burguesa. Primeiro, dentro da lógica desenvolvida por Marx, o termo concorrência se opõe às qualificações convencionais

⁴⁹ “Conceptually, *competition* is nothing other than the inner *nature of capital*, its essential character, appearing in and realized as the reciprocal interaction of many capitals with one another, the inner tendency as external necessity.” [Grifos do autor] (MARX, 1993, p.414).

⁵⁰ “Because competition appears historically as the dissolution of compulsory guild membership, government regulation, internal tariffs (...) the lifting of blockades, prohibitions, protection on the world market — because it appears historically, in short, as the negation of the limits and barriers peculiar to the stages of production preceding capital; because it was quite correctly, from the historical standpoint, designated and promoted by the Physiocrats as *laissez faire, laissez passer*; it has [therefore] never been examined even for this merely negative side (...) and this has led at the same time to the even greater absurdity of regarding it as the collision of unfettered individuals (...) and hence as the absolute mode of existence of free individuality in the sphere of consumption and of exchange. Nothing can be more mistaken. (...) But competition is very far from having only this historic significance, or merely being *this negative* force. *Free competition* is the relation of capital to itself as another capital, i.e. the real conduct of capital as capital.” [Grifos do autor] (MARX, 1993, p.649-50).

de que os produtos são homogêneos, os preços são iguais *etc.* Isto por que a idéia fundamental é a de que concorrência é a *disputa* entre os capitais. Da mesma forma que Marx investiga a luta, a disputa entre o capital e o trabalho como um dos objetos centrais de sua análise, com a investigação da concorrência ele pretende analisar a disputa *entre* os diversos capitais.

Nesta perspectiva, POSSAS (2006, p.15) tem razão ao criticar o sentido absurdo que tomou o termo concorrência nas mãos dos economistas neoclássicos chamando a atenção para o fato de que “não pode haver disputa entre iguais, entre clones (...) um processo de disputa só pode ocorrer entre unidades diferentes e são essas diferenças que fornecem a base sobre a qual se estabelece a disputa”. Do mesmo modo, também na concepção de Marx, o termo concorrência, não só dispensa como se opõe completamente aos pressupostos da “concorrência perfeita” inventados pela teoria neoclássica. Um exemplo disso é que os capitais na teoria de Marx não são idênticos, como exigem os pressupostos da concorrência perfeita neoclássica, mas ao contrário têm sempre diferentes composições orgânicas, diferentes tempos de rotação *etc.*, sendo exatamente isso que forma a base para a disputa (ou concorrência) entre estes capitais.

Em segundo lugar, é preciso esclarecer que na estrutura teórica de Marx concorrência não é antônimo de monopólio. Ainda que n’*O Capital* não se encontre discussões explícitas acerca deste tema, na *Miséria da Filosofia* Marx aponta as inconsistências do pensamento proudhoniano a respeito da natureza da concorrência:

O Sr. Proudhon diz, mais além, que a concorrência é o oposto do monopólio e que conseqüentemente ela não poderia ser o oposto da associação. (...) Mas nós todos sabemos que a concorrência foi engendrada pelo monopólio feudal. Assim, primitivamente, a concorrência foi o contrário do monopólio e não o monopólio o contrário da concorrência. O monopólio moderno, portanto não é uma simples antítese, é ao contrário a verdadeira síntese. Tese: O monopólio feudal anterior à concorrência. Antítese: A concorrência. Síntese: O monopólio moderno, que é a negação do monopólio feudal, na medida em que supõe o regime de concorrência e que é a negação da concorrência enquanto monopólio. (...) O monopólio produz a concorrência e a concorrência produz o monopólio. Os monopolistas fazem concorrência entre si e os concorrentes se tornam monopolistas. (...) A síntese é tal que o monopólio não pode manter-se se não passar continuamente pela luta da concorrência. [grifos meus] (MARX, 2004, p.173-178).

Partindo desta interpretação, mesmo supondo um caso extremo no qual exista apenas um capitalista atendendo um determinado mercado ele não está livre dos efeitos da concorrência. Isto por que ele se depara permanentemente com potenciais entrantes no “seu” mercado e, para manter sua posição, terá que utilizar continuamente as armas da concorrência: introdução de novas técnicas produtivas e utilização de capital emprestado.

Portanto, o conceito de concorrência dentro da estrutura teórica de Marx significa a luta constante decorrente da interação entre os diversos capitais no mercado. Para manter-se vivo dentro desta disputa, cada capitalista precisa valorizar seu capital de modo a permitir sua reprodução contínua. Como do ponto de vista do capitalista individual esta valorização é mensurada por meio da taxa de lucro individual, ou seja, da razão entre o lucro e o capital total adiantado, então, neste sentido, a taxa de lucro é a variável mais importante, pois serve como guia para os capitalistas nas tomadas de decisões. Entretanto, no mercado, cada capital se vê em relação a n outros capitais, cada qual com uma composição própria e, portanto, com taxas de lucro diferenciadas. Assim, o que realmente importa para cada capitalista não é sua taxa de lucro isoladamente, mas ela em comparação com a de seus concorrentes, pois se estes estiverem obtendo maiores taxas de lucro é preciso lançar mão das armas da concorrência, fundamentalmente novas técnicas e crédito, de modo a conseguir, também, maiores taxas de lucro.

Por isso, o entendimento das causas das crises se modifica quando se introduz na análise os efeitos da concorrência entre os capitais. Será visto que a concorrência evidencia um aspecto fundamental do processo de reprodução do capital: a conexão essencial entre o capital produtivo e o capital de empréstimo. Esta conexão é a solução temporária para a contradição entre a produção e a realização do valor revelada já no capítulo anterior, mas que aqui adquire maior conteúdo. Este conteúdo amplia-se por meio de dois aspectos resultantes da análise da concorrência.

O primeiro é a contradição entre valor e preço. Abstraindo-se a concorrência

obtinha-se como resultado a igualdade entre o valor da mercadoria individual e o seu preço de venda. Na verdade, apenas supunha-se que ambos coincidiam. Quando os capitais se confrontam na concorrência, o valor individual da mercadoria dissocia-se do seu preço de venda, trazendo efeitos para o capitalista individual no que se refere a relação entre a produção da mais-valia e sua realização e, portanto, efeitos sobre a taxa de lucro. Esta dificuldade em realizar toda mais-valia produzida impõe continuamente a necessidade de reduzir custos por meio da aquisição de novas técnicas e a adoção destas requer um vínculo cada vez mais forte entre capital produtivo e capital de empréstimo.

O segundo aspecto é a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital que se traduz na lei tendencial de queda da taxa de lucro. Dentre outros elementos que contrariam esta tendência, o crédito aparece, na perspectiva deste trabalho, como um dos mais importantes. Assim, a próxima seção fará uma revisão da dinâmica da concorrência intra e intersetorial com o intuito de revelar o desdobramento da contradição entre a produção e a realização do valor nas contradições entre valor e preço e entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital.

3.1.2 A Dinâmica da Concorrência Intra e Intersectorial

Antes de apontar as contradições da concorrência cabe apresentar resumidamente as categorias de análise principais da concorrência dentro da indústria e entre as indústrias e suas inter-relações. Na concorrência intrasetorial – que é aquela que ocorre “entre capitais do mesmo ramo industrial e que produzem os mesmos valores de uso” (FINE e SAAD-FILHO, 2004, p.83) – tem-se três categorias importantes a serem revistas: o valor individual, o valor de mercado e a mais-valia extraordinária.

O valor individual é aquele produzido por um capitalista individual. Sua grandeza depende de dois fatores: a composição orgânica e o tempo de rotação do

capital individual. Assim, dentro de uma mesma indústria existem, na realidade, diversos valores individuais para uma mesma categoria de mercadoria. Apesar disso, a pressão mútua que os capitais exercem quando se confrontam na concorrência impede que as mercadorias sejam vendidas pelos seus valores individuais, tornando vigente um valor de mercado.

Marx define o valor de mercado como sendo “o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera” ou “o valor individual das mercadorias produzidas nas condições médias da esfera e que constituem a grande massa dos produtos da mesma”⁵¹. E, ainda, chama atenção para o fato de que “só em conjunturas extraordinárias que as mercadorias produzidas nas piores condições, ou nas condições mais favoráveis regulam o valor de mercado” (MARX, 1986c, IV, p.139).

O valor de mercado também pode ser definido como o trabalho socialmente necessário, ou seja, “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. (...) É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor.” (MARX, 1986a, I, p.48). O valor de mercado constitui-se o centro de gravitação dos preços de mercado⁵² de acordo com as seguintes situações:

- Se a demanda⁵³ ao valor de mercado é igual a oferta, então o preço de mercado é igual ao valor de mercado;

⁵¹ A literatura acerca da formação do valor de mercado é bastante divergente. Alguns autores derivam o valor de mercado a partir da cota parte de trabalho social alocado em cada ramo industrial, outros a partir da média ponderada, outros ainda, a partir dos capitais modais. Para uma revisão desta literatura ver CIPOLLA (2003).

⁵² O preço de mercado equivale ao preço de venda da mercadoria, podendo ser igual ao valor de mercado, maior ou menor.

⁵³ A demanda é regulada pela “necessidade social” que é equivalente à quantidade de mercadorias demandadas ao valor de mercado. “Note-se aqui de passagem que a “necessidade social”, isto é, o que regula o princípio da procura, é essencialmente condicionada pela relação das diversas classes entre si, e por sua respectiva posição econômica, nomeadamente portanto, primeiro, pela proporção entre a mais-valia global e o salário e, segundo, pela proporção entre as diversas partes em que a mais-valia se divide (lucro, juro, renda fundiária, impostos etc.); e assim evidencia-se aqui também mais uma vez que absolutamente nada pode ser explicado pela relação entre procura e oferta antes de a base sobre a qual esta relação atua estar desenvolvida.” (MARX, 1986c, IV, p.141).

- Se a demanda ao valor de mercado é maior do que a oferta, então o preço de mercado aumenta acima do valor de mercado;
- Se a demanda ao valor de mercado é menor do que a oferta, então o preço de mercado cai abaixo do valor de mercado.

A existência de um valor de mercado impõe a todos os capitalistas de uma mesma indústria que seus valores individuais se aproximem da quantidade de trabalho socialmente necessária para produção daquele tipo de mercadoria, pois do contrário estes capitalistas não realizarão todo valor produzido. Esta circunstância exige que cada capital melhore continuamente seu desempenho, mensurado pela taxa de lucro, de modo a manter-se no mercado. O mecanismo básico por meio do qual os capitais obtêm, temporariamente, maiores taxas de lucro é diminuindo seus custos de produção. Assim, a introdução de novas técnicas⁵⁴ revela-se uma das armas mais eficientes na batalha da concorrência intrasetorial, pois permite a redução do valor individual da mercadoria e a obtenção do que Marx chamou de mais-valia extraordinária⁵⁵. Assim, os capitalistas dentro de um ramo industrial são forçados a buscar constantemente novos métodos produtivos para auferir lucros extraordinários. Com isso, a contínua adoção de novas técnicas e, portanto, a existência de lucros extras impõe uma tendência de desestabilização da taxa de lucro intra-setorial (BORGES NETO, 2004).

⁵⁴ No que diz respeito ao critério de adoção de uma nova técnica os capitalistas perseguem diretamente a redução de custos (salariais e fixos) de modo que isso se reflita em uma taxa de lucro temporariamente maior (lucro extraordinário). A esse respeito ver CIPOLLA (2005).

⁵⁵ As indicações de Marx acerca da natureza da mais-valia extraordinária geram controvérsias. Alguns autores, como BORGES NETO (2001), argumentam que a mais-valia extraordinária é oriunda do maior valor gerado pelos capitais mais produtivos. Outros, como CARCANHOLO (2000), argumentam que ela é oriunda da transferência de valor entre os capitais de uma mesma indústria. CIPOLLA (2003) analisa os conceitos de valor de mercado, preço de mercado e mais valia extraordinária e conclui que quando o preço de mercado é igual ao valor de mercado pode-se dizer que a mais-valia extra consiste em transferência de valor dos capitalistas menos eficientes para os mais eficientes. Entretanto, quando o valor de mercado não coincide com o preço de mercado (o que parece ser a situação mais comum) a transferência de valor é apenas parcial. É importante notar que conceber a existência da mais-valia extraordinária enquanto transferência completa de valor dos capitais menos eficientes para os mais eficientes implica supor que a oferta coincide com a demanda (CIPOLLA, 2003). Todavia, o próprio Marx reconhecia que “procura e oferta jamais coincidem, ou, se alguma vez coincidirem é por mera casualidade” (MARX, 1986c, IV, p.146), assim, não se pode ignorar que “a regra parece ser de contínuo desvio entre o valor de mercado e o preço de mercado e, portanto, de contínua existência de dissipação ou ganho de valor.” (CIPOLLA, 2003, p.101).

Se por um lado, o progresso técnico representa a redução de custos e, com isso, a obtenção da mais-valia extra, por outro ele acarreta o problema da depreciação moral do capital fixo. Isto porque o ritmo de adoção de novas técnicas supera a velocidade de depreciação do capital fixo, exigindo a substituição de máquinas que ainda não se depreciaram completamente e que, portanto, o valor despendido enquanto capital fixo não refluíu inteiramente ao capitalista. Isto traz duas implicações para o processo de reprodução do capital.

Primeiro, o balanço entre capitalistas do tipo A (os quais acumulam capital monetário para formar o fundo de depreciação) e os capitalistas do tipo B (os quais repõem capital fixo a partir de capital monetário previamente acumulado) que já se demonstrou problemático na análise dos esquemas da reprodução, agora, torna-se definitivamente desajustado, na medida em que o capital fixo deve ser repostado sem que o fundo de depreciação que a ele corresponde seja completado. Segundo, pelo fato de que a quantia de capital monetário acumulado para o fundo de depreciação não corresponde às necessidades imediatas do capitalista produtivo para substituir seu capital fixo, então, os capitalistas recorrem sistematicamente ao sistema de crédito para financiar a aquisição de novas máquinas e técnicas produtivas. Portanto, do ponto de vista da luta concorrencial, a recorrência contínua ao crédito torna-se uma arma necessária e inevitável que evidencia a dependência estrutural do capital produtivo em relação ao capital de empréstimo.

Pode-se, portanto, resumir os resultados da concorrência intra-setorial como:

- A concorrência entre os capitais dissocia valor individual de valor de mercado;
- Esta dissociação incentiva a busca contínua pela redução de custos e, portanto, a introdução de novas técnicas que permitam a criação de lucro extra;
- A necessidade de financiamento de novas máquinas e técnicas produtivas intensificada pela depreciação moral do capital fixo, decorrente do

progresso técnico, evidencia a dependência estrutural do capital produtivo em relação ao capital de empréstimo;

- O processo de adoção de novas técnicas promove uma tendência de desigualização das taxas de lucro internas à esfera produtiva.

No que se refere à concorrência intersetorial, isto é, aquela que ocorre “entre capitais de diferentes ramos industriais e que produzem distintos valores de uso” (FINE e SAAD-FILHO, 2004, p.83), deve-se destacar duas categorias fundamentais: a formação da taxa média de lucro (ou do lucro médio) e a formação dos preços de produção.

Assim, como dentro de cada indústria existem capitais com diversas composições, entre as indústrias estas composições são, do mesmo modo, diferenciadas e, portanto, geram taxas de lucro desiguais. Entretanto, como a taxa de lucro é a variável chave do sistema econômico burguês, cada capitalista busca sempre a maior lucratividade possível. Por isso, as diferenças entre as taxas de lucro dos diversos setores tendem a equalizar-se em uma taxa média. A tendência à equalização decorre do fato de que cada capitalista decide em qual setor investirá seu capital e, com isso, ao identificar taxas de lucros maiores em outros setores pode migrar para eles em busca de maior lucratividade. A migração dos capitais é, portanto, um dos principais instrumentos da concorrência intersetorial⁵⁶.

Com isso, o fluxo de entrada e saída de capitais entre as indústrias gera uma taxa média de lucro e, portanto, um lucro médio. Esta taxa média de lucro é adicionada aos preços de custo de cada capital dando origem ao conceito de preços de produção. É útil reproduzir aqui o exemplo numérico de Marx para entender melhor este processo de formação da taxa média de lucro e dos preços de produção (tabela 1).

⁵⁶ Pode-se argumentar que as barreiras técnicas e financeiras dificultam a livre movimentação dos capitais entre os setores impedindo a equalização das taxas de lucro. Contudo, essa dificuldade não modifica em essência a tendência à equalização, mas apenas aprofunda a dependência, que será analisada a seguir, do capital produtivo em relação ao capital de empréstimo com o objetivo de superar essas barreiras e capacitar o capital produtivo a se instalar em setores mais lucrativos.

TABELA 1 – TAXA MÉDIA DE LUCRO E PREÇO DE PRODUÇÃO

	<i>COC</i>	<i>c</i> consumido	<i>PC</i>	<i>m</i>	<i>VM</i>	<i>TML</i>	<i>l</i>	<i>PP</i>	Desvio do <i>PP</i> em relação ao <i>VM</i>
I.	80_c+20_v	50	70	20	90	22%	22	92	+ 2
II.	70_c+30_v	51	81	30	111	22%	22	103	- 8
III.	60_c+40_v	51	91	40	131	22%	22	113	-18
IV.	85_c+15_v	40	55	15	70	22%	22	77	+ 7
V.	$95_c+ 5_v$	10	15	5	20	22%	22	37	+17
Soma total				110	422		110	422	0

FONTE: Adaptado de MARX (1986c, IV, p.123)

A tabela 1 reúne 5 capitais médios de diferentes indústrias, onde *COC* representa a composição orgânica dos capitais de cada indústria, *c* representa o capital constante efetivamente consumido, *PC* é o preço de custo, *m* a mais-valia, *VM* é o valor das mercadorias, *TML* é a taxa média de lucro, *l* é o lucro e *PP* é o preço de produção. Supõe-se, ainda, taxa de mais-valia constante e igual a 100%. Nota-se com este exemplo que o objetivo de Marx era mostrar a transformação dos valores em preços de produção, demonstrando que, embora o valor se dissocie do seu respectivo preço, a soma total da mais-valia dos cinco capitais deve ser igual a soma total do lucro e a soma dos valores deve ser igual a soma dos preços⁵⁷. O exemplo evidencia, portanto, a distribuição do trabalho e a transferência de valor dos capitais que produzem mais valor para aqueles que produzem menos valor.

O conceito de preço de produção explica, de forma mais concreta, a formação

⁵⁷ O problema da transformação é um tema que gerou muita discussão na literatura marxista. De um lado, tem-se autores que, com o objetivo explícito de desqualificar os fundamentos da teoria de Marx argumentam que existem falhas no processo de transformação dos valores em preços, já que Marx não transformou o valor dos insumos e, portanto, concluem que a teoria do valor é prescindível para a análise da formação dos preços (BÖHM-BAWERK, 1949). Por outro lado, dezenas de soluções matemáticas demonstram a possibilidade teórica desta transformação, embora ainda se argumente que nenhuma delas conserva simultaneamente os resultados importantes “pretendidos” por Marx: “(i) igualar as taxas de lucro; (ii) conservar inalterados a mais-valia e o capital variável; (iii) conservar inalterado o capital constante; (iv) conservar inalterada a taxa de lucro média original” (FOLEY, 1988, p.197). Entretanto, para Saad-Filho, estas soluções quantitativas parecem desviar o foco do problema principal que Marx queria resolver, qual seja: mostrar como diferenças setoriais nas composições orgânicas dos capitais afetam os preços. Saad-Filho faz uma revisão desta literatura e destaca a necessidade da compreensão do problema do ponto de vista qualitativo, ou seja, analisando-se a transformação com base na composição orgânica do capital e não na composição de valor do capital. Assim, conclui que “a maior parte das transformações encontradas na literatura são alternativas ao procedimento de Marx. Elas não podem ‘corrigir’ Marx porque enfocam problemas diferentes e incluem uma concepção da relação entre valores e preços que diverge daquela de Marx.” (SAAD-FILHO, 2001, p.20).

dos preços das mercadorias no sistema capitalista. Cada capitalista considera o preço de custo ditado pelo trabalho socialmente necessário da sua indústria, mas deseja receber como lucro uma taxa média, de modo que qualquer capital de igual grandeza obtenha o mesmo retorno qualquer que seja a atividade na qual o capital seja aplicado.

A concorrência intersetorial, além de dar origem à taxa média de lucro e aos preços de produção, é o cenário onde ocorre o fenômeno que Marx chamou de tendência declinante da taxa média de lucro. Se há em todas as esferas produtivas uma tendência de se introduzir novas técnicas, há, portanto uma tendência generalizada de aumento da composição orgânica do capital. O aumento da composição orgânica do capital significa a redução da parte variável do capital relativamente à constante. Assim, se a parte variável tende a ser reduzida em relação ao capital total, reduz-se também o valor novo por ela criado e, portanto, reduz-se a taxa de lucro do capitalista individual. Como a concorrência forma uma taxa média de lucro, esta tendência declinante dissemina-se por todas as esferas produtivas. Assim, embora esta tendência declinante da taxa média de lucro caracterize-se como resultado de longo prazo ela também deve ser considerada enquanto contradição fundamental do processo de reprodução do capital e que encontra no sistema de crédito sua solução temporária.

Portanto, pode-se resumir os resultados da concorrência intersetorial como:

- O fluxo de capitais entre as indústrias gera uma taxa média de lucro que tende a equalizar as taxas de lucro entre as indústrias. Com isso, cada capitalista, independentemente de seu ramo de atividade, tende a realizar o lucro médio e não a mais-valia individual produzida;
- A partir da existência desta taxa média de lucro formam-se os preços de produção que tomam o lugar dos valores de mercado enquanto categorias mais concretas de análise;
- A tendência de aumento da composição do capital nas diversas indústrias somada à formação da taxa média de lucro evidencia que esta tende a declinar.

Com esta revisão das categorias mais importantes da concorrência intra e intersetorial pode-se analisar a contradição estrutural entre a produção e a realização do valor. A dissociação entre a produção e a realização do valor revela-se na concorrência por meio da contradição entre valor e preço e entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital, como será visto a seguir.

3.1.3 As Contradições da Concorrência

O estudo do processo concorrencial revela duas contradições estruturais do modo de produção capitalista que adicionam conteúdo à possibilidade da crise, são elas: contradição entre valor e preço e a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital. N' *O Capital*, Marx não tornou esta contradição explícita, mas nos Grundrisse ele aponta a existência de uma contradição entre valor e preço no contexto de crítica à idéia de substituir o dinheiro na forma metálica e em papel por notas que representassem o tempo de trabalho incorporado na mercadoria:

A primeira ilusão básica do *time-chitters* consiste no fato de achar que anulando a *diferença nominal* entre valor real e valor de mercado, entre valor de troca e preço – ou seja, expressando o valor em unidades de tempo de trabalho ao invés de em uma objetificação do tempo de trabalho, como ouro ou prata – remove-se a diferença real e a contradição entre preço e valor.⁵⁸ (MARX, 1993, p.138).

A contradição entre valor e preço na dinâmica concorrencial fica evidente tanto a partir da formação do valor de mercado quanto do preço de produção. Cabe lembrar que antes da introdução da concorrência na análise pressupunha-se que as mercadorias eram vendidas pelos seus valores, isto é, o valor era igual ao preço. Assim, pode-se dizer que existe entre valor e preço a necessidade de uma unidade. A partir do momento em que se considera os resultados da luta concorrencial sobre o

⁵⁸ “The first basic illusion of the time-chitters consists in this, that by annulling the nominal difference between real value and market value, between exchange value and price – that is, by expressing value in units of labour time itself instead of in a given objectification of labour time, say gold and silver – that in so doing they also remove the real difference and contradiction between price and value.” (MARX, 1993, p.138)

processo de reprodução do capital verifica-se que a unidade entre valor e preço se rompe. Isto pode ser observado em dois momentos distintos da análise.

No primeiro momento, o valor individual se dissocia do valor de mercado. Isto ocorre na medida em que os capitalistas que produzem a valores individuais acima da média têm de vender suas mercadorias pelo valor médio. Deste modo, por um lado, evidencia-se que os capitalistas que não conseguem produzir ao valor de mercado (ou abaixo dele) já não poderão realizar por completo o valor produzido de forma individual. Por outro, apenas os capitalistas que produzem ao valor médio ou abaixo dele poderão realizar completamente, ou até de forma extra, o valor produzido.

No segundo momento, o valor individual dissocia-se do preço de produção. Na tabela 2, adaptada da tabela 1, considerou-se os dois primeiros capitais como pertencentes a indústria I e os três últimos à indústria II. Além disso, *C* representa os capitais individuais, *COC* a composição orgânica dos capitais, *c* o capital fixo efetivamente consumido e *TML* a taxa média de lucro. Nota-se que a dissociação entre valor individual, valor de mercado e preço de produção deve ocorrer pelo fato de que para o cálculo do valor de mercado consideram-se apenas os capitais da indústria e para o cálculo dos preços de produção considera-se todos os capitais da economia. Assim, os valores individuais podem dissociar-se tanto dos valores de mercado como dos preços de produção.

TABELA 2 – VALOR INDIVIDUAL, VALOR DE MERCADO E PREÇO DE PRODUÇÃO

Indústria	<i>C</i>	<i>COC</i>	<i>c</i>	Valor Individual	Valor de Mercado	<i>TML</i>	Lucro médio	Preço de produção
I	I.	80_c+20_v	50	$50_c+20_v+20_m=90$	$50,5_c+25_v+25_m=100,5$	22%	22	92
	II.	70_c+30_v	51	$51_c+30_v+30_m=111$		22%	22	103
	III.	60_c+40_v	51	$51_c+40_v+40_m=131$		22%	22	113
II	IV.	85_c+15_v	40	$40_c+15_v+15_m=70$	$33,6_c+20_v+20_m=73,6$	22%	22	77
	V.	95_c+5_v	10	$10_c+5_v+5_m=20$		22%	22	37

FONTE: Adaptado de MARX (1986c, IV, p.123)

Note que no exemplo numérico da tabela 1 o capital I da primeira indústria tem valor individual menor do que o valor de mercado e também menor do que o preço de produção. Este é um típico capitalista que auferia mais-valia extra. Na

segunda indústria o capital III possui um valor individual maior do que o valor de mercado e também maior do que o preço de produção. Este capitalista, ao contrário daquele analisado anteriormente, produz mais valor do que pode realizar.

É verdade que esta dissociação entre valor e preço, na medida em que representa a não realização da mais-valia individual produzida, pode apenas indicar que os capitais menos eficientes serão incorporados, cedo ou tarde, pelos capitais mais eficientes dando origem ao fenômeno da centralização. Entretanto, é importante ressaltar que essa não é a única solução para a perda de lucratividade do capitalista individual. Ao contrário, é natural que ele tente sobreviver no mercado e que para isso utilize uma das principais armas da concorrência: o crédito. É neste sentido que a contradição entre valor e preço, na medida em que reduz a lucratividade dos capitais menos eficientes revela uma conexão necessária entre capital produtivo e capital de empréstimo como forma de restabelecer a lucratividade.

A segunda contradição que se revela no processo concorrencial está entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital. Marx identificou-a na análise dos desdobramentos das contradições internas da lei tendencial de queda da taxa de lucro:

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista; enquanto por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado (ou seja, crescimento sempre acelerado desse valor) (...) Os métodos pelos quais ela alcança isso implicam: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas. (MARX, 1986c, IV, p.188)

O desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital podem ser concebidos como uma unidade, na medida em que são meio e fim de um mesmo objetivo, qual seja, valorizar o capital no seu mais elevado grau. Enquanto o meio é empreendido para alcançar o fim do ponto de vista de um capital individual, de fato o desenvolvimento das forças produtivas (ou seja, a introdução de novas técnicas

reduzidoras de custo e, portanto, de trabalho) reflete-se numa maior taxa de lucro (lucro extraordinário). Mas, na medida em que todos os capitalistas agem da mesma forma o resultado se inverte: o desenvolvimento das forças produtivas desvaloriza o capital, na medida em que reduz a taxa média de lucro. Isto significa que a unidade existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital rompe-se em consequência do mecanismo concorrencial. Aqui, novamente, o crédito atua como elemento contrariante da tendência de queda da taxa de lucro, evidenciando a unidade importante entre capital produtivo e capital de empréstimo.

Entretanto, estas duas contradições – entre valor e preço e entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital – não explicam por si só o desfecho da crise, mas constituem-se conteúdo para sua concretização. Isto porque, a contradição entre a produção de valor e sua realização, desdobrada naquelas duas contradições, resolve-se temporariamente, do ponto de vista do capitalista individual, com o auxílio do crédito, na medida em que o crédito constitui-se um elemento capaz de melhorar a lucratividade do capital produtivo, tanto por meio da introdução de novas técnicas que geram lucros extras, como já foi analisado, quanto por meio do aumento da taxa de lucro permitido pela utilização do capital emprestado, como será visto adiante.

Conclui-se, portanto, da análise da concorrência que as contradições nela encontradas – entre valor e preço e entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital – constituem-se elementos estruturais do modo de produção capitalista, cujo rompimento destas unidades implicam na queda da taxa de lucro individual e, também consequentemente, na queda da taxa de lucro média. Entretanto, estas contradições são temporariamente resolvidas na medida em que capital produtivo e capital de empréstimo estabelecem uma unidade essencial. Na próxima seção, para finalizar o objetivo proposto por este trabalho será analisada esta contradição que emerge do sistema de crédito, adicionando-a àquelas já identificadas para mostrar o caminho em direção à concretização da crise.

3.2 CRÉDITO E CONTRADIÇÃO

O sistema de crédito contempla um dos conjuntos de relações mais complexas de todo o sistema capitalista. A começar pelo entendimento de categorias como o capital portador de juros e as relações que determinam a magnitude e variação da taxa de juros até o entendimento mais complexo do crédito privado – com o crédito comercial e o crédito bancário – e do crédito público, onde se localiza a problemática da dívida pública enquanto capital fictício. Dar conta da análise de toda esta problemática certamente excede o escopo do presente trabalho. É preciso, portanto, delimitar as questões que afetam diretamente o objeto em foco.

Assim, o objetivo desta seção é analisar em que medida o crédito bancário constitui-se um elo de conexão entre a produção e a realização do valor produzido. Uma vez identificado este ponto de conexão é preciso destacar os elementos que o formam e que caracterizam uma contradição que possa ser elemento causador da crise. Assim, exclui-se desde já a análise do crédito público, da dívida pública e, também, a discussão sobre o capital fictício. Tal análise deve ser retomada num trabalho posterior que inclua o estudo do papel do Estado e das sociedades anônimas para o processo de reprodução do capital identificando as contradições deles decorrentes. O ponto de conexão aqui analisado será somente o capital disponível para empréstimo por meio do crédito privado. Marx trata este crédito de duas perspectivas distintas. Define, por um lado, o crédito comercial, cujo funcionamento já foi apresentado no capítulo 2 quando da discussão dos créditos entre os capitalistas produtivos. Por outro lado, Marx define o crédito bancário, cuja análise será o foco desta seção.

Partindo desta delimitação, a presente seção analisará, no item 3.2.1, os o crédito comercial e o crédito bancário. Em seguida, no item 3.2.2, será analisada a natureza do capital portador de juro, a forma de determinação da taxa de juros, assim como, a divisão do lucro médio em juro e lucro do empresário. Por último, no item 3.2.3, será analisada a contradição entre o capital de empréstimo e o capital produtivo,

cujas unidades constituem o ponto de conexão entre a produção e a realização do valor no âmbito do sistema de crédito.

3.2.1 Crédito Comercial e Crédito Bancário

O crédito, assim como o dinheiro, são elementos que já existiam muito antes do surgimento do capitalismo e, sendo assim, precedem historicamente e teoricamente a existência do sistema de crédito⁵⁹. Conforme observa GERMER (2002), Marx distinguia a análise dos fenômenos relacionados ao dinheiro e ao crédito em dois níveis de abstração. O primeiro, e mais abstrato, é o chamado *Sistema Monetário*, relacionado à circulação simples de mercadorias e caracterizado pelo predomínio da relação-valor, isto é, pelo predomínio do dinheiro enquanto meio de circulação. Assim, a primeira forma abstrata da crise, cuja ruptura entre compra e venda é permitida pela existência do dinheiro enquanto meio de circulação pertence a este nível de abstração.

O segundo e mais concreto nível de análise é o chamado *Sistema de Crédito*, relacionado à circulação capitalista de mercadorias e caracterizado pelo predomínio da relação-capital, isto é, pelo predomínio do dinheiro de crédito⁶⁰ enquanto meio de circulação. Assim, a segunda forma abstrata da crise, cuja ruptura entre compra e venda é permitida pela existência do dinheiro enquanto meio de pagamento pertence a este nível mais concreto de análise.

Todavia, o funcionamento do dinheiro enquanto meio de pagamento e a natureza do crédito dele decorrente, o crédito comercial, constituem apenas os primórdios do sistema de crédito. Agora, tratar-se-á de analisar este sistema mais detidamente e, portanto, evidenciar os efeitos dele sobre o processo de reprodução do capital. Na medida em que o capitalismo se consolida como modo de produção dominante, o sistema de crédito se desenvolve e impõe uma nova contradição ao

⁵⁹ Formas elementares de crédito, como empréstimo de dinheiro e pagamento de juros, já existiam em sociedades pré-capitalistas constituindo-se a prática da usura. (ITOH e LAPAVITSAS, 1999).

⁶⁰ O dinheiro de crédito equivale aos títulos de dívidas emitidos pelos bancos e que desempenham as funções do dinheiro na circulação. Para uma análise mais detalhada deste conceito ver GERMER (1997).

processo de reprodução do capital. Para entender esta contradição é preciso primeiro recapitular a formação do sistema de crédito e identificar seus dois elementos constituintes básicos: o crédito comercial e o crédito bancário.

O primeiro elemento, o crédito comercial, consiste no “crédito que os capitalistas ocupados na reprodução se concedem mutuamente” e “constitui a base do sistema de crédito. Seu representante é a letra de câmbio, certificado de dívida com prazo determinado de vencimento, *document of deferred payment*.” (MARX, 1986c, V, p.21). É importante observar que a letra de câmbio, enquanto representante do crédito comercial, não implica em crédito monetário, mas apenas crédito em espécie, já que a transação caracteriza-se como o adiantamento da mercadoria em face do pagamento futuro. Com o passar do tempo, o desenvolvimento do crédito comercial substitui o dinheiro como meio de circulação entre os capitalistas e, com isso, desenvolve-se a função de meio de pagamento do dinheiro. Em última análise, o dinheiro acaba atuando apenas para a cobertura dos saldos das compensações das dívidas recíprocas entre capitalistas (GERMER, 2002).

Este tipo de crédito já foi analisado no capítulo 2 quando se tratou do encadeamento de dívidas entre os capitalistas. É importante notar que na cadeia de créditos existe sempre, de um lado, o capitalista inicial que fornece o crédito e, do outro, o capitalista final que recebe o crédito e entre eles pode haver uma série de capitalistas intermediários. A partir disso, fica evidente que a principal função do crédito comercial – que é permitir que os capitalistas economizem capital monetário na circulação das mercadorias reservando-o para assegurar a continuidade e expansão do processo produtivo – exige que o capitalista inicial tenha como mobilizar capital monetário para manter seu próprio processo até que possa receber pela mercadoria adiantada (ITOH e LAPAVITSAS, 1999).

Assim, concluiu-se no capítulo 2 que o fato do dinheiro funcionar como meio de pagamento e separar, no tempo e no espaço, os atos de compra e venda impõem ao sistema capitalista a possibilidade da crise, na medida em que o valor realizado por

cada um dos capitalistas pode, pelos motivos discutidos na análise da concorrência, ser menor do que o valor produzido no processo produtivo e que tem de ser repostado e, portanto, pago no decorrer da cadeia de dívidas. Esta dificuldade coloca uma limitação para a expansão da produção apenas por meio do crédito comercial e com isso surge a necessidade do crédito bancário.

O crédito bancário, segundo elemento do sistema de crédito consiste no mecanismo que intermedia a utilização do capital monetário ocioso entre os capitalistas industriais e comerciais (ITOH e LAPAVITSAS, 1999). Ele desenvolve-se sobre a base do crédito comercial na medida em que passa a realizar a atividade de descontar títulos comerciais. Além do desconto de títulos o crédito bancário consiste em empréstimos monetários concedidos pelos bancos aos capitalistas (industriais ou comerciais).

Destaca-se, portanto, como elemento fundamental para a presente análise o fato de que, com o desenvolvimento do sistema de crédito, os bancos assumem a importante função de reunir as frações dos capitais monetários individuais provenientes do processo produtivo que foram reservados para formação do fundo de depreciação e do fundo de acumulação, além das poupanças individuais decorrentes de rendimentos. Os bancos, portanto, reúnem os capitais monetários antes pulverizados e passam a administrá-los como uma massa unificada de capital que pode ser emprestada a certa taxa de juros. Assim, essa massa de capital monetário que originalmente mantém estreita ligação com o sistema produtivo torna-se, pouco a pouco, independente deste evidenciando, portanto, uma contradição que se revelará nas crises econômicas. Antes, porém, de analisar a contradição propriamente dita é preciso estudar a natureza do capital enquanto portador de juros (capital de empréstimo) e também a natureza e determinação do próprio juro, com o intuito de demonstrar que a unidade necessária entre capital produtivo e capital de empréstimo (capital portador de juros) revelada na análise da concorrência atua como elemento importante para restauração da taxa de lucro do capitalista que recorre ao crédito

bancário.

3.2.2 O Papel do Crédito no Processo de Reprodução do Capital

O processo metodológico por meio do qual Marx empreende sua análise do capitalismo revela pouco a pouco a especialização do capital. Na maior parte de seu desenvolvimento teórico Marx analisou apenas o capital produtivo (ou industrial), já que é entre ele e a força de trabalho que se estabelece a relação fundamental do modo de produção capitalista. Depois de exaurida a análise dos princípios fundamentais do capital produtivo Marx introduz a figura do capital comercial⁶¹ e mostra que a mais-valia produzida pelos trabalhadores empregados pelo capital produtivo deve ser dividida entre este e o capital comercial. Em seguida, Marx introduz uma terceira categoria especializada de capital, o capital portador de juro (HARRIS, 1988).

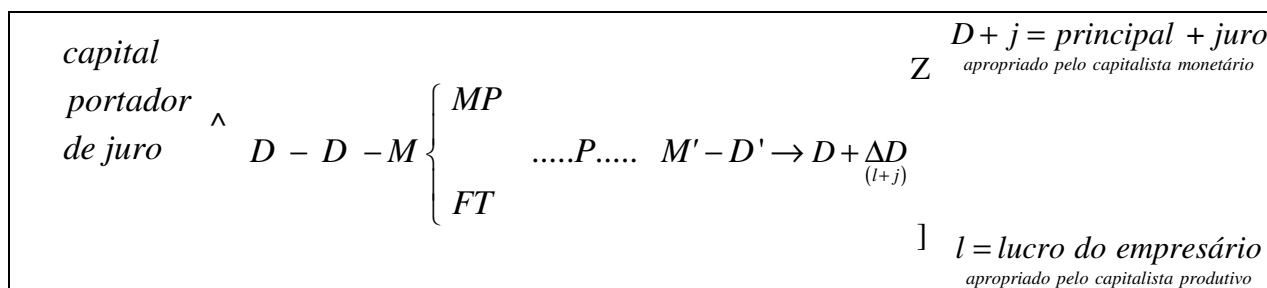
O capital portador de juro consiste numa soma de dinheiro que pode ser transformada pelos seus possuidores em capital⁶². A partir disso, assume em certo grau o caráter de mercadoria na medida em que esta soma de dinheiro pode ser alienada e recuperada com valor acrescido. É nesse sentido que para Marx o capital portador de juro é o capital que se transforma em mercadoria. A representação gráfica, dada por Marx, do circuito do capital que contempla a atuação do capital portador de juro está descrita na figura 9. A partir desta figura é possível notar que o capital portador de juro consiste numa soma de dinheiro (D) alienada ao capitalista produtivo, de modo que este coloca em funcionamento meios de produção (MP) e força de trabalho (FT), produz valor acrescido (M'), realiza este valor acrescido (D') e distribui entre os dois tipos de capitalista os resultados do processo de valorização. Assim, ao possuidor do

⁶¹ O capital comercial não é analisado neste trabalho já que parece não introduzir nenhuma contradição nova que possa manifestar-se nas crises. Embora, aprofunde a contradição entre valor e preço na medida em que contribui para a equalização da taxa de lucro e, também, para sua tendência decrescente.

⁶² A discussão sobre a natureza do possuidor do capital portador de juro e, portanto, da contraposição entre “capitalistas monetários” e “capitalistas funcionantes” deixa de ter importância na medida em que se considera todo o capital monetário ocioso e passível de funcionar como capital emprestável reunindo-se sob a tutela do banco e este responsável por sua administração. Assim, a relação que se estabelece e deve ser analisada é aquela entre o capitalista desejoso de empréstimo (capitalista industrial ou comercial) e o banco.

capital portador de juro reflui o principal emprestado acrescido de juros e ao capitalista produtivo reflui sua parte na mais-valia representada pelo lucro do empresário.

FIGURA 9 – O CIRCUITO DO CAPITAL COM O CAPITAL PORTADOR DE JURO



FONTE: Elaboração própria.

Todavia, a analogia do capital portador de juros com a mercadoria é apenas parcial, já que ele possui valor de uso, mas não possui propriamente o valor e o preço tal como a mercadoria comum. Por um lado, o valor de uso do capital portador de juro é sua capacidade de funcionar como capital e produzir mais-valia. Assim, o possuidor do capital monetário aliena o valor de uso deste capital, enquanto mercadoria, e esse valor de uso é consumido pelo capitalista produtivo. Até aqui a analogia com a mercadoria comum é completa.

Por outro lado, uma vez que o “dinheiro (é) – considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor” (MARX, 1986c, IV, p.255), então se pode dizer que o capital portador de juro tem valor, ou melhor, é valor, já que ele é uma soma de dinheiro. Entretanto, este valor não se determina do mesmo modo que nas mercadorias comuns, pois é um valor autonomizado na figura do dinheiro. Além disso, o que se paga pela utilização do capital portador de juro é o próprio juro e ele só pode ser chamado de preço enquanto “forma irracional de preço, completamente em contradição com o conceito do preço da mercadoria.” (MARX, 1986c, IV, p.266). E mais, esse preço (na realidade o juro) não é, de modo algum, regulado pelo valor, portanto cessa aqui completamente a analogia com a mercadoria comum.

Quanto a natureza do juro, Marx revela o importante fato de que o juro só pode ser parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores empregados pelo capital

produtivo. Mas, uma vez que o capitalista individual não realiza, necessariamente, a mais-valia produzida por seus trabalhadores e sim o lucro médio, então o juro só pode constituir uma parcela deste lucro médio.

Assim, resta apenas analisar como se determina a taxa de juros, seus limites e suas variações. Para Marx se “se pergunta por que os limites da taxa média de juros não podem ser derivados de leis gerais, então a resposta está simplesmente na natureza do juro. Ele é apenas parte do lucro médio.” (MARX, 1986c, IV, p.273). É por esse motivo que não se pode determinar uma “taxa natural de juros”. Entretanto, pode-se, por outro lado, em situações normais do ciclo econômico, dizer que o limite máximo da taxa de juro é a taxa média de lucro e seu limite mínimo é indeterminável⁶³. Quanto a taxa média de juros, o “costume, a tradição legal *etc.* contribuem tanto quanto a própria concorrência” para sua determinação. (MARX, 1986c, IV, p.273). Portanto, de modo geral, como o juro é parte da mais-valia e não é regulado por leis gerais, sua magnitude dependerá da relação de força e poder estabelecida entre ofertantes e demandantes de capital monetário de empréstimo.

Na seção anterior concluiu-se que o capital produtivo mantém uma relação essencial com o capital de empréstimo, já que os resultados da concorrência (contradição entre valor e preço e a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital) impõem aos capitalistas a necessidade de buscar no crédito meios para restaurar sua lucratividade. Assim, é importante demonstrar que a relação do capital produtivo com o crédito de fato afeta a lucratividade de forma positiva. GERMER (2007), inspirado pelos desenvolvimento de Hilferding, faz esta demonstração discutindo algumas implicações da divisão do lucro médio em juro e

⁶³ “Uma vez que o juro é meramente parte do lucro, que, segundo nosso pressuposto, tem de ser paga pelo capitalista industrial ao capitalista monetário, aparece como limite máximo do juro o próprio lucro, sendo, neste caso, a parte que caberia ao capitalista funcionante = 0. Abstraindo casos isolados, em que o juro pode efetivamente ser superior ao lucro, mas então não podendo ser pago a partir do lucro, poder-se-ia talvez considerar como limite máximo o lucro todo menos a parte do mesmo a ser desenvolvida adiante e que se resolve em salários de superintendência. O limite mínimo do juro é totalmente indeterminável. Ele pode descer a qualquer nível que se queira. Neste caso, surgem sempre circunstâncias contrariantes que o elevam acima deste mínimo relativo.” (MARX, 1986c, p.269).

lucro do empresário⁶⁴, das quais a mais importante para o objeto em foco é mostrar que a taxa de lucro do capitalista que utiliza capital emprestado é maior do que a taxa de lucro do capitalista que trabalha apenas com capital próprio. Germer desenvolve a seguinte demonstração matemática. Seja \bar{l} o lucro médio, l_e o lucro do empresário e j o juro, então pode-se definir o lucro médio como sendo:

$$(1) \quad \bar{l} = l_e + j$$

As variáveis descritas pela equação (1), isto é, lucro médio, lucro do empresário e juro podem ser definidas como sendo resultado das taxas de lucro médio, lucro do empresário e juro que incidem sobre o capital total, portanto:

$$(2.a) \quad \bar{l} = \bar{l}' \cdot C$$

$$(2.b) \quad j = j' \cdot C$$

$$(2.c) \quad l_e = l'_e \cdot C$$

Onde, \bar{l}' é a taxa de lucro médio, j' é a taxa de juro, l'_e é a taxa de lucro do empresário e C é o capital total investido. O capital total investido deve ser a soma do capital próprio (C_P) e do capital emprestado (C_E):

$$(3) \quad C = C_P + C_E$$

No caso do capitalista que não utiliza capital emprestado, então o capital total é igual ao capital próprio. Deve-se notar que a taxa de lucro médio e a taxa de juro já foram analisadas do ponto de vista de sua formação, sendo a primeira resultado da concorrência e a segunda, em geral, resultado da relação entre oferta e demanda de capital de empréstimo. Com isso, a taxa de lucro do empresário deve ser concebida como resíduo (GERMER, 2007). Da equação (2.c) tem-se que a taxa de lucro do empresário é dada por:

$$(4) \quad l'_e = \frac{l_e}{C}$$

Ou seja, a taxa de lucro do empresário é a relação entre o lucro do empresário (que é determinado como resíduo) e o capital total. Entretanto, essa taxa de lucro do

⁶⁴ A expressão “lucro do empresário” utilizada em GERMER (2007) e aqui reproduzida equivale, em Marx, ao conceito de “ganho empresarial”.

empresário apresentada na equação (4) relaciona o lucro do empresário com o capital total investido. Com isso, se parte do capital for emprestado não se pode saber, por meio desta equação, qual é de fato a taxa de lucro do empresário considerando apenas seu capital próprio. Assim, Germer propõe a criação de uma taxa de lucro do empresário sobre o capital próprio:

$$(5) \quad \begin{aligned} l'_{ep} &= \frac{l'_e}{C_p} \\ l'_{ep} &= \frac{l'_e \cdot C}{C_p} \end{aligned}$$

A equação (5), portanto, relaciona o lucro do empresário obtido pela utilização do capital total, isto é, o produto da taxa de lucro do empresário pelo capital total ($l'_e \cdot C$) sobre o capital próprio. Com base na equação (5), é possível deduzir que quando C_E é igual a zero, ou seja, quando o capitalista não utiliza capital emprestado, então sua taxa de lucro é igual a:

$$(6) \quad \begin{aligned} l'_{ep} &= \frac{l'_e \cdot (C_p + C_E)}{C_p} \\ l'_{ep} &= \frac{l'_e \cdot (C_p + 0)}{C_p} \\ l'_{ep} &= \frac{l'_e \cdot \cancel{C_p}}{\cancel{C_p}} \\ l'_{ep} &= l'_e \end{aligned}$$

Enquanto que quando para o capitalista que utiliza capital emprestado sua taxa de lucro sobre o capital próprio é aquela da equação (5), isto é, em função da existência da fração C/C_p , de acordo com a proporção entre capital emprestado e capital próprio, a taxa de lucro em (5) será sempre maior do que em (6), desde que C_E seja positivo e, por consequência, C/C_p maior do que 1.

TABELA 3 – TAXA DE LUCRO DO EMPRESÁRIO COM E SEM CAPITAL EMPRESTADO

Situação A – Sem capital emprestado	Situação B – Com capital emprestado
$l'_{ep} = l'_e$	$l'_{ep} = l'_e \cdot \frac{C}{C_p}$, onde $\frac{C}{C_p} > 1$

FONTE: GERMER (2007). Elaboração própria.

A partir da tabela 3, que apresenta na “situação A” a taxa de lucro do empresário sem capital emprestado e na “situação B” a taxa de lucro com capital emprestado, é possível notar que quando C/C_p é igual a 1 a situação B se equipara com a situação A, indicando que a taxa de lucro na situação A é o limite mínimo para a taxa de lucro do empresário⁶⁵.

Os resultados algébricos decorrem do fato de que o capitalista que trabalha com capital emprestado se apropria do lucro do empresário sobre seu capital próprio e do lucro do empresário sobre o capital emprestado, pagando ao proprietário do capital de empréstimo apenas o juro que lhe corresponde. Por este motivo, os capitalistas que utilizam crédito auferem sempre taxas de lucro maiores do que aqueles que não o fazem. Um ponto fundamental que interessa ao objeto de pesquisa desta seção é notar que frente a aumentos nas taxas de juro, dependendo da intensidade destes aumentos, o capitalista que toma capital emprestado não sacrifica seu lucro ($l_e.C_p$), mas o lucro decorrente da utilização do capital emprestado ($l_e.C_e$). Assim, mesmo com taxas de juro crescentes é sempre vantajoso para o capitalista operar com capital emprestado.⁶⁶

Além disso, é importante lembrar que na contabilidade empresarial lucro e juro são registrados separadamente, embora ambos sejam rendimentos auferidos pelo capitalista industrial e que somados correspondem ao lucro médio. Assim, há que se contabilizar a parte do juro sobre o capital próprio que o capitalista também aufere, de modo a identificar o verdadeiro ganho do capitalista. Gerner calcula o seguinte indicador para este ganho do empresário:

$$(7) \quad \begin{aligned} g_e &= l_e + j_p \\ g_e &= l'_e.C + j'.C_p \end{aligned}$$

Assim, o ganho do empresário é o lucro do empresário sobre o capital total $[(l_e.C_p)+(l_e.C_e)]$ mais o juro sobre o capital próprio ($j'.C_p$). Calculando-se a taxa de

⁶⁵ Para as outras implicações da divisão do lucro médio em juro e lucro do empresário, como os resultados da alta da taxa de juros, ver GERMER (2007).

⁶⁶ Evidentemente podem ocorrer situações onde os juros sejam absurdamente altos e o capitalista tenha que sacrificar não só a taxa de lucro do capital emprestado ($l_e.C_e$), como também sua própria taxa de lucro ($l_e.C_p$).

ganho do empresário sobre o capital próprio tem-se:

$$\begin{aligned}
 g_e' &= \frac{g_e}{C_p} \\
 g_e' &= \frac{(l_e' \cdot C + j' \cdot C_p)}{C_p} \\
 (8) \quad g_e' &= \frac{(l_e' \cdot C)}{C_p} + \frac{(j' \cdot C_p)}{C_p} \\
 g_e' &= \left(\frac{l_e' \cdot C}{C_p} \right) + j' \\
 g_e' &= l_{ep}' + j'
 \end{aligned}$$

A última, e igualmente importante, conclusão que pode ser retirada da análise de Germer é que a taxa de ganho do empresário que utiliza capital emprestado é sempre maior do que a taxa média de lucro. Isto porque, se a taxa de lucro médio é $\bar{l}' = l_e' + j'$ e se, como já demonstrado antes, a taxa de lucro do empresário sobre o capital próprio quando não se utiliza crédito é (l_e') e é sempre menor do que a taxa de lucro do empresário sobre o capital próprio quando se utiliza crédito (l_{ep}') , então, a taxa de ganho do empresário que utiliza capital emprestado é maior do que a taxa de lucro médio:

$$(9) \quad g_e' = l_{ep}' + j' > \bar{l}' = l_e' + j'$$

Portanto, com esse desenvolvimento teórico deve ficar clara a existência de uma unidade essencial entre capital produtivo e capital de empréstimo. Esta unidade essencial decorre de dois motivos. Primeiro, porque os resultados da concorrência impõem a necessidade do capitalista recorrer ao crédito e segundo porque a recorrência ao crédito possibilita uma elevação da taxa de lucro individual acima do lucro médio. Na sequência será discutido o motivo pelo qual a unidade entre capital produtivo e capital de empréstimo se rompe.

3.2.3 A Contradição entre Capital Produtivo e Capital de Empréstimo

Observou-se no capítulo 2 que a metamorfose do capital pode ser entendida

como a unidade de três formas assumidas pelo capital durante os processos de produção e circulação: capital monetário (capital-dinheiro), capital produtivo e capital-mercadoria. Marx também apresenta este ponto de vista nos *Grundrisse* (MARX, 1993, p.403):

(...) o capital tem de fazer a transição da forma dinheiro para forma de uma mercadoria, de um produto, o qual tem um certo preço a ser realizado. Em sua forma dinheiro ele existe enquanto valor. (...) Para realizar-se, isto é, para manter-se e multiplicar-se enquanto valor, ele teria primeiro que fazer a transição da forma dinheiro para aquela de valores de uso (matérias-primas, instrumentos, salários); (...) O capitalista entra agora no processo de circulação não simplesmente como alguém engajado na troca, mas como produtor (...) Os três processos em que o capital forma a unidade são externos; eles são separados no tempo e no espaço. Enquanto tal, a transição de um no outro, isto é, sua unidade com relação ao capitalista individual, é accidental. Apesar da sua unidade inerente eles existem independentemente um ao lado do outro, cada um enquanto pressuposto do outro.⁶⁷

Neste caso, o capital monetário existe como uma soma de dinheiro resultante da realização das mercadorias produzidas. Este valor realizado deve ser suficiente para compor o fundo de depreciação do capital fixo, restituir os elementos gastos com o capital constante e variável e, ainda, formar o fundo de acumulação. Entretanto, na seção sobre a concorrência, observou-se que a contradição entre valor e preço dá impulso para que os capitalistas necessitem cada vez mais de capital de empréstimo para restaurar sua lucratividade. Além disso, o progresso técnico gera depreciação moral do capital fixo revelando a necessidade do capital produtivo recorrer ao capital monetário de empréstimo por meio do crédito. Assim, a demanda por capital monetário (empréstado) tende a tornar-se parte orgânica do próprio processo de reprodução do capital na medida em que o capital próprio não é suficiente para suprir as necessidades para expansão do capital.

⁶⁷ The *devaluation* being dealt with here is this, that capital has made the transition from the form of money into the form of a *commodity*, of a product, which has a certain price, which is to be *realized*. In its money form it existed as value.(...) In order to *realize* itself, i.e. to maintain and to multiply itself as value, it would first have to make the transition from the form of money into that of use values (raw material -- instrument -- wages);(...) The capitalist now enters the process of circulation not simply as one engaged in exchange, but as *producer*(...)The three processes of which capital forms the unity are external; they are separate in time and space. As such, the transition from one into the other, i.e. their unity as regards the individual capitalists, is accidental. Despite their inner unity, they exist *independently* alongside one another, each as the presupposition of the other. (MARX, 1993, p.403).

Tanto o fundo de depreciação quanto o fundo de acumulação considerados no capítulo 2 como reservas monetárias mantidas pelos capitalistas individuais fora do circuito do capital para garantir, no momento necessário, a substituição das máquinas depreciadas e a ampliação do processo produtivo, agora fazem parte do balanço contábil dos bancos. Assim, na medida em que o sistema de crédito e os bancos se desenvolvem os capitais monetários ociosos deixam de ser meros capitais monetários e tornam-se capitais portadores de juro. E, enquanto tais, reclamam para si uma taxa de retorno para entrarem no processo produtivo.

Portanto, o circuito do capital que antes era formado pela unidade entre capital monetário (próprio), capital produtivo e capital-mercadoria é agora transformado na unidade entre capital monetário (próprio e emprestado), capital produtivo e capital-mercadoria. Entretanto a parte emprestada do capital monetário não é mero capital monetário, mas capital portador de juro e, enquanto tal, autonomizado, independente do processo produtivo e viabilizado para o capitalista produtivo apenas por meio do sistema de crédito.

Nos *Grundrisse*, Marx observou esta contradição: “Em uma crise geral de superprodução a contradição não está entre os diferentes tipos de capitais produtivos, mas entre o capital industrial e o capital de empréstimo – entre o capital diretamente envolvido no processo produtivo e o capital existente enquanto dinheiro (relativamente) à margem deste processo.”⁶⁸ (MARX, 1993, p.413).

A primeira vista, poder-se-ia explicar o rompimento da unidade entre capital produtivo e capital de empréstimo pelo aumento da taxa de juro que reduz a lucratividade do capitalista industrial (ou comercial). Entretanto, viu-se que a taxa de lucro do capitalista que utiliza crédito é sempre maior do que a taxa de lucro do capitalista que não utiliza crédito e, portanto, o aumento da taxa de juro não poderia

⁶⁸ “In a general crisis of over-production the contradiction is not between the different kinds of productive capital, but between industrial and loanable capital – between capital as directly involved in the production process and capital as money existing (relatively) out side of it”. (MARX, 1993, p.413)

ser a explicação para a dissociação entre capital produtivo e capital de empréstimo que ocorre na passagem da fase de prosperidade para a de crise. Assim, a explicação para a força motivadora do rompimento entre capital produtivo e capital de empréstimo parece estar num desenvolvimento teórico que explique a acumulação de capital monetário desdobrada em capital real e capital fictício.

Até a análise dos esquemas de reprodução viu-se que a acumulação de capital monetário refletia a acumulação real ditada pelo capital produtivo. Isto porque o capital monetário que se formava ao lado do capital produtivo era fruto do próprio processo produtivo, decorrente do fundo de acumulação e depreciação. Mas já nos esquemas de reprodução verificou-se que o balanço dentro destes fundos só existe enquanto exceção.

Com a introdução da concorrência na análise viu-se que o progresso técnico ocasiona a depreciação moral do capital fixo e, por conseguinte, surge a necessidade de substituir o capital fixo antes que este reflua ao capitalista como valor depreciado. Isto tem como implicação a dissociação entre a acumulação de capital monetário e a expansão do capital produtivo. Agora, mais capital monetário é demandado para substituir máquinas ainda não depreciadas e, portanto, menos capital monetário é destinado ao fundo de depreciação. Com isso, a substituição de máquinas nestas circunstâncias só é possível na medida em que o sistema de crédito se consolida e os capitais monetários reúnem-se sobre o poder dos bancos e estes são capazes de conceder empréstimos além da acumulação real de capital monetário:

Se o sistema de crédito aparece como a alavanca principal da superprodução e da superespeculação no comércio é só porque o processo de reprodução, que é elástico por sua natureza, é forçado aqui até seus limites extremos, e é forçado precisamente porque grande parte do capital social é aplicada por não proprietários do mesmo, que procedem, por isso de maneira bem diversa do proprietário que avalia receosamente os limites de seu capital privado, à medida que ele mesmo funciona. Com isso ressalta-se que a valorização do capital, fundada no caráter antitético da produção capitalista, permite o desenvolvimento real, livre, somente até certo ponto, portanto constitui na realidade um entrave e limite imanentes à produção, que são rompidos pelo sistema de crédito de maneira incessante. (MARX, 1986c, IV, p.335).

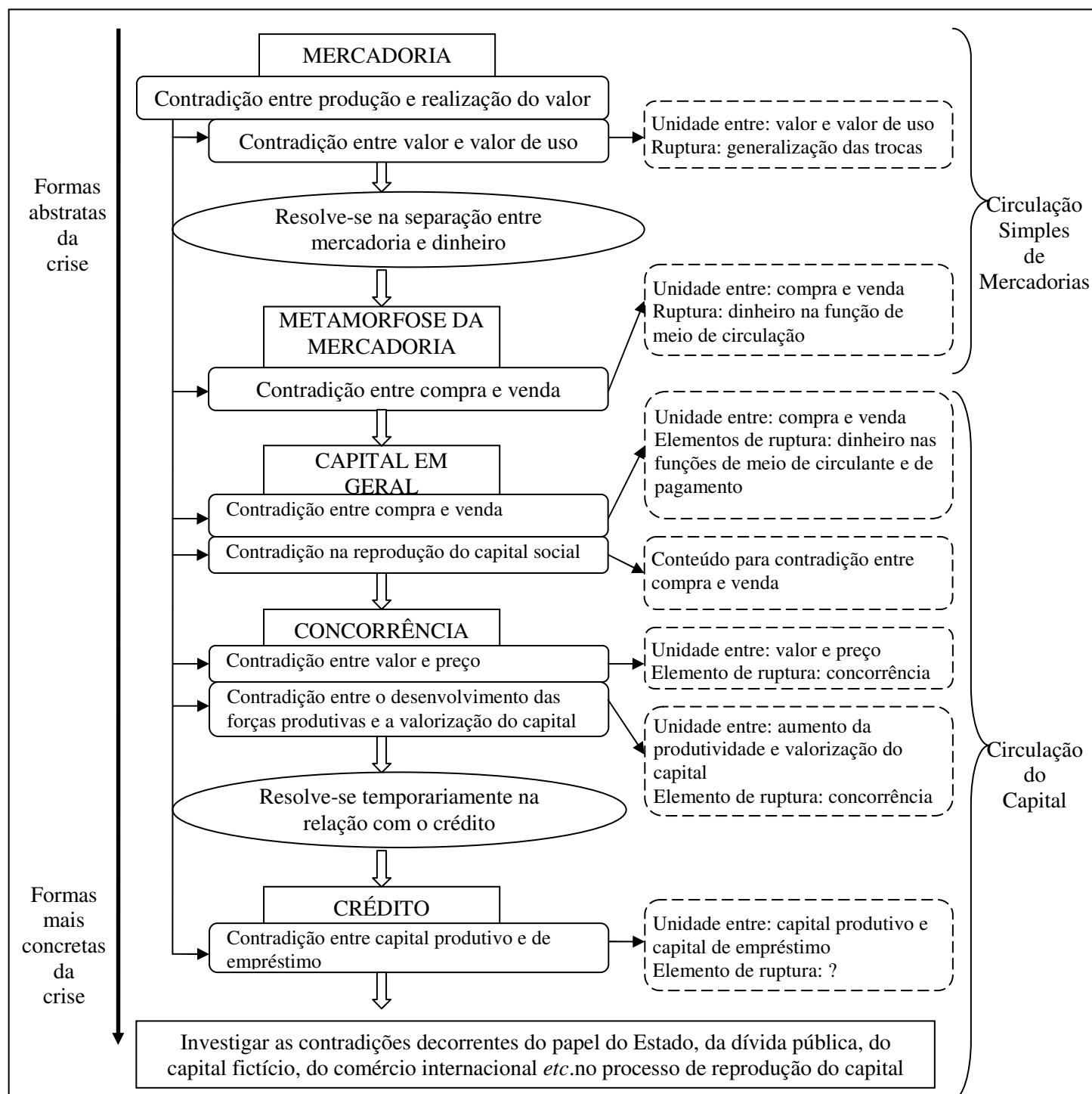
Assim, na medida em que capital de empréstimo e capital produtivo mantêm uma unidade essencial, o crédito permite ao processo de reprodução uma expansão “artificial”. Todavia, mesmo sabendo que a acumulação de capital monetário (de empréstimo) torna-se independente da acumulação real, com os desenvolvimentos realizados até aqui não se pode entender porque a unidade entre capital produtivo e capital de empréstimo se rompe e como devem desenrolar-se as contradições a partir daqui. Uma explicação talvez possa ser obtida a partir da análise de elementos mais concretos do processo de reprodução do capital, entre eles o papel do Estado e do comércio internacional, os quais, entretanto, não podem ser discutidos aqui. Todavia, é preciso investigar, num trabalho posterior, em que medida as sociedades por ações e a dívida pública, ambos relacionados à figura de capital fictício, afetam a acumulação de capital monetário real de empréstimo, analisando-se como pode ser desdobrada a contradição entre capital produtivo e de empréstimo discutida até aqui.

3.3 DAS FORMAS ABSTRATAS ÀS FORMAS CONCRETAS DA CRISE

No desenvolvimento teórico realizado até aqui se pretendeu demonstrar os desdobramentos das contradições do processo de reprodução do capital. Partiu-se, portanto, dos elementos mais simples e aos poucos se introduziu elementos mais complexos que tornaram a análise mais concreta, conforme descreve a figura 10.

A mercadoria, célula elementar da sociedade capitalista, caracteriza-se como unidade contraditória entre valor e valor de uso. A ruptura desta unidade ocorre com a generalização da troca que separa a utilidade das mercadorias para satisfação de necessidades imediatas e sua utilidade para a troca. Assim, faz surgir, de um lado, a mercadoria enquanto representante do valor de uso e, de outro, o dinheiro enquanto representante do valor de troca.

FIGURA 10 – DESDOBRAMENTO DA CONTRADIÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO E A REALIZAÇÃO DO VALOR NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL



FONTE: Elaboração própria.

Esta cisão da mercadoria em mercadoria propriamente dita e dinheiro soluciona, por um lado, a contradição entre valor e valor de uso, mas, por outro, faz

surgir a contradição entre a compra e a venda contida na metamorfose da mercadoria. A metamorfose da mercadoria enquanto unidade das fases $M - D$ e $D - M$ pode ser rompida, dada a existência do dinheiro na sua função de meio de circulação. Assim como a metamorfose da mercadoria contempla a possibilidade de ruptura da compra e venda, também a metamorfose do capital, representada pela unidade das fases $D - M$ e $M - D'$ encerra esta possibilidade. Este rompimento representa a primeira forma abstrata da crise. A segunda forma abstrata da crise evidencia-se a partir da interconexão dos capitais individuais por meio do crédito comercial, onde a metamorfose do capital é rompida pelo dinheiro em sua função de meio de pagamento.

Estas duas formas abstratas passam a ter conteúdo a partir da análise da reprodução do capital social, empreendida por meio dos estudos dos esquemas da reprodução. A reprodução do capital social revela a contradição existente no momento de reposição do capital fixo, manifestada na formação do fundo de depreciação e, também, somando-se a ela a contradição na formação do fundo de acumulação. Aqui, o rompimento de compra e venda não é mais apenas uma possibilidade abstrata, mas sim uma necessidade do próprio processo de reprodução do capital. Por um lado, é preciso existir venda sem compra para que seja possível formar os fundos de depreciação e de acumulação. Por outro lado, a existência de venda sem compra implica em mercadorias não realizadas.

As formas abstratas da crise adquirem mais conteúdo com a introdução da concorrência na análise. Os resultados da concorrência revelam a contradição entre valor e preço e entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital, as quais demonstram a dissociação entre a produção e a realização do valor implicando em queda de lucratividade do capital do capital individual e, também, em queda da taxa geral de lucro. Estas contradições são temporariamente resolvidas pela conexão que o capital produtivo estabelece com o capital de empréstimo, de modo que esta unidade promove o aumento da taxa de lucro do capitalista que utiliza crédito. Resta, ainda, analisar, embora isto não possa ser empreendido neste trabalho, porque a

unidade estabelecida entre capital produtivo e capital de empréstimo se rompe e como este rompimento dá lugar a outras contradições existentes, por exemplo, no papel do Estado no processo de reprodução do capital, nos efeitos do capital fictício, no comércio internacional *etc.*

Portanto, tentou-se demonstrar com os desdobramentos das contradições do processo de reprodução do capital que as contradições mais simples, isto é, a ruptura entre compra e venda no circuito do capital, está contida nas contradições mais complexas representadas pela ruptura entre a produção e realização do valor na concorrência e pela ruptura entre capital produtivo e capital de empréstimo no sistema de crédito. E que uma explicação completa para a crise deve necessariamente partir dos desenvolvimentos realizados até aqui incorporando elementos mais concretos que expliquem a reprodução do capital em escala global.

CONCLUSÃO

A pesquisa empreendida neste trabalho evidenciou o fato de que a investigação dos mecanismos causais das crises econômicas é, sem dúvida, uma tarefa que exige o pleno conhecimento do processo de reprodução do capital e de todos os elementos relevantes, aparentemente exteriores a este processo, e que o afetam. Por este motivo, as crises econômicas constituem-se os fenômenos mais complexos de toda a Economia Política. Assim, para lidar com as dificuldades colocadas pela complexidade do fenômeno, a necessidade de se ter claro o procedimento adequado para investigação do objeto torna-se fundamental. Neste sentido, este trabalho enfrentou dois grandes desafios. O primeiro foi contornar as controvérsias existentes na literatura marxista acerca do método de Marx, retirando desta controvérsia um instrumental analítico para o estudo das crises. O segundo foi aplicar este instrumental ao arcabouço teórico já desenvolvido por Marx e extrair desta aplicação algum entendimento sobre as causas das crises.

Quanto ao primeiro desafio, foi preciso mostrar que se as crises econômicas são as soluções momentâneas das contradições do modo de produção capitalista, então é preciso compreender o que são estas contradições para, em seguida, entender o que são as crises econômicas. Concluiu-se desta análise que a contradição envolvida nas crises econômicas é a ruptura de unidades que conectam o processo de produção ao processo de circulação, sobretudo no que tange a realização do valor produzido. Estas unidades contemplam, em geral, dois elementos opostos que por motivos intrínsecos ao processo de reprodução dissociam-se gerando as crises. Além de conceber a contradição neste sentido foi necessário, ainda, pensar como as diversas contradições interagem para formação das crises. Para resolver isso, partiu-se da hipótese de que elas devem ser entendidas como o desdobramento de contradições mais abstratas até as mais concretas.

Partindo-se desta definição de contradição, o segundo desafio concentrou-se

em identificar tais unidades e analisar as forças motivadoras de seu rompimento. Um esboço da investigação das crises com base nesta perspectiva metodológica já havia sido iniciado por Marx nas *Teorias da Mais Valia*. Nesta obra Marx aponta duas camadas metodológicas necessárias para o estudo das crises econômicas. A primeira é a investigação das formas abstratas da crise que constituem a possibilidade da crise. A segunda é a investigação das formas mais concretas da crise e que, no seu desenvolvimento mais completo, explicaria a realidade da crise. Assim, utilizou-se como fio condutor o desdobramento da contradição contida no elemento mais abstrato da sociedade capitalista – a mercadoria – até chegar às contradições mais concretas resultantes da análise da concorrência e do sistema de crédito. Todas as contradições identificadas neste trabalho estão ligadas a uma contradição mais geral do modo de produção capitalistas: a contradição entre a produção e a realização do valor.

A mercadoria, enquanto representante da riqueza na sociedade capitalista, é a unidade entre valor e valor de uso. Estes elementos formam uma unidade no sentido de que para ser mercadoria o produto deve necessariamente conter valor de uso (enquanto elemento capaz de satisfazer uma necessidade humana) e valor (enquanto elemento que estabelece a equivalência quantitativa entre as mercadorias no ato da troca). A contradição contida na mercadoria está no fato de que a afirmação de dependência mútua entre valor de uso e valor se dá ao mesmo tempo em que ocorre a necessidade do valor se expressar independentemente no ato da troca, isto é, das mercadorias expressarem-se em outra mercadoria diferente delas mesmas, num equivalente geral: o dinheiro. Portanto, a unidade contida na mercadoria rompe-se pela generalização da troca, mas resolve-se na separação entre mercadoria propriamente dita, de um lado, e dinheiro, de outro.

Contudo, a separação da mercadoria em mercadoria propriamente dita e dinheiro dá origem a uma nova contradição, isto é, a contradição entre venda e compra. Assim, a metamorfose da mercadoria e, também, a metamorfose do capital constitui-se a unidade entre venda e compra. A primeira metamorfose é a passagem

das formas $M - D$ para $D - M$, enquanto a segunda é a passagem das formas $D - M$ para $M' - D'$. Tanto uma quanto a outra correspondem ao que Marx chamou de primeira forma abstrata da crise, pois as rupturas destas unidades ocorrem dada a existência do dinheiro enquanto meio de circulação. A segunda forma abstrata da crise é a ruptura das unidades da metamorfose do capital permitida pelo dinheiro enquanto meio de pagamento. Estas duas formas abstratas da crise estão inseridas no contexto da possibilidade da crise, pois elas ainda não possuem conteúdo que justifique sua necessária ocorrência.

O primeiro conteúdo que começa tornar a possibilidade de crise mais concreta é a contradição na formação do fundo de depreciação e no de acumulação, identificado por Marx no estudo dos esquemas de reprodução, mas que naquele momento não foi desenvolvido enquanto teoria de crise, em função dos objetivos que se desejava demonstrar com os esquemas. Contudo, a contradição na formação destes fundos adiciona à ruptura abstrata entre venda e compra um conteúdo importante. A reposição do capital fixo só pode ocorrer sem perturbar a reprodução se estiver suposto um balanço entre os capitalistas que estão formando o fundo de depreciação (capitalistas do tipo A) e os capitalistas que estão utilizando fundos previamente acumulados para adquirir capital fixo *in natura* (capitalista tipo B). O mesmo ocorre com a formação do fundo de acumulação, pois o dinheiro retirado de circulação para formar este fundo não perturbará o processo de reprodução se estiver suposto um balanço entre capitalistas que retiram dinheiro para formar o fundo de acumulação e capitalistas que injetam dinheiro realizando a acumulação.

Entretanto, a suposição de tal balanço não pode ser mantida quando se pretende estudar a crise, a menos que haja uma boa justificativa teórica que garanta a existência deste balanço. Todavia, pelo fato de que a sociedade capitalista não possui um planejamento da sua produção e, portanto, as decisões de produção são tomadas de forma individual, então não se pode garantir que o balanço entre estes capitalistas ocorrerá. O mais coerente é partir do pressuposto que não há balanço e se houver é por

mera coincidência e exceção. Com isso, as rupturas entre compra e venda observadas nas formas abstratas da crise tornam-se mais concretas na medida em que a necessidade de formar fundos de depreciação e acumulação correspondem a contínuas vendas sem compras e, portanto, à interrupção da metamorfose de alguns capitais.

A análise da concorrência adiciona mais conteúdo à possibilidade da crise. Do ponto de vista da lucratividade do capital individual, a relação entre as categorias valor e preço e entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do capital devem constituir uma unidade. No primeiro caso, é necessário que o valor da mercadoria seja igual (ou no melhor dos casos menor) ao preço de venda da mercadoria, pois do contrário o valor produzido pode correr o risco de não ser realizado. Da mesma forma, no segundo caso, é preciso que o desenvolvimento das forças produtivas corresponda ao aumento de valor para o capital. Contudo, a dinâmica concorrencial impõe a dissociação destas unidades. Em certa medida, esta dissociação pode implicar no fenômeno da centralização, uma vez que capitais mais eficientes incorporem os capitais menos eficientes. Mas, um resultado mais importante decorre deste fenômeno concorrencial: a necessidade dos capitais industriais (ou comerciais) recorrerem ao crédito como instrumento para restaurar sua lucratividade. É neste sentido que estas duas contradições resultantes da luta concorrencial resolvem-se na recorrência ao crédito.

Por fim, a recorrência ao crédito significa a incorporação do capital portador de juro no circuito do capital produtivo. Assim, capital produtivo e capital portador de juro (ou capital de empréstimo) formam uma unidade essencial capaz de restaurar a taxa de lucro do capitalista que utiliza crédito. Contudo, o próximo desafio – cuja análise não pode ser realizada neste trabalho – é explicar por que e como esta unidade dissocia-se. Parece que esta explicação só pode ser obtida com uma análise mais profunda de um elemento do sistema de crédito que não foi estudado aqui: o capital fictício. É preciso entender em que medida a dívida pública e as sociedades por ações afetam a acumulação do capital monetário disponível para empréstimo e como dar

continuidade aos desdobramentos das contradições até aqui examinadas em direção ao amadurecimento da possibilidade da crise chegando à crise real. Entretanto, para se chegar à crise real é preciso, além de tudo o que foi dito, incorporar as contradições do comércio internacional e do mercado mundial.

REFERÊNCIAS

- ALAVI, Hamza. (1988). Populismo. In: BOTTOMORE, Tom. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983).
- ALTHUSSER, Louis. (1967). Contradição e Sobredeterminação. In: ALTHUSSER, Louis. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: Pour Marx (1965).
- ARTHUR, Christopher J. (1993). Hegel's Logic and Marx Capital. In: MOSELEY, Fred. (Ed.) *Marx's method in Capital: a reexamination*. New Jersey: Humanities Press, 1993.
- BARAN, Paul.; SWEEZY, Paul. (1966). *Capitalismo monopolista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: Monopoly Capital (1966).
- BHASKAR, Roy. (1988). Contradição. In: BOTTOMORE, Tom. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983).
- BHASKAR, Roy. (1993). *Dialectic: the pulse of freedom*. London: Verso.
- BLEANEY, Michael Francis. (1976). *Underconsumption Theories: A History and Critical Analysis*. New York: International Publishers.
- BÖHM-BAWERK, Eugen von (1949) Karl Marx and the Close of His System, In: SWEEZY, Paul (ed) *Karl Marx and the Close of His System*, Clifton: A.M. Kelley.
- BORGES NETO, João. Machado.(2001). Mais-valia extra, produção e transferência de valor. In: VI Encontro Nacional de Economia Política, 2001, Fortaleza. *Anais do VI Encontro Nacional de Economia Política*.
- BORGES NETO, João. Machado. (2004). As várias dimensões da lei do valor. *Nova Economia*, 14 (3), set.-dez., p.143-158.
- CARCANHOLO, Reinaldo. Antônio. (2000). Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx. In: *Anais do V Encontro Nacional de Economia Política*, 2000, Fortaleza.
- CARCHEDI, Guglielmo. (1993). Marx's Logic of Inquiry and Price Formation. In: MOSELEY, F. (Ed.) *Marx's method in Capital: a reexamination*. New Jersey: Humanities Press, 1993.
- CHOATE, Frederick. (2005). *A. M. Deborin: Life and Works of a Marxist Philosopher*. Disponível em: <<http://www.sovlit.org/amd/Pages/Introduction.html>> Acesso em: 13 dez. 2006.

CIPOLLA, Franciso Paulo. (2003). Valor de mercado, preço de mercado e o conceito de mais valia extraordinária. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 87-106.

CIPOLLA, Franciso Paulo. (2005). Lei fundamental da concorrência capitalista e critério de adoção de novas técnicas. *Revista Análise Econômica*, ano, 23, n. 43, p.28-44.

COLLETTI, Lucio. (1975). Marxism and the Dialectic. *New Left Review*, I/93, September-October.

DOOLIN, Denis. J.; GOLAS, Peter. J. (1964). On Contradiction in the Light of Mao Tse-tung's Essay on "Dialectical Materialism". *The China Quarterly*, n.19, jul. – sep., p. 38-46.

FINE, Ben.; SAAD-FILHO, Alfredo. (2004). *Marx's Capital*. London: Pluto Press.

FOLEY, Duncan. (1988). Mercadoria. In: BOTTOMORE, T. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983).

GERMER, Claus Magno. (1997). Credit money and the functions of money in capitalism. *International Journal of Political Economy*, v. 27, no 1, Spring, pp. 43-72.

GERMER, Claus Magno. (1998). Endogeneidade produtiva: um enfoque alternativo da hipótese da endogeneidade da oferta monetária. *Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC*. Vitória – ES, dez. 1998, v.1.

GERMER, Claus Magno. (2002) Fundamentos teóricos da análise marxista do sistema monetário internacional. *Revista Análise Econômica*, ano, 20, n. 38, set., p.163-185.

GERMER, Claus Magno. (2007). Implicações da divisão do lucro médio em lucro do empresário e juro. *Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo – SP, jun. 2007.

GIUSSANI, Paolo. (1988). Esquemas de reprodução. In: BOTTOMORE, T. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983).

GODELIER, Maurice. (1982). Estrutura e contradição no Capital. In: BLACKBURN, R. (ed.) *Ideologia na Ciência Social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Tradução por: Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Tradução de: Ideology in Social Science (1973).

GORENDER, Jacob. (1986). Apresentação. In: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro primeiro, v. I).

GROSSMAN, Henryk. (1929). *Law of the Accumulation and Breakdown*. Disponível em: <[http://www. marxists.org/archive/grossman/1929/breakdown/introduction.htm](http://www.marxists.org/archive/grossman/1929/breakdown/introduction.htm)> Acesso em: 04 nov. 2005.

HARDING, Neil. (1988). Marxismo legal. In: BOTTOMORE, Tom. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983).

HARRIS, Laurence. (1988). Formas do capital e rendimentos. In: BOTTOMORE, Tom. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983).

HILFERDING, Rudolf. (1985). *O capital financeiro*. Tradução por: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas). Tradução de: Das Finanzkapital.

ITOH, Makoto. (1980). *Value and Crisis*. New York: Monthly Review Press.

ITOH, Makoto. (1988). *The Basic Theory of Capitalism: the forms and substance of the capitalist economy*. New Jersey: Barnes & Nobles Books.

ITOH, Makoto; LAPAVITSAS, Costas. (1999). *Political economy of money and finance*. London: MacMillan Press.

KRUGMAN, Paul. R.; OBSTFELD, Maurice. (1999). *Economia internacional: teoria e política*. 4. ed. Tradução por: Celina Martins Ramalho Laranjeira. São Paulo: Makron Books.

LANNA, Marcos. (1992). Repensando a troca trobriandesa. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.35, p. 129-148.

LANNA, Marcos. (1996). Reciprocidade e hierarquia. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.39, n.1, p. 111-144.

LEFEBVRE, Henry. (1991). *Lógica formal/lógica dialética*. 5.ed., Tradução por: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de: Logique formelle Logique dialectique (1969).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. (1972). *On the Question of Dialectics*. Collected Works, 4th English Edition, Moscow: Progress Publishers, v. 38, pp.355-364. Disponível em: <[http://www.marx2mao.com/Lenin/QD15. html](http://www.marx2mao.com/Lenin/QD15.html)> Acesso em: 28 nov. 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. (1961). *Conspectus of Hegel's Science of Logic*. Collected Works, vol. 38, London: Lawrence & Wishart.

LUXEMBURG, Rosa. (1985). *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo*. Tradução por: Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas). Tradução de: Die

Akkumulation des Kapitals: Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus (1913).

MAO TSÉ-TUNG (1937). *On Contradiction*. Selected works of Mao Tse-Tung. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_17.htm> Acesso em: 10 jan. 2006.

MARX, Karl. (1980a) *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro 4 de O Capital. Tradução por: Reginaldo Sant'Anna. v. 2, São Paulo: DIFEL. Tradução de: Theorien Über Den Mehrwert (1974).

MARX, Karl. (1980b) *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro 4 de O Capital. Tradução por: Reginaldo Sant'Anna. v. 3, São Paulo: DIFEL. Tradução de: Theorien Über Den Mehrwert (1974).

MARX, Karl. (1983). *Contribuição à crítica da Economia Política*. 2. ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes. Original alemão.

MARX, Karl. (1986a). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro I. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro primeiro, v. I e II). Tradução de: Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie (1977).

MARX, Karl. (1986b). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro II. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro segundo, v. III). Tradução de: Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie (1977).

MARX, Karl. (1986c). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro III. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro terceiro, v. IV e V). Tradução de: Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie (1977).

MARX, Karl. (1993). *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Tradução por: Martin Nicolaus. London: Penguin Books.

MARX, K; ENGELS, F. (2002) *A ideologia alemã*. 2.ed., São Paulo: Martins Fontes.

MARX, Karl. (2004). *Miséria da filosofia*. Tradução por: J. C. Morel. São Paulo: Ícone. Coleção fundamentos de filosofia. Tradução de: Misere de la philosophie.

MARX, Karl. (2005). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução por: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo. Tradução de: Zur Kritik der hegelschen Rechtsphilosophie (1982).

MOHUN, Simon. (1988). Capital. In: BOTTOMORE, T. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983).

MORA, J. F. (1979). Materialismo dialéctico. In: *Diccionario de filosofía*. Madrid: Alianza Editorial, tomo tercero, p. 2147-2149.

POSSAS, Silvia. (2006). Concorrência e inovação. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (2006). Economia da inovação tecnológica. São Paulo: Hucitec.

ROSDOLSKY, Roman. (2003). A polêmica em torno dos esquemas da reprodução de Marx. *Revista Novos Rumos*, n. 35, mar, 2003. Tradução do capítulo “La polémica em torno a los esquemas de la reproducción de Marx”. In: ROSDOLSKY, R. (1983). Génesis y estructura de “El capital” de Marx (estudios sobre los Grundrisse), 3. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, pp. 491-554. Tradução de: Antonio Roberto Bertelli.

SMITH, Tony. (1993). Marx’s Capital and Hegelian Dialectical Logic. In: MOSELEY, F. (Ed.) *Marx’s Method in Capital: a reexamination*. New Jersey: Humanities Press, 1993.

SAAD FILHO, Alfredo. (2001). Valores e preços de produção: uma releitura de Marx. *Análise Econômica*, edição nº. 36, ano. 19, set, p. 5-24.

SHAIKH, Anwar. (1978). An Introduction to the History of Crisis Theories. *U.S. capitalism in crisis*, New York: URPE.

SHAIKH, Anwar. (1988). Crises econômicas. In: BOTTOMORE, T. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983).

SHAIKH, Anwar. (1991). *Valor, acumulación y crisis: ensayos de economía política*. Bogotá: Tercer Mundo Editores.

STALIN, Josef V. (1938). *Dialectical and Historical Materialism*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1938/09.htm>> Acesso em: 05 abr. 2006.

TUGAN-BARANOVSKY, Mijail Ivanovich. (1912). *Las crises industriales em Inglaterra*. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/bas/es/tugan/crisis600.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2006.

WILDE, Lawrence. (1991). Logic: Dialectic and Contradiction, In: CARVER, Terrell (ed), *The Cambridge Companion to Marx*, New York & Cambridge: Cambridge University Press, 275-95.

ZELÉNÝ, Jindřich. (1974). *La estrutura lógica de “El Capital” de Marx*. Tradução por: Manuel Sacristán. Buenos Aires: Grijalbo. Versão alemã de Peter Bollhagen. Original checo: O Logické Struktura Marxova Kapitátu (1962).

ZONINSEIN, Jonas. (1985). Capital Financeiro, demanda efetiva e causas da crise. *Ensaio FEE*, vol.6, n.1, Porto Alegre.